



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Entre a coexistência e o conflito: As perceções locais sobre o lince-ibérico no concelho de Mértola

Bárbara Nascimento Pedro

Mestrado em Estudos Sociais do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientadores:

Doutora Vânia Andreia Malheiro Proença, Professora Auxiliar
Convidada, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Diogo Veríssimo, Investigador Principal, University of
Oxford

Outubro, 2025

Entre a coexistência e o conflito: As perceções locais sobre o lince-ibérico no concelho de Mértola

Bárbara Nascimento Pedro

Mestrado em Estudos Sociais do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientadores:

Doutora Vânia Andreia Malheiro Proença, Professora Auxiliar
Convidada, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Diogo Veríssimo, Investigador Principal, University of
Oxford

Outubro, 2025

Agradecimento

Este estudo está enquadrado no plano de trabalhos e investigação do doutoramento em Biologia de Rúben Sousa de Oliveira, intitulado “Histórias em contraste: como está o comportamento humano a moldar a conservação do lince e do lobo em Portugal” (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa). A colaboração no mesmo beneficiou do apoio direto da Liga para a Protecção da Natureza e da Fundação Jacqueline Dias de Sousa, e indireto das várias entidades integradas no projeto.

Foi através deste projeto que pude ter o trabalho de campo que desejava e que me permitiu ter uma experiência única, muito para lá do contexto das entrevistas. Nesse sentido agradeço ao Rúben Oliveira por me ter integrado neste projeto e por me ter levado a ver abetardas e um dos pôr-dos-sois mais bonitos. Obrigada pela ajuda em todo o processo.

Quero também agradecer à minha orientadora, Professora Vânia Proença que foi um apoio fundamental desde os primeiros inícios deste projeto. A sua disponibilidade, simpatia e encorajamento contantes fizeram uma diferença enorme para mim. Ao meu orientador Diogo Veríssimo, agradeço pela sua empatia e *guidance* neste processo onde tudo era novo para mim.

Gostaria também de agradecer a todos as pessoas que dedicaram do seu tempo para participar nas entrevistas e conversar connosco. Passei bons momentos em esplanadas e cafés.

Para além disso gostaria de agradecer a todos os meus amigos que me apoiaram ao longo deste quase ano e meio. Sem os desabafos, as conversas, as ajudas e as chamadas de apoio não teria sido possível.

Também agradecer à minha família, em especial aos meus pais, pela paciência e confiança diária. É sempre bom saber que acreditam em nós. Este caminho só foi possível com o vosso apoio e força.

Por último, agradecer ao meu companheiro de sempre, de tudo e para tudo. Não tenho palavras para expressar a gratidão que sinto.

Resumo

Entre as espécies mais ameaçadas a nível global encontram-se os grandes carnívoros, cuja reintrodução tem sido apontada como uma estratégia promissora para contrariar este declínio. Contudo, o contacto destas espécies com populações humanas pode gerar desafios complexos. Considerando os esforços de reintrodução do lince-ibérico e o aumento expressivo da sua população na última década, este estudo teve como principal objetivo analisar as perceções da população do concelho de Mértola relativamente à presença e recuperação da espécie. A investigação surgiu da escassez de literatura sobre este caso específico, procurando contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas sociais associadas à coexistência entre comunidades humanas e espécies reintroduzidas. Recorreu-se a uma abordagem qualitativa, através de 21 entrevistas semiestruturadas a cinco grupos-alvo: agentes de turismo, agricultores, caçadores, decisores locais e ONGA's. Os dados foram codificados e analisados no programa *Dedoose*, seguindo uma lógica abdutiva que permitiu identificar temas e relações emergentes. Os resultados revelam perceções heterogéneas, fortemente influenciadas por fatores sociais, económicos e culturais. Caçadores e agricultores tendem a expressar perceções mais negativas, associadas a conflitos diretos, enquanto decisores locais, agentes de turismo e representantes de ONGA's apresentam visões mais positivas, reconhecendo benefícios simbólicos e ecológicos. Agricultores e caçadores com maior escolaridade e influência local partilham esta visão positiva. Verificou-se ainda um sentimento crescente de frustração e desconfiança institucional, ligado à perceção de ausência de compensações justas e falta de diálogo. Estes resultados destacam a importância de implementar medidas urgentes e direcionadas a cada grupo-alvo, promovendo a coexistência.

Palavras-chave: Lince-ibérico; Reintrodução; Perceções sociais; Conflito; Coexistência.

Abstract

Large carnivores are among the most threatened species worldwide, whose reintroduction has been identified as a promising strategy to counter this decline. However, the interaction between these species and human populations can create complex challenges. Considering the Iberian lynx reintroduction efforts and the significant population increase over the past decade, this study aimed to analyse the perceptions of the population of the Mértola municipality regarding the presence and recovery of the species. The research emerged from the scarcity of literature on this specific case, seeking to contribute to a better understanding of the social dynamics associated with coexistence between human communities and reintroduced species. A qualitative approach was adopted, based on 21 semi-structured interviews with five target groups: tourism agents, farmers, hunters, local decision-makers, and NGOs. Data was coded and analysed using *Dedoose* software, following an abductive logic that allowed the identification of emerging themes and relationships. The results reveal heterogeneous perceptions, strongly influenced by social, economic, and cultural factors. Hunters and farmers tend to express more negative perceptions, associated with direct conflicts, while local decision-makers, tourism agents, and NGO representatives present more positive views, recognising the symbolic and ecological benefits of the species. Farmers and hunters with higher education levels and local influence also share this positive perspective. A growing sense of frustration and institutional mistrust was also observed, related to perceived lack of fair compensation and insufficient dialogue. These findings highlight the importance of implementing urgent and group-specific measures to promote coexistence.

Keywords: Iberian lynx; Reintroduction; Social perceptions; Conflicts; Coexistence.

Índice

Agradecimento	i
Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice.....	vi
Índice de figuras	vii
Índice de tabelas	vii
Introdução.....	1
1. Revisão da Literatura	5
1.1. Alterações na biodiversidade	5
1.2. Conflitos entre humanos e animais selvagens.....	7
1.3. Coexistência	11
1.4. Conflitos e coexistência com carnívoros.....	16
1.5. Lince-ibérico	19
1.5.1. Biologia e conservação.....	19
1.5.2. Relação histórica com as populações humanas.....	25
1.5.3. Perceções e atitudes da população relativamente ao lince-ibérico.....	29
1.5.4. Conflitos recentes com o lince-ibérico na Península Ibérica	31
2. Métodos.....	33
2.1. Contextualização da área de estudo	33
2.2. Objetivos	37
2.3. Metodologia de investigação.....	38
2.4. Descrição da análise	42
3. Resultados e discussão	45
3.1. Perceções gerais sobre o lince-ibérico	45
3.2. Narrativas de conflito e perceções de impacto.....	50
3.2.1. Efeito da densidade e mudança de cenário.....	55
3.3. Processo de reintrodução.....	57
3.4. Obstáculos e oportunidades para a coexistência	59
3.5. Impactos no Turismo.....	65
3.6. Enraizamento cultural	68
Conclusão.....	73
Referências Bibliográficas	77
Anexos.....	85
Anexo A	85

Anexo B.....	87
Anexo C.....	88

Índice de figuras

Figura 1.1 – Taxas médias de crescimento anual para as espécies de mamíferos selecionadas...	9
Figura 1.2 – Razões para o ressurgimento das 18 espécies de mamíferos do estudo.....	9
Figura 1.3 – Matriz de interação entre a dimensão social e a dimensão da conservação, relativamente às HWI.....	14
Figura 1.4 – Ocorrências confirmadas de lince-ibérico <i>Lynx pardinus</i> em Portugal Continental nos períodos entre 1990 e 2004 e entre 2005 e 2021.....	21
Figura 1.5 – Evolução da população de Lince ibérico em Portugal e Espanha (2002-2024)	23
Figura 1.6 – Núcleos de presença de lince-ibérico em 2024 e número de exemplares contabilizados.....	24
Figura 1.7 – Principais causas de morte em 2024 - N° de exemplares mortos, em Portugal e Espanha.....	25
Figura 1.8 – Cartaz campanha "Salvemos o lince e a serra da Malcata" de 1979.....	28
Figura 2.1 – Localização do concelho de Mértola (a vermelho) no contexto dos concelhos de Portugal Continental.....	35
Figura 2.2 – Localização das freguesias de Mértola.....	36
Figura 2.3 – Localização do concelho de Mértola (assinalado com um círculo vermelho) no contexto do uso e ocupação do solo.....	38
Figura 2.4 – Lince-ibérico no seu habitat natural.....	39

Índice de tabelas

Tabela 1 - Descrição dos participantes.....	43
---	----

Introdução

No contexto da atual crise da biodiversidade, a reprodução em cativeiro e reintrodução de espécies em vias de extinção, tornou-se uma estratégia de conservação cada vez mais premente. Para que esta estratégia seja bem-sucedida no objetivo final de conservação das espécies, é necessário trabalhar sobre diferentes áreas do saber, de uma forma multidisciplinar (Delibes-Mateos *et al.*, 2021).

A literatura existente sobre a conservação dos grandes carnívoros, embora muitas vezes rica em dados ecológicos quantitativos, carece frequentemente de estudos qualitativos aprofundados que explorem as dimensões sociais diferenciadas da coexistência entre humanos e vida selvagem. Há assim a necessidade de compreender os pontos de vista das partes interessadas, as visões conflitantes e os mecanismos sociais que impulsionam as interações entre humanos e carnívoros (Papp *et al.*, 2022).

Esta dissertação analisa o caso do lince-ibérico (*Lynx pardinus*) e a sua relação com a população de Mértola. Mais uma vez, embora aspetos biológicos da espécie sejam bem conhecidos, os estudos da relação entre os humanos e o lince-ibérico são escassos, centrados maioritariamente no conflito económico, e só recentemente a visibilidade social da espécie tem sido explorada com um olhar antropológico (Lopes-Fernandes *et al.*, 2018). De forma geral, a investigação sobre atitudes e perceções face à reintrodução de grandes carnívoros tem privilegiado espécies amplamente distribuídas, enquanto predadores mais restritos, como o lince-ibérico, têm recebido pouca atenção científica. Além disso, Portugal apresenta uma baixa produção académica neste domínio (Delibes-Mateos *et al.*, 2021; Palacios-Pacheco *et al.*, 2024).

Esta lacuna reflete um enviesamento dos estudos focados em questões de conservação, que tendem a adotar uma abordagem predominantemente biológica e a ignorar as dimensões sociais. Consequentemente, estas investigações apresentam frequentemente questões de âmbito limitado e recorrem sobretudo a metodologias quantitativas, o que pode influenciar significativamente os resultados e não captar toda a diversidade de respostas existentes (Lopes-Fernandes *et al.*, 2018). Apesar de os fatores sociais serem amplamente reconhecidos como determinantes para o sucesso das iniciativas de conservação e para a gestão de espécies e áreas protegidas, os estudos de carácter multidisciplinar continuam a ser escassos, nomeadamente em projetos de conservação ou programas de monitorização de espécies ameaçadas. A compreensão holística e integrada das dimensões sociais da conservação, especialmente em zonas rurais da Europa Ocidental, permanece, assim, uma área pouco explorada, mostrando assim a importância deste estudo (Lopes-Fernandes *et al.*, 2023).

Reconhecer que o sucesso das medidas e campanhas de conservação depende igualmente da análise das questões sociais e da sua articulação com os aspetos ecológicos é, portanto, fundamental. As abordagens das ciências sociais são essenciais para compreender os fatores que moldam as atitudes, a tolerância e os comportamentos em relação à vida selvagem, permitindo desenvolver estratégias de conservação mais eficazes e sustentáveis (Lucas *et al.*, 2022).

Após a extinção do lince-ibérico em Portugal na década de 1990, foi lançado em 2002 um programa ibérico de conservação *ex situ*, que culminou com as primeiras reintroduções no país em 2015. Nesse sentido têm sido implementadas diversas ações de conservação, incluindo a criação de centros de reprodução, a melhoria do habitat e o reforço das populações de coelho-bravo. Estes esforços resultaram num aumento significativo das populações reintroduzidas. Assim, esta dissertação procura explorar tanto as dimensões de conflito como os elementos de valorização, apropriação simbólica e oportunidades associadas à espécie. Procura-se compreender de que forma a população local percebe a presença do lince-ibérico e quais os fatores que influenciam a construção de sentimentos de conflito e/ou valorização. Paralelamente, é feita uma análise comparativa entre diferentes grupos-alvo, de modo a aprofundar a compreensão das dinâmicas locais de convivência e conflito com a espécie, bem como dos fatores sociais, culturais e económicos que moldam essas perceções.

A estrutura deste estudo inicia-se com um primeiro capítulo de revisão de literatura, no qual é apresentada uma contextualização geral sobre a conservação de mamíferos e carnívoros, tanto no contexto europeu como nacional. Seguidamente, são explorados os temas dos conflitos entre humanos e fauna selvagem e o conceito de coexistência, com especial enfoque na coexistência com carnívoros. Ainda neste capítulo, abordam-se aspetos relevantes relacionados com a espécie-alvo desta dissertação, incluindo a sua descrição, história de conservação e processos de reintrodução bem como a evolução das perceções da população ao longo do tempo.

No capítulo 2 é primeiramente apresentada a contextualização da área de estudo, onde são exploradas as particularidades do território e da sua população. Também neste capítulo é apresentada a metodologia usada nesta dissertação que envolveu a aplicação de 21 entrevistas semiestruturadas a pessoas do concelho de Mértola que foram divididas em 5 grupos-alvo relevantes para a análise em questão: agentes de turismo, agricultores, caçadores, decisores locais e representantes de ONGA's (Organização Não Governamental de Ambiente). As entrevistas foram transcritas através do software *TurboScribe* e posteriormente foi feita uma codificação e análise das entrevistas no software *Dedoose*.

No último capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos, culminando na síntese das principais conclusões, que encerram o trabalho e refletem sobre os contributos e implicações da investigação.

1. Revisão da Literatura

1.1. Alterações na biodiversidade

De acordo com a WWF (2024), os principais indicadores que monitorizam o estado da natureza a nível global revelam um declínio contínuo, refletindo a crescente pressão sobre os ecossistemas e a perda de espécies. Entre os vertebrados terrestres, 322 espécies foram extintas desde 1500 (Dirzo *et al.*, 2014).

Segundo o mesmo relatório, nos últimos 50 anos (1970–2020), o tamanho médio das populações de vida selvagem monitorizadas diminuiu 73%. As populações de água doce sofreram os maiores declínios, com um decréscimo de 85%, seguidas pelas populações terrestres (69%) e marinhas (56%). Segundo a IUCN (2025), mais de 47 000 espécies estão ameaçadas de extinção, correspondendo a 28% de todas as espécies avaliadas.

A redução e perda de interações interespecíficas num ecossistema, resulta na perda de funções ecológicas essenciais (Valiente-Banuet *et al.*, 2015), podendo aumentar a vulnerabilidade dos ecossistemas a extinções secundárias, que, quando ocorrem, podem levar a cascatas de extinção descontroladas (Sanders *et al.*, 2018).

Além disso, é importante referir que, quando o efetivo populacional desce abaixo de um determinado limiar, a espécie, embora ainda presente no ecossistema, pode deixar de desempenhar um papel funcional nos processos ecológicos, comprometendo o normal funcionamento dos ecossistemas. Populações estáveis a longo prazo conferem resiliência aos ecossistemas, permitindo-lhes enfrentar perturbações como doenças e eventos climáticos extremos. No entanto, o declínio populacional compromete essa resiliência, ameaçando o equilíbrio ecológico (Sundstrom *et al.*, 2012).

No caso dos carnívoros, grupo ao qual pertence a espécie alvo deste trabalho, destaca-se o seu papel fundamental na regulação de processos ecológicos, tanto de forma direta como indireta. Através da predação e da regulação populacional, estes predadores contribuem para a manutenção do equilíbrio ecológico, promovendo a abundância e diversidade de mamíferos, aves, invertebrados e herpetofauna. Estes predadores influenciam também uma série de processos ecológicos cruciais, como a disponibilização de recursos para espécies necrófagas, a regulação da dinâmica de doenças (ao controlarem populações de hospedeiros), o sequestro de carbono (mediante o impacto que exercem sobre a vegetação via controlo das presas), e até alterações na morfologia de linhas de água, através da modificação do comportamento de espécies herbívoras. Em alguns contextos, verificou-se ainda que a presença de grandes carnívoros pode beneficiar a produção agrícola, ao reduzir populações de herbívoros que causam danos nas culturas. A conservação ou recuperação de populações de predadores em densidades ecologicamente eficazes, isto é, em números que permitam que regulem a dinâmica das presas e outros processos ecológicos, é essencial para garantir o equilíbrio e funcionamento dos ecossistemas (Ripple *et al.*, 2014).

A avaliação da IUCN (2025) indica que existem 46 espécies de mamíferos ameaçados na Europa — ou seja, classificadas como Vulnerável (VU), Em Perigo (EN) ou Criticamente em Perigo (CR) — o que representa 17% de todas as espécies de mamíferos identificadas. Relativamente ao grupo dos carnívoros, dos 36 identificados no território europeu, 8 espécies estão ameaçadas (International Union for Conservation of Nature (IUCN), 2025).

Relativamente a Portugal, de acordo com o Livro Vermelho dos Mamíferos, das 108 espécies de mamíferos terrestres e marinhos avaliados para o nosso país, 27 foram classificadas na categoria de Em Perigo (EN), o que corresponde a 25% de todas as espécies avaliadas. Os autores identificam a degradação, destruição e fragmentação dos habitats naturais, resultantes das atividades humanas, como as principais ameaças às diferentes espécies. Além disso, apontam as alterações climáticas como um fator adicional que compromete a sobrevivência e a estabilidade das populações analisadas, entre outras pressões que afetam a biodiversidade (Mathias *et al.*, 2023).

Em relação ao grupo dos carnívoros, os fatores de ameaça mais evidentes são o controlo de predadores, e a sobrepesca. A classificação das espécies deste grupo nas categorias de ameaça foi maioritariamente baseada na existência de populações muito pequenas (utilizando o critério de menos de 250 ou menos de 1000 indivíduos maduros), com área de ocupação limitada (com o critério de < 500 km²), com declínio da qualidade do habitat, e também considerando os potenciais efeitos da hibridação (Mathias *et al.*, 2023).

1.2. Conflitos entre humanos e animais selvagens

A vida selvagem, principalmente quando falamos de grupos de animais como os grandes carnívoros, pode representar uma ameaça direta, não só à segurança das pessoas e comunidades, mas também aos seus meios de subsistência e ao seu bem-estar (Løe & Røskoft, 2004).

Os conflitos entre pessoas e vida selvagem podem traduzir-se no termo utilizado na literatura: *human-wildlife conflicts* (HWC) (IUCN, 2023) que pode ser definido como os “conflitos que surgem quando a presença ou o comportamento da vida selvagem representa ameaças reais ou percebidas, diretas e recorrentes aos interesses ou necessidades humanas, levando a desentendimentos entre grupos de pessoas e impactos negativos nos humanos e/ ou a vida selvagem” (IUCN, 2020, citado em IUCN, 2023, p. 3).

A definição de HWC pode não ser direta na sua aplicação, já que existem muitas circunstâncias que envolvem a vida selvagem que podem ou não ser consideradas como HWC, dependendo do contexto e do próprio ponto de vista. Exemplos desta ambiguidade são por exemplo a caça furtiva, colisões com veículos, ataques esporádicos e a transmissão de doenças. Nestes cenários, decidir se constituem ou não conflitos entre seres humanos e vida selvagem depende do contexto (IUCN, 2023).

Apesar desta ambiguidade, a definição reconhece que os HWC são diversos e complexos. De acordo com a IUCN (2023), os HWC são normalmente marcados pelas três características seguintes:

1. Envolvem interações diretas e recorrentes entre as pessoas e a vida selvagem
2. São quase sempre sustentados por conflitos sociais entre pessoas sobre a gestão da vida selvagem
3. Tendem a envolver espécies de interesse para a conservação que afetam negativamente os interesses humanos - Mais que não seja, porque as espécies ganham interesse de conservação se forem muito perseguidas (quando os níveis populacionais baixam para um ponto crítico)

Estas interações tendem a ocorrer sempre que humanos e animais partilham o mesmo espaço e disputam os mesmos recursos. No entanto, grande parte da investigação nesta área tem-se focado sobretudo no comportamento dos animais, descurando o impacto social que estas interações têm nas populações humanas. Esse impacto, por sua vez, influencia a forma como as pessoas se relacionam com a vida selvagem - de modo positivo ou negativo, questão que será explorada mais adiante (Black *et al.*, 2020).

Pessoas e animais selvagens convivem há milhares de anos, mas a forma como essa proximidade ocorre varia ao longo do tempo e entre contextos geográficos. Atualmente, esta convivência está a assumir contornos distintos, consoante os ecossistemas e os tipos de pressão humana. Por exemplo, em regiões tropicais, a desflorestação tem vindo a aumentar a interface entre áreas perturbadas e zonas selvagens, favorecendo o contacto entre humanos e fauna silvestre. Este fenómeno foi amplamente discutido durante a pandemia de COVID-19, dado o aumento do risco de transmissão de zoonoses associado a essa aproximação (Tajudeen *et al.*, 2022).

Já no continente europeu, o aumento de floresta devido ao abandono de terras agrícolas, resultante de mudanças económicas e sociais a nível nacional, continental e mundial, está a permitir a recuperação e aumento das populações selvagens (Figura 1.1), aumentando a probabilidade de conflito (Pereira & Navarro, 2015). Segundo Deinet *et al.* (2013) e Ledger *et al.* (2022) esta recuperação é também atribuída a fatores como a proteção legal, ações de conservação direcionadas e programas de reintrodução (Figura 1.2).

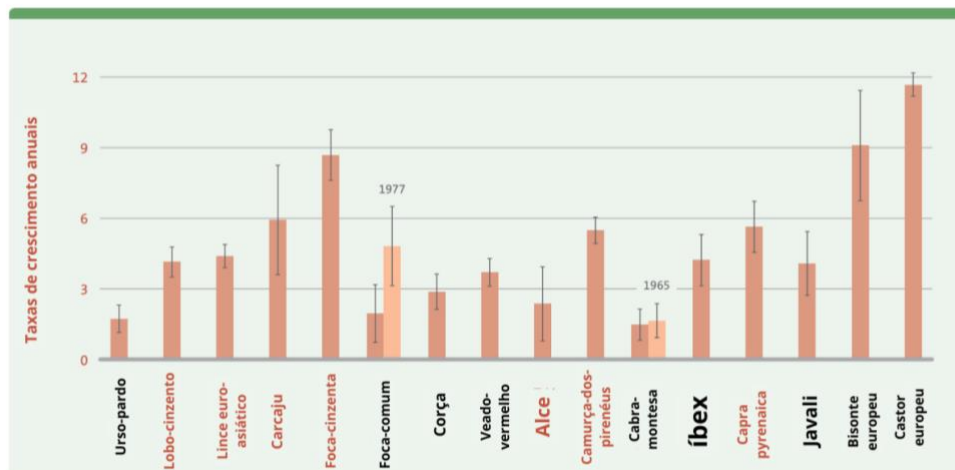


Figura 1.1 – Taxas médias de crescimento anual para as espécies de mamíferos selecionadas. As taxas de crescimento anual foram para o período de 1961 a 2005 na maioria dos casos. O texto a vermelho indica as espécies com dados temporais iniciados após 1961. As barras laranjas indicam as taxas de crescimento anual desde o início da recuperação da população (ano indicado acima das barras). O lince-ibérico (sem aumento aparente dos dados) não foi incluído na análise. Adaptado de Deinet *et al.* (2013).

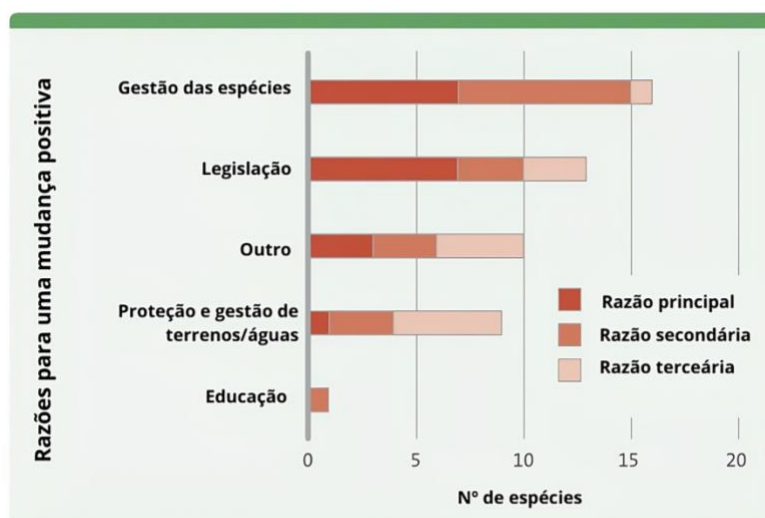


Figura 1.2 – Razões para o ressurgimento das 18 espécies de mamíferos do estudo. A barra horizontal mostra a proporção de espécies/populações para as quais cada razão foi identificada. As razões foram atribuídas pelos autores Deinet *et al.* (2013), com base numa revisão da literatura científica e técnica disponível sobre cada caso de recuperação, e refletem a interpretação das principais medidas ou fatores associados ao aumento populacional no contexto europeu ao longo do século XX e início do século XXI. Adaptado de Deinet *et al.* (2013).

Neste contexto faz sentido compreender duas realidades diferentes: por um lado as populações urbanas que tendem a ter uma relação mais distante com a vida selvagem, muitas vezes mediada por meios de comunicação ou valores simbólicos associados à conservação; e por outro, populações rurais, que convivem de forma mais direta com a fauna e que tendem a ter uma percepção mais prática e uma maior preocupação com os problemas relacionados à vida selvagem. Neste sentido populações urbanas apresentam maiores probabilidades de visualizar a vida selvagem de forma positiva ou como um símbolo de biodiversidade, e populações rurais frequentemente enfrentam desafios mais diretos, como danos causados por animais à agricultura ou segurança (Kato *et al.*, 2019).

O aumento de situações de conflito tem agravado o estado de conservação de muitas espécies, para além de poder provocar perdas económicas e, em situações mais extremas, perda de vidas humanas (Nyhus, 2016). De acordo com o World Bank & Global Wildlife Program, (2023), os conflitos entre humanos e vida selvagem continuam a ter impactos significativos na conservação das espécies e nas comunidades humanas. Assim, este tema tem vindo a ganhar relevância global, tanto na perspetiva da conservação, como do desenvolvimento (IUCN, 2023).

Os HWC colocam sérios desafios aos governos e organizações que tentam alinhar a conservação da vida selvagem com o desenvolvimento sustentável. Quando os esforços de conservação resultam no aumento da população da vida selvagem, ou na expansão das áreas de distribuição, surgem frequentemente conflitos entre humanos e animais selvagens (IUCN, 2023).

Surge, assim, a importância de contrariar tendências passadas, onde ao mitigar as interações negativas entre humanos e animais selvagens, os programas de conservação ignoravam frequentemente as necessidades dos residentes locais e concentravam-se apenas na vida selvagem. Nesses contextos resultam programas que priorizaram a proteção dos animais em detrimento da proteção das pessoas (Black *et al.*, 2020).

Os HWC envolvem também vários intervenientes inseridos em diferentes contextos sociais e económicos. Esta diversidade de contextos precisa de ser considerada, pois o impacto do conflito pode variar dependendo da profissão, papel ou situação económica de cada interveniente. Por exemplo, um agricultor pode ser afetado de maneira diferente de um caçador, dado que as suas necessidades e prioridades são distintas. Assim, situações de HWC são por natureza complexas e dinâmicas, pelo que a sua gestão requer esforços sustentados, colaborativos e orientados para o processo, ou seja, é da maior importância acautelar a multidisciplinidade e incluir não só as questões biológicas e ecológicas do conflito, mas também as sociais e económicas (IUCN, 2023).

1.3. Coexistência

Quando se aborda o tema de HWC, de forma intuitiva pode pensar-se que aquilo que está no extremo oposto é a coexistência. Embora o termo ‘coexistência’ tenha recebido uma atenção crescente no âmbito da investigação em conservação, raramente é definido ou aplicado de forma consistente na literatura. Isto significa que não só carece de uma definição universalmente acordada (Lucas *et al.*, 2022), como é frequentemente assumido e deixado ao leitor para interpretar, tornando difícil a comparação de estudos (Glikman *et al.*, 2021).

Ainda assim, é possível encontrar algumas definições, como por exemplo a de Pooley *et al.* (2021): “por coexistência entende-se um estado sustentável, embora dinâmico, no qual os seres humanos e a vida selvagem se coadaptam à partilha de paisagens, onde as interações humanas com a vida selvagem são eficazmente governadas para garantir que as populações de vida selvagem persistem de formas socialmente legítimas que garantam níveis de risco toleráveis” (Pooley *et al.*, 2021, p.1).

Outras definições passam também pela interpretação de coexistência “como um equilíbrio ou um compromisso negociado entre os humanos e a vida selvagem sobre como existir em conjunto” ou ainda perspectivas com base numa “comunidade ecológica onde a coexistência acontece quando as espécies têm nichos ecológicos diferentes e competem moderadamente por recursos” (Glikman *et al.*, 2021, p.1 e 2).

Este conceito tem sido cada vez mais utilizado para descrever uma ampla variedade de interações entre humanos e fauna selvagem, abrangendo não só situações de ausência de conflito, mas também interações positivas, como benefícios culturais, económicos ou ecológicos resultantes dessa convivência. Esta ampliação do conceito permite ultrapassar uma abordagem centrada exclusivamente na proteção de espécies ameaçadas, incorporando também preocupações com questões de poder, equidade e justiça social nas decisões de conservação (Marchini *et al.*, 2021).

Assim, é relevante afirmar que a coexistência não deve ser vista como um ponto de chegada, mas sim um processo dinâmico. Isto significa que não é possível atingir um certo estado final, já que este processo deve ser contínuo ao longo do tempo e depende de relações e interações que estão em constante mudança (IUCN, 2023).

De acordo com a IUCN (2023), coexistência pode ser definida pelas 7 características seguintes:

- A coexistência não é simplesmente o oposto (ou ausência) de conflito
- A coexistência não prioriza as interações negativas entre humanos e animais selvagens

- A coexistência enfatiza as interações humanos-fauna selvagem em paisagens multiusos
- A coexistência deve funcionar em amplas escalas paisagísticas, bem como resolver problemas específicos em locais específicos
- A coexistência é ecológica, socialmente complexa e dependente do contexto
- A coexistência deve proporcionar espaço para pontos de vista contrastantes
- A coexistência envolve a consideração do poder, da equidade e da justiça, permitindo a participação de todos os grupos afetados em processos transparentes e democráticos

A coexistência, tanto como conceito, quanto como objetivo e prática de gestão, tem despertado crescente interesse entre investigadores, gestores e decisores, empenhados em compreender e aprimorar as interações entre humanos e a vida selvagem (Marchini *et al.*, 2021). Segundo Marchini *et al.*, (2021) no mundo atual, cada vez mais complexo, interligado e dominado pelos humanos, transformar as interações entre humanos e vida selvagem (HWI – *human-wildlife interactions*) numa coexistência em grande escala requer um planejamento completo.

Isto demonstra mais uma vez a importância de abordagens completas e holísticas. O processo, segundo Marchini *et al.*, (2021) deve iniciar-se por abordar duas questões fundamentais: “onde estamos e onde queremos chegar?”, ou seja, qual é a situação atual e qual é a situação desejada (Marchini *et al.*, 2021, p.2). Esta ideia remete para a relevância de descrever a situação atual de conflito (ou não) das espécies, para que se possa construir um plano para o futuro, o que constitui um dos objetivos deste trabalho.

Neste sentido, é relevante questionar as razões que tornam a coexistência um desafio. Segundo a IUCN (2023), fatores como contextos culturais, políticos e económicos específicos de cada situação muitas vezes são mal compreendidos, dificultando a gestão dos conflitos. Além disso, as relações complexas entre os diferentes grupos envolvidos tornam-se difíceis de interpretar e abordar. Como já mencionado, cada caso apresenta características únicas, o que limita a transferência direta de soluções eficazes de uma situação para outra. Adicionalmente, alguns métodos eficientes de controlo de danos e retaliação podem ser socialmente inaceitáveis ou financeiramente inviáveis. Por fim, os próprios processos de tomada de decisão são, frequentemente, pouco inclusivos e transparentes.

Um dos problemas associados às intervenções nesta área é que estas são muitas vezes pensadas com o objetivo principal de reduzir a perda de animais de produção/domésticos, assumindo que uma redução da perda facilitará a coexistência. Assim, a eficácia do projeto é calculada através de medições quantitativas da perda de animais antes e depois da implementação de uma estratégia, concentrando-se assim nos aspetos biológicos da redução de conflitos (Miller *et al.*, 2016)

No entanto, e como já mencionado, os resultados reais destes cenários de interações são moldados por diversos elementos sociais que têm uma relevância no panorama geral. Deste modo, quando a principal abordagem para avaliar a coexistência assenta predominantemente em métodos quantitativos, centrados em dimensões biológicas, dificilmente se alcança uma compreensão abrangente do que é, de facto, necessário para a sua concretização geral (Lucas *et al.*, 2022).

Em Marchini *et al.*, (2021) os autores apresentam um quadro conceptual de relevância para esta temática adaptado para o contexto desta tese, observável na Figura. 1.3. Os autores sugerem que as HWI podem ser descritas em 2 dimensões separadas: a dimensão da conservação e a social.

A dimensão de conservação é definida em termos de parâmetros de nível populacional, como o tamanho da população ou o estatuto de conservação, enquanto a dimensão social, no contexto da interação, é expressa em termos de fatores tangíveis e intangíveis, como o custo/benefício financeiro, as atitudes, emoções e medidas de bem-estar (Marchini *et al.*, 2021).

No canto inferior esquerdo, está representada a situação onde tanto a dimensão da conservação como a social apresentam valores negativos. Estas situações ocorrem por exemplo quando a vida selvagem ameaçada causa danos às pessoas, já que diminui os serviços de ecossistemas necessários à segurança e bem-estar das populações (tanto selvagens como humanas) (Marchini *et al.*, 2021).

No canto superior esquerdo, está representada a situação onde a dimensão de conservação é negativa, mas há uma situação positiva para (algumas) pessoas, como na sobreexploração associada à caça furtiva ou ao comércio de vida selvagem (Marchini *et al.*, 2021).

No canto inferior direito pode encontrar-se a situação onde a dimensão de conservação é positiva (ao nível da população) mas há uma situação negativa para as pessoas. Um exemplo desta situação é por exemplo em casos onde a vida selvagem é abundante, de tal forma que causa impactos como colisões com veículos e as doenças zoonóticas (Marchini *et al.*, 2021).

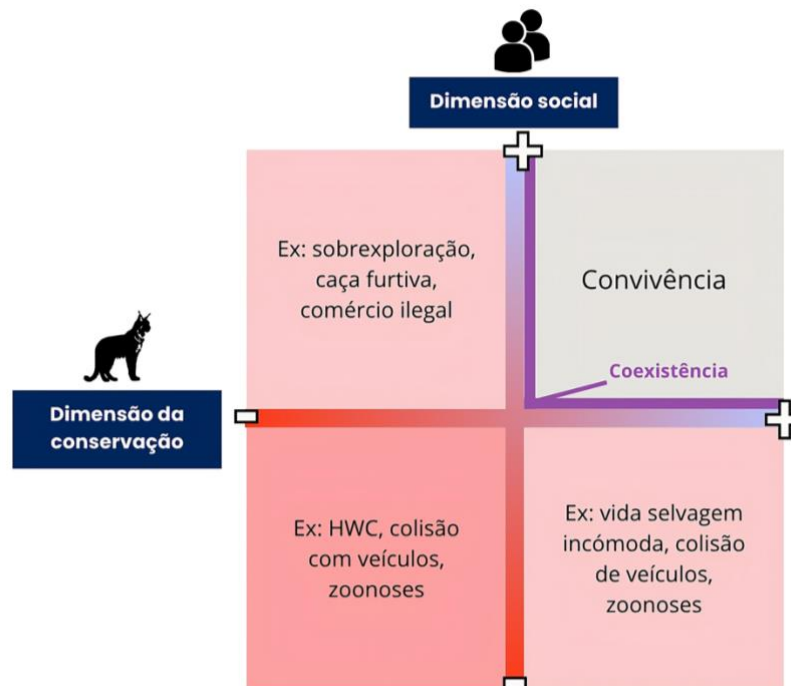


Figura 1.3 – Matriz de interação entre a dimensão social e a dimensão da conservação, relativamente à HWI. A situação varia de mau (vermelho) a boa (azul). Os parâmetros para situações com animais selvagens e humanos são escolhidos de acordo com a relevância e a acessibilidade (por exemplo, tamanho da população de espécies e impacto percebido, respetivamente). Os símbolos matemáticos indicam a direção das perspetivas sociais e de conservação em constante mudança. A coexistência é definida como a condição em que nenhuma das partes envolvidas recebe um impacto negativo significativo da outra (linha roxa), de modo que a sua “existência conjunta” possa ser sustentada. Adaptado de Marchini *et al.*, 2021.

Por último, no canto superior direito está representada a convivência, entendida como um estado mais específico e qualitativamente superior dentro do domínio mais amplo da coexistência onde a dimensão tanto da conservação como a social é positiva. A linha roxa assinala o limite que separa situações de conflito de situações de coexistência. Esta última constitui a condição mínima necessária para que humanos e vida selvagem partilhem um mesmo território: desde que nenhuma das partes sofra impactos negativos significativos, a interação é considerada coexistente. Já a convivência, segundo os autores, corresponde a um estado mais forte dentro dessa zona de coexistência. Neste cenário, ambas as partes beneficiam positivamente da interação, que frequentemente gera vantagens adicionais, como receitas provenientes do turismo, serviços de ecossistema ou valorização cultural da fauna. (Marchini *et al.*, 2021, p. 3).

Esta distinção é útil para o planejamento de conservação: primeiro, procura-se ultrapassar a linha roxa (alcançando a coexistência) e, posteriormente, avançar para o quadrante branco, concretizando a convivência. Na prática, o objetivo da manutenção do HWC é a alteração das situações na metade esquerda e inferior da estrutura para a direita e para cima, respetivamente, em direção à convivência. No entanto, embora essa seja a meta desejada, a condição de benefício mútuo implícita na convivência raramente é realista e, em última instância, não é essencial para a conservação. Em muitos casos, pode ser suficiente estabelecer uma situação em que nenhuma das partes envolvidas – vida selvagem e seres humanos – sofra impactos negativos significativos da outra, permitindo, assim, a manutenção da sua “existência conjunta” (Marchini *et al.*, 2021, p. 3).

Também é de interesse perceber de que forma é que as próprias pessoas percebem e se posicionam relativamente à coexistência, já que isso pode não corresponder exatamente com as definições e parâmetros académicos. O artigo de Lucas *et al.* (2022) é um exemplo dessa tentativa, onde os autores apresentaram como objetivo entender de que forma a população via a coexistência, através de entrevistas e questionários a informantes-chave, como criadores de gado comerciais, conservacionistas e gestores de áreas protegidas envolvidos em cenários de coexistência com carnívoros em Limpopo, África do Sul. Da análise dos resultados, os autores salientam duas das expressões mais referidas para descrever coexistência: “Vive e deixa viver” e “Harmonia”. Uma característica comum entre as definições dos participantes foi o reconhecimento da possibilidade de viver na mesma área e de existir um local para as pessoas e para a vida selvagem (Lucas *et al.*, 2022, p.7).

Uma percepção que foi referida no artigo é de como a maioria dos participantes mede o sucesso da coexistência por uma redução da perda de gado. Na verdade, e como foi já acima mencionado, sabemos que esta medida pode ser descrita como uma medida do potencial de coexistência, mas são necessárias outras medidas de ocupação e comportamento da vida selvagem para medir a verdadeira coexistência. Ainda assim, é preciso ter em conta que se esta foi a medida referida pela maioria dos participantes, as medidas alternativas de sucesso podem não ter qualquer significado para os agricultores e conceitos mais abstratos podem ser mais difíceis de visualizar, reduzindo, em última análise, o envolvimento com programas de coexistência (Lucas *et al.*, 2022).

Isto demonstra a importância de quando são estudadas as percepções da população sobre a coexistência e as interações com a vida selvagem, serem utilizados métodos que permitam compreender a singularidade, numa primeira instância dos diferentes grupos de pessoas envolvidas, mas também de cada pessoa de forma individual.

Este cenário demonstra como soluções prontas e de resposta única para problemas de HWI não são adequadas, já que a resposta não pode passar exclusivamente por apresentar soluções como certas (Marchini *et al.*, 2021). Assim, é necessário ter em consideração a influência das emoções, heurísticas e preconceitos dentro de cada grupo de *stakeholders* e pensar em estratégias de comunicação que promovam o codesenvolvimento de métodos de intervenção e medidas de avaliação (Lucas *et al.*, 2022).

Com vista à coexistência é essencial ter em conta a dimensão social dos conflitos para que sejam criadas soluções a longo prazo com sucesso. Os HWC são altamente contextuais, e uma única espécie pode afetar diferentes comunidades e localidades de diferentes formas. Assim, é importante compreender as dimensões relevantes no contexto da situação socioeconómica, bem como da paisagem ecológica (Black *et al.*, 2020).

1.4. Conflitos e coexistência com carnívoros

No caso específico dos grandes carnívoros, a expansão das atividades humanas, a conversão de habitats naturais para uso antrópico, as alterações na distribuição e disponibilidade das presas e, em algumas regiões, a recolonização natural ou reintrodução controlada de predadores, fazem com que a probabilidade de conflito continue a aumentar (Glikman *et al.*, 2021).

Os HWC afetam mais de 75% das espécies de felinos em todo mundo apresentando-se como uma questão crítica na conservação deste grupo de animais. No contexto do grupo dos carnívoros, Carter & Linnell (2016) definem a coexistência como um “estado dinâmico, mas sustentável, onde humanos e grandes carnívoros se coadaptam para viver em paisagens partilhadas, governadas por instituições eficazes que garantem a persistência da população carnívora a longo prazo, a legitimidade social e níveis toleráveis de risco”. Este conceito inclui interações humano-carnívoro e humano-humano, unificando interpretações entre diferentes disciplinas (Carter & Linnell, 2016; Inskip & Zimmermann, 2009; Nyhus, 2016).

Neste sentido é importante reforçar que a coexistência não elimina os riscos de uma convivência com carnívoros, mas exige sim tolerância humana a esses riscos, reduzindo-os a níveis toleráveis, o que vai ao encontro das definições discutidas acima. A tolerância humana está fortemente relacionada com fatores sociais, culturais, cognitivos e emocionais, e não apenas com questões económicas. Neste contexto é relevante compreender que a perceção pública do risco é muitas vezes mais relevante do que os dados objetivos como os da predação. (Carter & Linnell, 2016).

Mesmo onde as pessoas e carnívoros coexistiram historicamente, os padrões tradicionais de comportamento em relação aos grandes carnívoros podem ser alterados por processos mais amplos de mudanças económicas, sociais, políticas e climáticas. As intervenções de conservação têm-se centrado frequentemente na alteração dos comportamentos daqueles que vivem ao lado de grandes carnívoros para promover práticas sustentáveis. Embora estas intervenções continuem a ser importantes, o seu sucesso está indissociavelmente ligado a contextos sociopolíticos mais vastos, incluindo a governação dos recursos naturais e a distribuição equitativa dos custos e benefícios ligados à conservação (Durant *et al.*, 2021).

Uma multiplicidade de fatores influenciam a ocorrência e a escala do conflito, incluindo a disponibilidade de habitat, a disponibilidade de presas selvagens e as práticas de gestão do gado. Fatores socioeconómicos, tais como atitudes, perceções e dependência económica do gado, também desempenham um papel crucial. A predação do gado é a principal causa do conflito, incluindo ainda a competição com caçadores e ataques a humanos (ainda que menos expressivos), o que pode levar a comportamentos intolerantes e comprometer os esforços de recuperação destes animais. Diversos autores têm salientado que o crescimento das populações de grandes carnívoros, impulsionado por programas de conservação e reintrodução, pode intensificar os conflitos com as comunidades humanas, sobretudo em regiões onde estas espécies haviam sido extintas ou severamente reduzidas. À medida que recuperam e expandem, estes animais entram em contacto mais frequente com atividades humanas, como a criação de gado ou a caça, o que pode resultar em ataques a animais domésticos e em preocupações relacionadas com a segurança (Banasiak *et al.*, 2021; Carter & Linnell, 2016; Garrote *et al.*, 2013). A incidência e a gravidade desses conflitos tendem ainda a aumentar consoante a dimensão corporal das espécies e não ocorrem de forma uniforme no território, podendo gerar impactos socioeconómicos significativos. Caso não sejam adequadamente previstos e mitigados, estes conflitos podem comprometer o sucesso a médio e longo prazo dos programas de conservação (Banasiak *et al.*, 2021; Inskip & Zimmermann, 2009).

Neste sentido, as estratégias de mitigação surgem com o objetivo de procura reduzir os impactos dos carnívoros sobre as comunidades locais, como compensações económicas, campanhas de sensibilização ou mudanças técnicas na criação de gado como utilização de cães de guarda de gado. O sucesso destas estratégias é fortemente influenciado pelas perceções das partes interessadas, impactando a eficácia e a sustentabilidade a longo prazo destas iniciativas. Estas perceções podem variar amplamente em cada grupo-alvo e influenciam a sua vontade de envolvimento nestas estratégias. Visões divergentes entre diferentes partes interessadas podem dificultar a implementação e aceitação destas estratégias (Carter & Linnell, 2016; Grossmann & Patkó, 2024; Lucas *et al.*, 2022).

Por um lado, as perceções positivas e a confiança entre as partes interessadas promovem a cooperação e melhoram a comunicação, o que é crucial para o sucesso da coexistência. Quando os intervenientes percecionam as estratégias de mitigação como justas, eficazes e que abordam as suas preocupações e interesses, estão mais propensas a apoiá-las e implementá-las. É também relevante que as pessoas vejam os processos de tomada de decisão como transparentes e equitativos, já que assim será mais fácil que aceitem e adiram aos resultados, fortalecendo a dimensão do processo. Por outro lado, as perceções negativas, a desconfiança e os valores conflitantes podem prejudicar as estratégias de mitigação de conflitos (Grossmann & Patkó, 2024; Lucas *et al.*, 2022).

Ainda assim, a coexistência eficaz entre humanos e carnívoros exige mais do que medidas técnicas de mitigação: requer o envolvimento direto das partes interessadas e a consideração das suas perceções e valores. Tal como demonstrado por Rigg (2024), num estudo centrado no lince-euroasiático (*Lynx lynx*), intervenções impostas sem consulta podem gerar sentimentos de desconfiança e resistência aumentando os conflitos. Em contrapartida, processos participativos que promovam transparência, justiça e coresponsabilidade tendem a reforçar o apoio local às estratégias de conservação.

Noutro artigo sobre o lince-euroasiático os autores enfatizam também a necessidade de compreender as diferenças entre os diferentes grupos sociais já que isso pode melhorar significativamente a eficácia das estratégias de conservação da vida selvagem ao permitir abordagens direcionadas e personalizadas. O estudo enfatiza que diferentes grupos têm diferentes perceções, preocupações e níveis de conhecimento sobre questões de conservação e reconhecer estas diferenças permite aos conservacionistas abordar preocupações específicas e lacunas de conhecimento dentro de cada grupo, em vez de aplicar uma estratégia única para todos. Os autores mencionam que por exemplo os agricultores expressam frequentemente preocupações sobre a predação do gado, enquanto o grupo de veterinários demonstrou falta de conhecimento e alguns proprietários de terras demonstraram apoio positivo à reintrodução (Pearson & Carpenter, 2025).

Assim, a gestão eficaz de conflitos requer soluções sustentáveis e culturalmente aceitáveis que equilibrem e tenham em conta as necessidades tanto da fauna como dos humanos. Além disso, as estratégias de gestão devem ser adaptadas a situações específicas, considerando os determinantes únicos do conflito em cada área com abordagens interdisciplinares, promovendo interações sustentáveis entre humanos e animais selvagens em paisagens partilhadas (Carter & Linnell, 2016; Inskip & Zimmermann, 2009).

1.5. Lince-ibérico

1.5.1. Biologia e conservação

O lince-ibérico é um predador de topo, de comportamento solitário e territorial, com especialização marcada nas suas preferências de habitat e alimentação. A espécie requer matagal mediterrânico para viver, caracterizado por um mosaico de matagais densos, que oferecem abrigo e locais de reprodução, e pastagens abertas, que facilitam a caça. Alimenta-se maioritariamente de coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), que constitui cerca de 90% da sua dieta (Deinet *et al.*, 2013; Ledger *et al.*, 2022).

A nível nacional o lince-ibérico tem atualmente um estatuto de ameaça de Em Perigo (EN), ainda que em avaliações anteriores fosse classificado como Criticamente em Perigo (CR). A classificação atual tem por base o tamanho estimado da população, atualmente menor do que 250 indivíduos maduros. O desagravamento do estatuto de conservação, desde a última avaliação, é devido ao facto da população não ter decrescido nas últimas duas décadas, e de não se perspetivar regressões populacionais ou da área de distribuição no futuro próximo (Cabral, 2005; Sarmiento & Lopes-Fernandes, 2023).

De forma consistente com a tendência observada a nível nacional, a nível global, o lince-ibérico está atualmente classificado como Vulnerável (VU) pela IUCN o que constitui uma melhoria relativamente a avaliações anteriores. Em 2002, a espécie estava classificada como Criticamente em Perigo (CR), tendo passado para Em Perigo (EN) em 2019. Esta melhoria deve-se ao aumento da população, à expansão do seu território e ao sucesso de programas de reintrodução e de gestão de habitats e de coelho-bravo, embora a espécie continue vulnerável devido à dependência de populações de coelho e a ameaças como atropelamentos, caça ilegal, incêndios e perda de habitat (Rodríguez, 2024).

Para além do estatuto da Lista Vermelha, o lince-ibérico apresenta um *Recovery Score* de 22% na *Green Status of Species* da IUCN, sendo considerado “fortemente reduzido”. Isto deve-se ao facto de a espécie estar ausente em duas das seis unidades espaciais do seu território histórico e presente, e presente, mas não funcional, nas restantes quatro. Apesar disso, a espécie tem já associados vários projetos de conservação que têm invertido o declínio populacional e evitaram a sua extinção. A continuação destas ações e a reintrodução planeada nas unidades onde está ausente poderá duplicar o *Recovery Score* em 10 anos. A espécie apresenta uma dependência de conservação relativamente baixa, já que algumas populações poderiam persistir mesmo sem intervenção. No entanto, a concretização do *Fully Recovered* status em 100 anos depende da manutenção de esforços de conservação eficazes (Salcedo *et al.*, 2024).

Esta espécie sofreu alterações significativas na sua distribuição geográfica ao longo da história. Apesar de ser originária da Península Ibérica, durante o Pleistoceno Inferior, a espécie expandiu-se para o sul de França e Itália no Pleistoceno Médio. Há cerca de 40.000 anos a sua distribuição atingiu a sua extensão máxima, estendendo-se até às latitudes meridionais da Península Itálica. No entanto, um processo de contração começou no final do Pleistoceno Superior, restringindo o lince de volta à Península Ibérica (López *et al.*, 2024).

Em tempos históricos mais recentes, o lince-ibérico estava limitado à Península Ibérica, particularmente em áreas de clima seco de verão. Entre os séculos XVI e XX, a espécie foi encontrada principalmente no quadrante sudoeste da Península Ibérica, com populações isoladas noutros locais. Um dramático estrangulamento populacional ocorreu por volta do século XVII, provavelmente devido ao aumento da pressão humana, seguido de um aumento populacional dos séculos XVIII para XIX devido à menor perseguição humana. No século XX, o lince estava quase ausente do norte e leste da Península Ibérica, permanecendo abundante apenas no Sudoeste (López *et al.*, 2024).

Foi durante a segunda metade do século XX, que foi observado um colapso populacional sem precedentes, com uma redução superior a 80% na população selvagem, impulsionada principalmente pelo desaparecimento drástico do coelho-bravo (Vargas *et al.*, 2008). No final da década de 1980 a espécie ficou limitada a dez populações isoladas na Península Ibérica. Em Portugal, as áreas de ocorrência histórica incluíam a Serra da Malcata, S. Mamede, Vale do Sado, Moura-Barrancos, Vale do Guadiana e Algarve-Odemira (Sarmiento & Lopes-Fernandes, 2023).

De acordo com o censo de 2002, restavam apenas cerca de 200 lincos na natureza, metade dos quais adultos reprodutores, restritos às duas últimas populações viáveis situadas na Andaluzia: Doñana e Sierra Morena e em 2004 apenas 150 (Loureiro *et al.*, 2011; Vargas *et al.*, 2008).



Figura 1.4 – Ocorrências confirmadas de lince-ibérico *Lynx pardinus* em Portugal Continental nos períodos entre 2005 e 2021. Reproduzida de Sarmiento & Lopes-Fernandes, 2023.

Em Portugal, a situação do lince-ibérico tornou-se extremamente crítica no início da década de 1990. Os últimos registos confirmados da espécie, baseados em provas diretas como capturas, atropelamentos ou fotografias, datam do início de 1992, não tendo sido obtidas novas evidências físicas após essa data, apesar de um esforço de amostragem intensivo. Entre 1994 e 1997, um inquérito nacional identificou cinco núcleos populacionais e estimou a presença de 40 a 53 indivíduos distribuídos por cerca de 2 400 km², destacando-se o núcleo Algarve-Odemira com 18 a 24 adultos. Contudo, esses resultados basearam-se em entrevistas e questionários a habitantes locais, sem confirmação por observações diretas. Levantamentos sistemáticos posteriores, realizados entre 2002 e 2003, incluindo a análise de amostras fecais e o uso de armadilhas fotográficas não conseguiram confirmar a presença da espécie. Segundo o Livro Vermelho dos Mamíferos de Portugal (2023), a partir do final da década de 1990 não se detetou a presença de populações residentes em Portugal (Figura 1.4). Face a este cenário, em 2002, o ICNF lançou medidas de emergência centradas na identificação de metapopulações remanescentes e na seleção de áreas prioritárias para possíveis capturas com vista à reprodução em cativeiro (Sarmiento *et al.*, 2009).

Entre 1998 e 2002, as primeiras medidas de conservação do lince ibérico foram implementadas pelo Ministério do Ambiente espanhol, algumas Comunidades Autónomas e ONG's (Organização Não Governamental). Estas ações preliminares prepararam o terreno e, sobretudo, permitiram a realização do primeiro censo ibérico que fez soar todos os alarmes (López *et al.*, 2024).

Neste contexto, surge em Espanha um programa de conservação *ex situ*, iniciado em 2001, que teve como objetivo estabelecer uma população para futuras reintroduções. Em 2005, o programa expandiu-se para uma rede de centros de reprodução em Espanha e Portugal (Serra & Perez Aspa, 2024). A unificação dos esforços de conservação entre Portugal e Espanha, materializada através de vários projetos financiados pelo programa LIFE permitiram a reintrodução de exemplares criados em cativeiro em diversas regiões do centro e sudoeste da Península Ibérica (Sarmiento & Lopes-Fernandes, 2023).

Em Portugal, o programa foi formalizado através de um acordo de cooperação com Espanha, aprovado pelo Decreto n.º 50/2008. Este acordo estabeleceu as bases para a criação de um centro de reprodução em cativeiro em Silves, o Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico (CNRLI), que se tornou uma componente essencial do programa ibérico de conservação *ex situ* iniciando a sua atividade em 2009 (Presidência da República, 2008). O ICNF elaborou um plano de conservação com base na reintrodução futura da espécie, assente num programa de reprodução em cativeiro cuja operacionalização se previa até 2010 (Sarmiento *et al.*, 2009). Também a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) e a Fauna & Flora International (FFI) lançaram o Programa Lince em 2004 que tinha como objetivo contribuir para a conservação e gestão a longo prazo de um corredor de habitats prioritários para o lince-ibérico em Portugal (Loureiro *et al.*, 2011). Estas iniciativas estão integradas no Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico em Portugal (PACLIP), aprovado pelo Despacho n.º 12697/2008, que coordena e orienta todas as medidas de conservação da espécie no território nacional (Ministério do Ambiente, 2008).

Nos últimos anos, tem-se observado uma recuperação notável das populações de lince-ibérico, não apenas em termos numéricos (como se pode verificar na Figura 1.5), mas também na sua distribuição geográfica. Até 2023, este programa cooperativo entre Portugal e Espanha produziu mais de 700 crias em mais de 400 eventos de reprodução, com 441 lince libertados em 8 áreas de reintrodução. Este processo levou ao estabelecimento de oito novas populações selvagens na Península Ibérica, ajudando significativamente na recuperação da espécie (López *et al.*, 2024; Serra *et al.*, 2024). O CNRLI conta já com 170 nascimentos, dos quais 110 foram reintroduzidos na natureza (PÚBLICO, 2024).

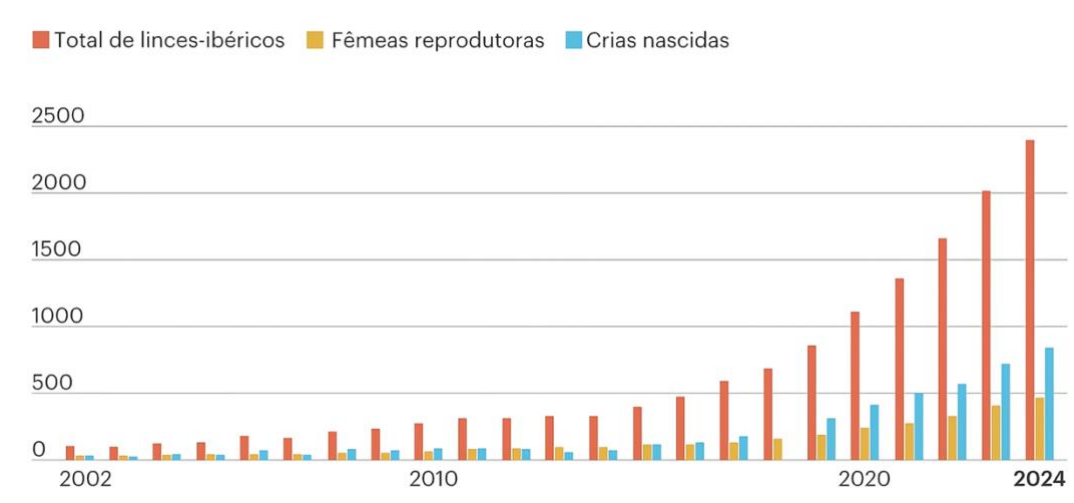


Figura 1.5 – Evolução da população de Lince-ibérico em Portugal e Espanha (2002-2024). Reproduzido de Gonçalves (2025).

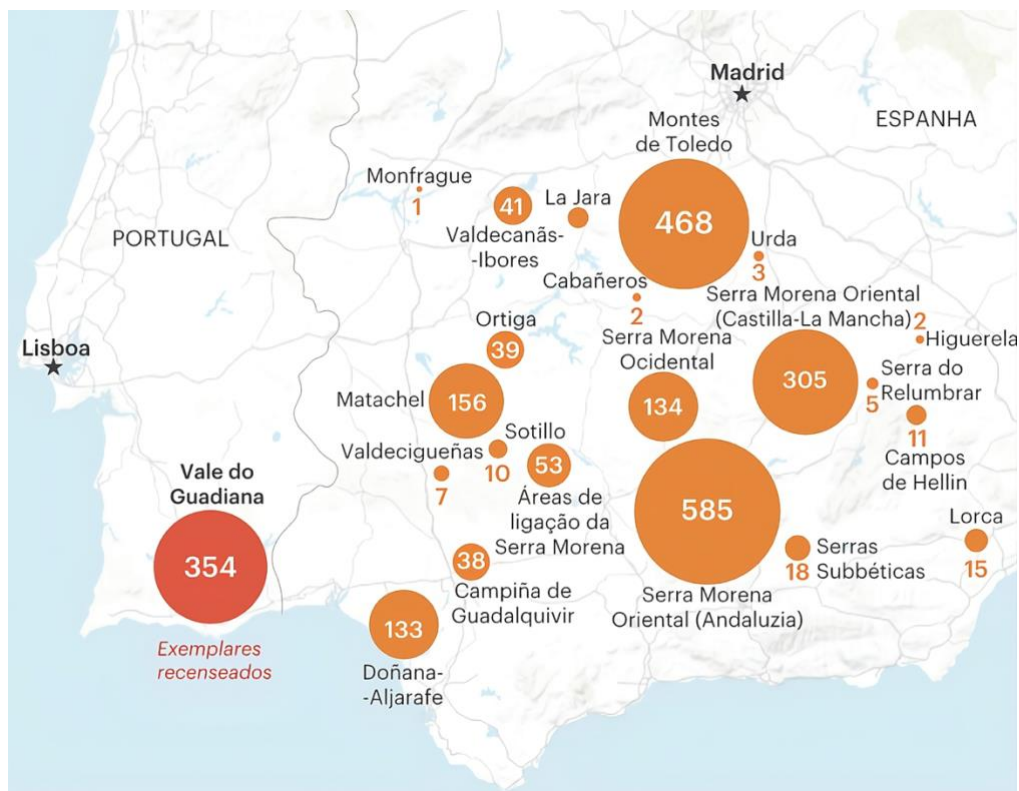


Figura 1.6 – Núcleos de presença de lince-ibérico em 2024 e número de exemplares contabilizados. Reproduzido de Gonçalves (2025).

O número total de lincos-ibéricos contados durante o ano de 2024 no censo mais recentemente publicado em toda a sua área de distribuição ibérica foi de 2401, distribuídos entre Espanha com 2047 indivíduos no total (85,3%) e Portugal com 354 indivíduos (14,7%) o que simboliza um aumento de 280% apenas nos últimos cinco anos. O crescimento ao nível nacional deve-se em grande parte ao sucesso do núcleo de reprodução instalado no Vale do Guadiana, a única área de reprodução atualmente ativa em território português. Neste núcleo, foram registadas 67 fêmeas territoriais que deram origem a 110 crias, com uma taxa de fecundidade de 1,6 crias por fêmea. A maioria dos lincos em Portugal eram adultos ou juvenis ($n=244$), incluindo 116 machos, 83 fêmeas e 44 indivíduos de sexo indeterminado. Estes dados confirmam a consolidação do lince-ibérico como espécie residente no sul de Portugal, embora a sua presença continue concentrada numa única região, como é observável na Figura 1.6 (Gonçalves, 2025; Junta de Andalucía, 2024).

Na última década as principais causas de mortalidade do lince são de origem antrópica, destacando-se o atropelamento (Figura 1.7). As causas naturais, como lutas e doenças, são atualmente menos comuns. Dentro da categoria de ‘outras causas de morte’, embora 42,8% dos registos sejam de origem desconhecida, merece atenção a elevada proporção de casos atribuídos a tiros ou perseguição ilegal, não atribuídos aos lincos de Portugal. Ledger *et al.* (2022) e Sarmiento & Lopes-Fernandes (2023) destacam também que as populações isoladas da espécie enfrentam ameaças à sua viabilidade, principalmente devido à baixa diversidade genética. Assim, a continuidade da recuperação desta espécie dependerá da manutenção de habitat adequado, da mitigação de ameaças (como os atropelamentos, que em 2024 representaram 10 das 12 mortes registadas no país), e da aceitação social da espécie em áreas de presença atual e futura expansão (Junta de Andalucía, 2024).

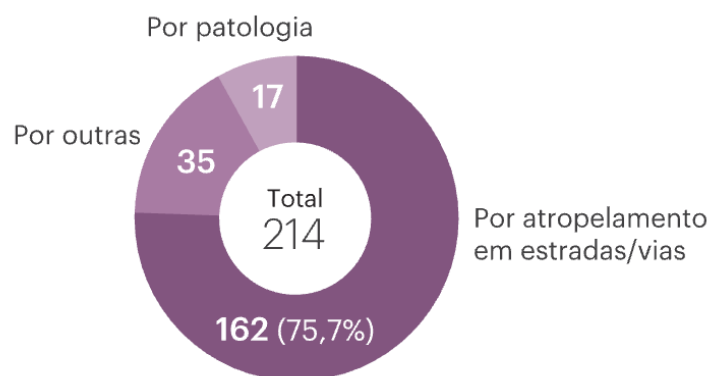


Figura 1.7 – Principais causas de morte em 2024 - Nº de exemplares mortos, em Portugal e Espanha. Reproduzido de Gonçalves (2025).

1.5.2. Relação histórica com as populações humanas

No contexto deste trabalho, o termo ‘perceção’ será utilizado com a definição dada por Bennett (2016) para o contexto dos carnívoros. Assim, perceção é “a forma como um indivíduo observa, compreende, interpreta e avalia as espécies carnívoras”. A utilização desta definição deve-se ao amplo espectro de termos associados às interações entre humanos e vida selvagem consideradas na literatura, como “perceções”, “crenças” ou “atitudes”. A aplicação de uma definição abrangente e compreensiva permite enquadrar a diversidade e ambiguidade de definições presentes na literatura (Newsom *et al.*, 2025, p.3).

Ao longo da história da humanidade, os carnívoros têm sido, de forma geral, uma fonte de medo, ódio e fascínio para as comunidades que com eles coexistem. Ainda que se saiba que os primeiros hominídeos eram presas habituais de vários grandes carnívoros, na era moderna os humanos perseguiram intensamente muitas espécies de carnívoros, erradicando propositadamente espécies e levando a drásticas diminuições populacionais (Fritts *et al.*, 2003). Neste sentido é interessante explorar uma dualidade existente já que, apesar da existência desta visão negativa, as espécies carnívoras carismáticas sempre desempenharam um papel importante nas crenças, histórias e símbolos populares de muitas comunidades que com elas coexistem (Newsom *et al.*, 2025).

No contexto dos carnívoros e no caso específico do lince-ibérico, as relações com as populações humanas não podem ser avaliadas numa perspetiva estática, já que esta interação tem sofrido alterações significativas. Para além disso, sem a possibilidade de compreender as histórias de interações, não é possível abordar adequadamente os conflitos no presente, já que as interações passadas entre a vida selvagem e os humanos moldam a forma como os envolvidos responderão às novas ações de gestão (IUCN, 2023).

De uma forma geral, os predadores sempre foram vistos pelos humanos como competidores desde tempos imemoriais e, por isso, representavam vermes, “criaturas inúteis que traziam danos e perigos” (Heydinger, 2020; Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016, p.36). O lince-ibérico constitui um exemplo paradigmático dessa perceção: segundo Lopes-Fernandes *et al.* (2022), foi durante séculos caçado e eliminado por ser considerado um “verme”. Contudo, ao longo do tempo foi-se transformando num símbolo da proteção da natureza.

Desde a pré-história que o lince tem ocupado um lugar ambivalente no imaginário humano, visto tanto como fonte de inspiração, amuleto e ser dotado de capacidades extraordinárias, como também como recurso utilitário (alimento) e ameaça a eliminar (Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016). No século XX, essa visão depreciativa persistiu, refletindo-se nas campanhas estatais de extermínio de “vermes”, responsáveis pela morte de milhares de animais, entre os quais se incluía o próprio lince, oficialmente classificado como “verme por lei” no contexto da agricultura, da caça e da pesca (Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016, p. 37).

Os primeiros textos que defendem a necessidade de proteção do lince em Portugal são de meados do século XX e é nessa altura que começa a surgir a ideia de que certas espécies devem ser protegidas, mesmo que essas medidas fossem nocivas para a caça. Neste seguimento, as práticas sistemáticas de controlo de predadores começam a ser criticadas e alguns profissionais começaram a alertar para o risco de ameaça de extinção. É provável que o início de um discurso ético pró-conservacionista que acompanha a tendência internacional de valorização das espécies raras tenha influenciado a política oficial e, como resultado, em 1967, o lince foi excluído da caça livre. Ainda assim, na prática, os lince foram mortos depois dessa data e pelo menos até 1990 (Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016).

Foi na década de 1970 que se deu uma mudança nas atitudes sociais em relação ao lince e o início da sua transformação cultural quando a LPN, lançou uma campanha nacional para a proteção do lince e de uma área específica, neste caso, os Morros da Malcata que estava a ser ameaçada pela exploração florestal, (Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016).

Graças à ação de ambientalistas e voluntários, a campanha foi amplamente bem-sucedida e conseguiu recolher mais de 46.500 assinaturas, alcançando o título de maior movimento social de conservação da natureza em Portugal até à data. Esta campanha chegou à maioria dos meios de comunicação e incluiu um cartaz com a imagem do lince (Figura 1.8), acabando por tornar este animal numa espécie popular e muito exposta nos meios de comunicação. É assim que o lince é utilizado pela primeira vez como símbolo de ativismo ambiental e que nesse âmbito acaba por se tornar num emblema do sucesso da conservação (Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016).



Figura 1.8 – Cartaz campanha "Salvemos o lince e a serra da Malcata" de 1979. Reproduzido da LPN.

Outro resultado derivado desta campanha foi a forte associação da região da Malcata como território do lince e mesmo muito tempo depois da extinção local da espécie, a imagem do lince é ainda usada numa diversidade de eventos, lojas e emblemas locais (Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016).

Já nível internacional, na sequência de anúncios contínuos do seu estatuto de ameaça crítica, o lince assumiu o estatuto daquilo que Noss (1990) designa como espécie emblemática: “espécies populares e carismáticas que servem de símbolos e pontos de encontro para grandes iniciativas de conservação”. Em 1996, a IUCN anunciou que o lince-ibérico era o felino mais ameaçado do mundo e foi nesse seguimento que a espécie reforçou o seu simbolismo para a conservação das espécies selvagens. Um exemplo claro disso foi a utilização da imagem desta espécie na capa da Lista Vermelha de Mamíferos Ameaçados (Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016, p.42).

Neste contexto, o lince, embora continue a ser percebido como um predador, deixou gradualmente de ser considerado um “verme” nos discursos das populações, passando a assumir-se como um objeto cultural contemporâneo. De acordo com Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira (2016), observa-se um interesse material em torno da sua reintrodução, no qual os residentes rurais também recorrem à imagem do lince como símbolo de distinção territorial. Assim, num processo associado à turistificação, o lince-ibérico passou a ser apropriado como elemento identitário e transformado em objeto de consumo simbólico, uma *souvenir* que representa a identidade portuguesa.

Os resultados apresentados por Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira (2016) trouxeram uma nova perspetiva à oposição geral dos residentes rurais descrita nos processos de reintrodução dos carnívoros. Os autores indicam que existem expectativas das populações locais com a reintrodução do lince, nomeadamente, a ideia de o transformar num ícone turístico que traga retorno financeiro, associado ao carisma da espécie.

Neste sentido, as características que fizeram do lince um “predador feroz” e um verme no passado, podem ser as mesmas que na atualidade o tornam interessante e passível de ser admirável. Por todas estas razões, Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira (2016) afirmam que o lince se tornou um ícone da cultura da Europa Ocidental, incorporando o simbolismo da conservação da natureza e a necessidade de regressar a cenários selvagens (Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016, p. 49).

1.5.3. Perceções e atitudes da população relativamente ao lince-ibérico

As atitudes e perceções em relação à vida selvagem variam consideravelmente entre regiões, períodos históricos e contextos socioculturais, nem sempre dependendo de fatores lineares ou previsíveis (Basak *et al.*, 2022; Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2017).

No caso do lince-ibérico, a necessidade de compreender as perceções das comunidades rurais com as quais a espécie coexistiria mais diretamente, e onde poderiam surgir conflitos, surgiu após as primeiras reintroduções em Portugal, catalisada pelos projetos LIFE que já decorriam em Espanha. Um relatório técnico do LIFE Habitat Lince Abutre que abrange o período entre 2010 e 2013 mostrou respostas ligeiramente positivas, mas no geral ambivalentes, de caçadores e criadores de gado quando questionados sobre a proteção do lince relativamente ao seu potencial impacto (Castro *et al.*, 2014).

No Vale do Guadiana, onde a população crescia lentamente, o lince era visto como um concorrente por recursos, e havia receios generalizados de que o seu regresso também pudesse levar a perdas económicas. Muitos proprietários de terras exigiram uma compensação financeira como condição para apoiar os esforços de conservação, refletindo uma abordagem utilitarista persistente à gestão da vida selvagem. As preocupações económicas eram particularmente acentuadas nas regiões onde a caça era uma importante fonte de rendimento, e o lince era visto como uma ameaça direta à viabilidade das populações cinegéticas (Lopes-Fernandes *et al.* 2018).

Estudos etnográficos (Lopes-Fernandes e Frazão-Moreira, 2016) corroboraram estas descobertas, mas também revelaram uma mensagem-chave que ajudou a ultrapassar esta oposição. O papel do lince como “superpredador” e o seu controlo sobre as populações de mesocarnívoros mais pequenas, como raposas, ginetas e sacarrabos, que competem com os caçadores por coelhos, tem sido cada vez mais reconhecido como benéfico para a economia rural. Os caçadores, que outrora se encontravam entre os maiores opositores à reintrodução do lince, passaram gradualmente a valorizar o contributo indireto da espécie para a gestão da caça. Esta tem sido uma das mudanças mais significativas nas atitudes rurais, pois demonstra como o conhecimento sobre a ecologia das espécies é importante para os objetivos de conservação (Castro *et al.* 2014, Lopes-Fernandes e Frazão-Moreira, 2016, Lopes-Fernandes *et al.* 2018, Lopes-Fernandes *et al.* 2023).

O único e mais recente estudo que aborda as percepções em relação ao lince ibérico em Portugal é o de Lopes-Fernandes *et al.* 2018, que realizou 131 entrevistas semiestruturadas com atores locais importantes na Serra da Malcata, em Moura-Barrancos e no Parque Natural do Vale do Guadiana. Os principais intervenientes incluíram os criadores de gado, representantes de câmaras, técnicos de conservação, gestores de terras e de caça, guardas de caça e utilizadores e promotores de atividades na natureza.

A Malcata foi a região com opinião mais favorável sobre a reintrodução do lince, com 89% dos principais intervenientes a apoiar o regresso da espécie. A Malcata é a região de Portugal que mais ativamente apoia o regresso da espécie, mais até do que as regiões onde foi reintroduzida, uma vez que a espécie é vista como uma mais-valia e um emblema da região. De forma geral a população local expressou uma visão ambivalente em relação ao lince-ibérico. Muitos atores-chave sentiram um vínculo emocional e afirmam ver o lince como um emblema territorial e uma fonte de orgulho local. O turismo de natureza e o estatuto icónico da espécie foram frequentemente apontados como vantagens, sendo que 34% de todas as respostas identificaram o turismo de natureza como um benefício da reintrodução do lince (Lopes-Fernandes *et al.*, 2018).

Por outro lado, os autores mencionam a existência de preocupações práticas por parte dos entrevistados. Na área de reintrodução (Guadiana), os caçadores e os proprietários de terras estavam preocupados com a competição pelo coelho-bravo e com a possível perda de rendimentos da caça, o que levou a pedidos de maior abundância de coelhos e a compensações financeiras. As restrições à caça e a outras atividades dentro das áreas protegidas também foram uma grande fonte de críticas (Lopes-Fernandes *et al.*, 2018).

Também Lopes-Fernandes *et al.* (2023) mencionam a existência de focos de resistência, sobretudo entre aqueles que receiam que o lince possa um dia atacar o gado. As perspetivas de campo revelaram que o aumento da densidade populacional de lince pode tornar-se uma fonte de tensão, especialmente impulsionada pelos agricultores cujos animais são supostamente alvos de lince com comportamento atípico que atacam galinheiros ou borregos (Lopes-Fernandes *et al.* 2023), exigindo que sejam implementados mecanismos de compensação para estes casos. Tal como em outros contextos envolvendo carnívoros, a combinação entre rumores transmitidos oralmente nas comunidades e a expectativa de compensações financeiras pode alimentar percepções distorcidas e comportamentos oportunistas, gerando efeitos negativos que exigem estratégias de mitigação. Como os estudos demonstraram, o apoio público continua a ser elevado à reintrodução do lince, mas este apoio está condicionado à condição de a espécie não ter um impacto negativo nos meios de subsistência locais (Delibes-Mateos *et al.*, 2021).

1.5.4. Conflitos recentes com o lince-ibérico na Península Ibérica

Apesar do sucesso aparente que tem caracterizado o processo de reintrodução do lince-ibérico, começam a surgir notícias recentes que indicam sinais de uma possível tendência negativa.

Burgen (2025), numa notícia referente a Espanha, menciona que os governos regionais começam a ceder à pressão da indústria agrícola, algo que é amplificado pelo partido de extrema-direita Vox, que afirma defender os direitos dos agricultores. Segundo o autor da notícia, em Aragão, a oposição à reintrodução do lince foi liderada pelo então ministro da Agricultura, Ángel Samper, membro do Vox. Samper afirmou que os lincos estavam a atacar ovelhas e outro tipo de gado, afirmando ainda que a reintrodução desta espécie seria um ataque à indústria pecuária. Os agricultores alegam que o lince-ibérico caça gado, coelhos e perdizes, e que, por essas razões, se tornaram opositores à reintrodução do lince, ameaçando que irão desfazer os esforços de conservação até então. Pérez de Ayala, especialista espanhol em lincos, afirma que os ataques ao gado são praticamente inexistentes (Burgen, 2025; Rejón, 2025).

Para além deste caso em Aragão, o governo catalão admitiu também que não reintroduzirá o lince, como disse que faria. Foi a previsão de uma mobilização que iria cortar estradas que levou à assinatura de um amplo acordo com o governo regional em fevereiro de 2025 para interromper os protestos. Entre uma série de medidas aprovadas pelo governo catalão, como a autorização do uso do veneno fosfeto de alumínio como pesticida, o governo formalizou a decisão da não reintrodução do lince (Burgen, 2025; Rejón, 2025). Também o Governo Castelhano-Leonês, após anos de preparação, suspendeu a libertação de lincos em Zamora em outubro de 2024.

Nestas notícias são referidas algumas posições políticas, como disse José Martín, presidente da Câmara de Almaraz de Duero: “Os caçadores não os querem, nem os agricultores [...]. Dizem que vão atrair mais turismo, mas não vale a pena pelo impacto que tem no nosso modo de vida.” (Burgen, 2025, para. 11). Estas notícias têm bastante relevância já que demonstram a existência de barreiras e conflitos emergentes entre os humanos e os lincos.

Também em Portugal começam a surgir notícias referentes a estes conflitos emergentes. Jornalistas referem a existência de relatos de ataques a galinhas atribuídos ao lince-ibérico e preocupações de caçadores sobre a diminuição de presas, mostrando que, embora a espécie seja um símbolo de biodiversidade, a sua presença pode gerar tensões locais que devem ser antecipadas para planear estratégias eficazes de coexistência (Dias, 2025).

Em Portugal, a atualidade e a relevância do tema são também evidenciadas pelas discussões recentes que tiveram lugar na Assembleia da República, demonstrando que a convivência entre humanos e lince é uma questão presente e potencialmente controversa também no contexto nacional. No dia 31 de Março deste ano, a Resolução da Assembleia da República n.º 106/2025 recomendou ao Governo a adoção de medidas para a proteção e conservação desta espécie. Os atropelamentos nas estradas do país são referidos como uma das maiores ameaças à espécie sendo que este ano, e até 20 de Março, já se registaram quatro atropelamentos de lince-ibérico em Portugal (Geraldes, 2025). A Assembleia da República recomenda ao Governo a existência de uma avaliação detalhada da permeabilidade das estradas nas zonas de presença do lince-ibérico, devendo ainda implementar passagens para a fauna e barreiras físicas que redirecionem os lince para zonas seguras (Diário da República, 2025).

Para além desta resolução, o Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar Branco, entende que é necessário colaborar com proprietários rurais para promover práticas de gestão que favoreçam a coexistência entre as suas atividades e a conservação da espécie de lince-ibérico (Geraldes, 2025). Na assembleia da república foi ainda discutida a necessidade de implementar “programas de educação e sensibilização nas comunidades rurais e junto de caçadores, sublinhando a importância da conservação do lince-ibérico e das suas presas” (Diário da República, 2025).

2. Métodos

2.1. Contextualização da área de estudo

O concelho de Mértola, situado no sudeste de Portugal, no distrito de Beja, destaca-se por reunir condições ecológicas e territoriais favoráveis à presença e reprodução do lince-ibérico fazendo fronteira com Espanha ao longo do rio Guadiana. Esta localização confere-lhe uma importância ecológica e estratégica significativa, funcionando como zona de transição entre populações de lince-ibérico portuguesas e espanholas (Figura 2.1.).

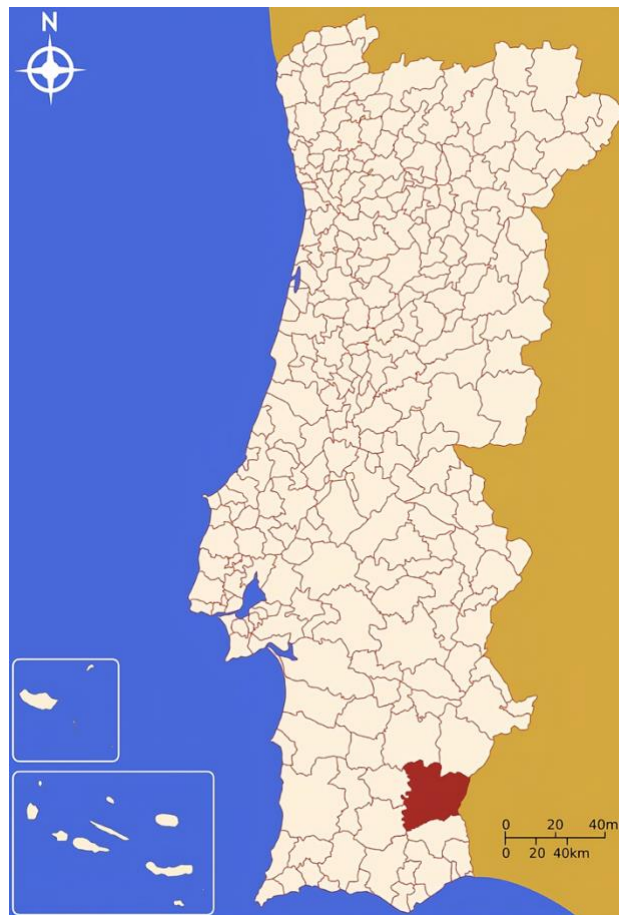


Figura 2.1 – Localização do concelho de Mértola (a vermelho) no contexto dos concelhos de Portugal Continental. Reproduzido de Wikipedia (2025).

Inserido em grande parte no Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG), criado em 1993, o território de Mértola é dominado por um mosaico de montado, matagal mediterrânico, zonas agrícolas extensivas e escassa densidade humana (ICNF, n.d.). Esta área tem uma fauna diversificada que inclui vários predadores ameaçados e atrai muitos observadores de aves, o que tem também levado ao aumento do turismo. Na região, tanto a raposa-vermelha (*Vulpes vulpes*) como o sacarrabos (*Herpestes ichneumon*) ocorrem com elevada frequência, sendo espécies cuja caça está legalmente autorizada no âmbito do controlo de predadores, ainda que essas intervenções dependam sempre da autorização do ICNF (Lopes-Fernandes *et al.*, 2018).

Administrativamente, o concelho de Mértola é constituído por sete freguesias: Mértola, Alcaria Ruiva, Corte do Pinto, Espírito Santo, Santana de Cambas, São João dos Caldeireiros e a União de freguesias São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Solis e São Sebastião dos Carros. A localização da povoação de Corte Sines, uma das povoações que se mostrou mais relevante no decorrer deste estudo devido a relatos de ataques a animais domésticos prévios encontra-se representada na Figura 2.2 com um símbolo amarelo.



Figura 2.2 – Localização das freguesias de Mértola. Reproduzido de Câmara Municipal de Mértola (n.d.).

A história da gestão do território no sul de Portugal caracteriza-se pela existência de grandes propriedades privadas com exploração multi-agrícola, incluindo cereais, gado e montado. A maioria dos residentes eram trabalhadores rurais e os níveis de pobreza eram elevados e os níveis de educação baixos, mas a revolução política de 1974 alterou o panorama social. Depois do 25 de abril a produção de cereais diminuiu, mas o sector primário continuou a ser o mais importante para a economia local. A agricultura foi mecanizada e uma parte considerável do território pertence a poucos proprietários de terras. Embora o rendimento e as condições de vida tenham melhorado nas últimas décadas, estas zonas do interior sofreram muito com a emigração e o êxodo rural levando à diminuição populacional (Lopes-Fernandes *et al.*, 2018). Com uma área total de 1.29 km² e uma população residente de apenas 6 205 mil habitantes, Mértola regista uma das mais baixas densidades populacionais do país, com cerca de 5,45 habitantes por km² (comparativamente a 6,44 mil habitantes/km² em Lisboa). O índice de envelhecimento é elevado, com 400,6 idosos por cada 100 jovens, refletindo o despovoamento e envelhecimento típicos do interior alentejano (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

As opções de gestão da terra foram fortemente condicionadas pelas políticas agrícolas da UE e pelos subsídios subsequentes e atualmente todo o território é utilizado de forma privada ou por associações cinegéticas (Lopes-Fernandes *et al.*, 2018). Em termos económicos, o concelho depende fortemente da agricultura, da silvo-pastorícia e da caça, atividades que moldam a paisagem e condicionam a perceção local da fauna selvagem. Além disso, apresenta uma proporção de poder de compra *per capita* correspondente a apenas 68,9% da média nacional (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021). Isto poderá também refletir os impactos que o lince tem nas populações.

De acordo com a cartografia de ocupação do solo (Figura 2.3), a área envolvente à sede de concelho apresenta uma combinação expressiva de floresta (verde-escuro) e mato (verde-claro), refletindo a dominância de ecossistemas mediterrânicos, em particular os montados. Verificam-se ainda extensões significativas de superfícies agroflorestais (laranja), representativas dos sistemas de uso misto característicos do Baixo Alentejo, nos quais se combinam práticas agrícolas e silvícolas de carácter extensivo. As pastagens (amarelo-escuro) ocorrem de forma dispersa, associadas sobretudo às áreas mais planas e abertas, destinadas à atividade pecuária. Por outro lado, as áreas agrícolas (amarelo-claro) apresentam uma expressão espacial reduzida, concentrando-se em pequenas manchas junto a linhas de água e zonas de maior aptidão agrícola. Em síntese, o território de Mértola evidencia uma paisagem heterogénea e multifuncional, marcada pelo predomínio de usos extensivos e pela forte presença de coberto vegetal autóctone, o que lhe confere um elevado valor ecológico e paisagístico e o enquadra plenamente no contexto ambiental e socioeconómico do interior alentejano. Na Figura 2.4 é possível observar-se um lince no seu habitat natural.

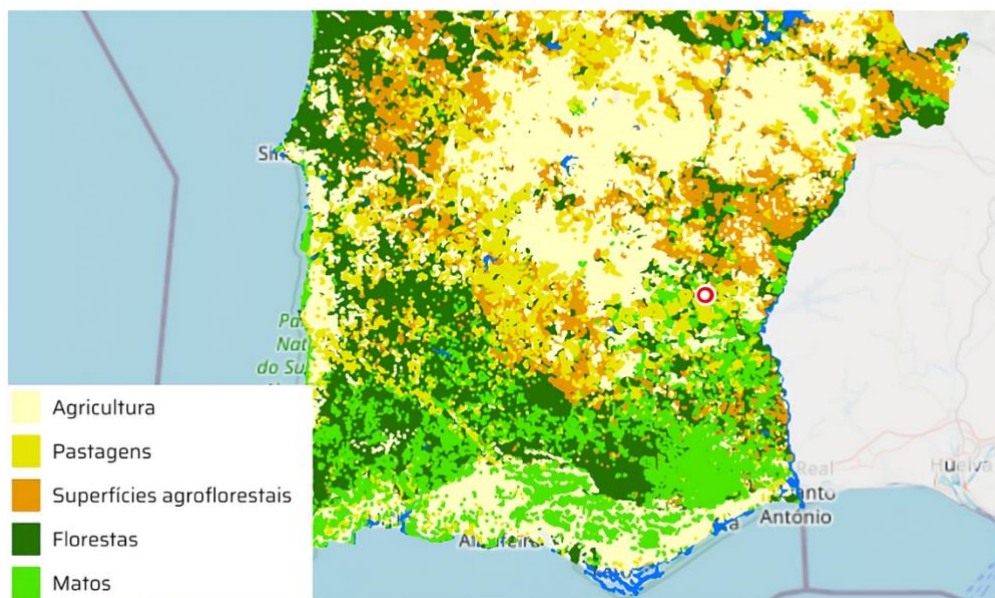


Figura 2.3 – Localização da vila de Mértola (assinalado com um círculo vermelho) no contexto do uso e ocupação do solo. Reproduzido de Direção-Geral do Território (n.d.).



Figura 2.4 – Lince-ibérico no seu habitat natural. Reproduzido de Deinet *et al.* (2013).

2.2. Objetivos

O principal objetivo desta dissertação consiste na descrição e análise das perceções atuais da população rural do concelho de Mértola relativamente à presença do lince-ibérico, explorando tanto as dimensões de conflito como os elementos de valorização, apropriação simbólica e oportunidades associadas à presença da espécie. Assim, a pergunta de investigação que orienta este trabalho é: “De que forma a população local percebe a presença do lince-ibérico e que fatores influenciam a construção de um sentimento de conflito e /ou valorização da espécie?”.

Para operacionalizar esta questão, definem-se os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar as perceções da população local relativamente à presença do lince-ibérico, identificando atitudes, representações e níveis de aceitação da espécie.
- Comparar as perceções entre diferentes grupos-alvo, de modo a compreender as dinâmicas locais de convivência e conflito com o lince-ibérico.
- Identificar e analisar os fatores sociais, culturais e económicos que moldam as perceções e atitudes face à espécie.

- Explorar as implicações destas perceções para as estratégias de conservação, contribuindo para o desenvolvimento de abordagens mais participativas e contextualizadas.

Neste sentido, e em consonância com o proposto por Marchini *et al.* (2021), o processo de análise parte da necessidade de compreender “onde estamos e onde queremos chegar”, isto é, de diagnosticar a situação atual de perceções e potenciais conflitos para, a partir daí, delinear caminhos que promovam uma coexistência mais equilibrada entre as comunidades humanas e a espécie. A abordagem adotada, portanto, assume um carácter holístico e exploratório, procurando articular conhecimento científico e perceções locais como base para a construção de soluções sustentáveis de conservação.

Neste contexto o termo “fatores sociais”, refere-se a um conjunto de dimensões que moldam as perceções das populações locais sobre o lince-ibérico. Entre elas incluem-se as atividades económicas dominantes (como a caça e a criação de gado), as experiências pessoais ou coletivas com o animal, as representações culturais e simbólicas associadas, o grau de informação e contacto com iniciativas de conservação, bem como aspetos comunitários mais amplos, como a identidade local e a perceção de justiça social. Estes fatores são frequentemente determinantes na perceção do conflito, muitas vezes mais do que os impactos reais, como defendido por Dickman (2010) no contexto de HWC.

2.3. Metodologia de investigação

Considerando a pergunta de investigação e atendendo à bibliografia analisada, foi selecionada uma metodologia de análise qualitativa. Os métodos qualitativos são particularmente adequados para esta investigação por permitirem uma compreensão detalhada de como os indivíduos interpretam e atribuem significado a questões ambientais e sociais complexas, fornecendo uma visão geral de um problema ou situação, desvendando as suas complexidades e proporcionando uma compreensão aprofundada de diferentes perspetivas (Creswell, 2007; Newing *et al.*, 2011). As interações entre os humanos e a vida selvagem estão inseridas em contextos culturais, emocionais e históricos, algo que muitas vezes as abordagens quantitativas não têm a capacidade de captar (Drury *et al.*, 2011). Pelo contrário, os métodos qualitativos permitem atender à riqueza contextual dentro das quais a vida das pessoas ocorre (Yin, 2016).

Para captar estas dimensões, recorreu-se à realização de entrevistas semiestruturadas como método de recolha de dados. Este tipo de entrevista caracteriza-se por assentar num guião previamente elaborado, que orienta a conversa, mas não a determina de forma rígida. Os tópicos incluídos podem assumir a forma de perguntas abertas, permitindo ao entrevistador adaptar a ordem e a formulação das questões consoante o desenvolvimento da interação. As respostas iniciais podem, assim, ser aprofundadas através de comentários, pedidos de clarificação ou questões adicionais, favorecendo uma conversação mais livre e exploratória. (Newing *et al.*, 2011).

Este método foi escolhido por permitir uma maior flexibilidade e profundidade na recolha de dados, em contraste com métodos mais rígidos como as entrevistas estruturadas ou os questionários fechados. Este tipo de abordagem qualitativa dá ênfase às perspetivas dos próprios participantes, oferecendo-lhes a oportunidade de expressar as suas opiniões, experiências e valores de forma mais livre e contextualizada e permitindo ao investigador procurar esclarecimentos e explorar temas emergentes (Bryman, 2016; Longhurst, 2009; Newing *et al.*, 2011).

A elaboração e construção dos guiões tiveram por base a bibliografia existente na ótica da teoria fundamentada construtivista de Charmaz. Esta abordagem metodológica valoriza a co-construção do conhecimento entre investigador e participante, permitindo que as perceções, experiências e interpretações dos entrevistados sejam captadas de forma mais rica e contextualizada. Os guiões foram desenhados de modo a possibilitar uma análise específica de cada grupo-alvo, através de perguntas adaptadas às características e experiências particulares de cada conjunto de participantes. Simultaneamente, foram incluídos tópicos comuns a todos os grupos, permitindo a comparação de perceções e atitudes sobre questões centrais do estudo. Esta combinação garante não apenas profundidade na análise individual, mas também consistência e comparabilidade nos resultados obtidos (Charmaz, 2017).

De forma a garantir o cumprimento dos procedimentos éticos, os participantes deste estudo foram previamente informados sobre os objetivos do mesmo, tendo acesso a essa informação num documento impresso, disponível no Anexo A. Além disso, todos os entrevistados assinaram um consentimento informado, que incluía a autorização para a gravação áudio da entrevista, disponível no Anexo B. Para salvaguardar o anonimato dos participantes, não são mencionados nomes próprios nem situações que possam conduzir à sua identificação.

Os entrevistados foram identificados a partir de bases de dados já existentes relacionadas com projetos de conservação e de pesquisa complementar em fontes públicas online. Adicionalmente, recorreu-se a uma estratégia de amostragem em bola-de-neve, solicitando a cada entrevistado que indicasse outras pessoas potencialmente relevantes para o estudo. Este procedimento permitiu expandir a amostra de forma orgânica, alcançando pessoas com experiências e perceções diversificadas sobre a presença do lince-ibérico. Após a identificação dos entrevistados, estes foram contactados por via telefónica ou eletrónica para a apresentação do estudo e agendamento de entrevista, que decorreram no concelho de Mértola e Beja durante os meses de maio e julho de 2025. Cada entrevista decorreu numa localização diferente consoante a disponibilidade e preferência do entrevistado. As entrevistas tiveram uma duração entre 15 e 60 minutos, seguindo um guião prévio adequado a cada grupo-alvo. Os guiões das entrevistas encontram-se disponível no Anexo C. O estudo foi submetido e aprovado pela Comissão de Ética de Ciências (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).

Para esta dissertação foram entrevistadas 21 pessoas com idades compreendidas entre os 28 e os 78 anos, com uma mediana e média de idades de 60 anos. No descritor da idade foram utilizados os seguintes intervalos: Jovem (até aos 35 anos), Adulto (36 a 65 anos) ou Sénior (idade de reforma, 66 ou mais anos). Foram entrevistadas 5 mulheres e 16 homens. A maior parte dos participantes tem como município de residência Mértola (17) mas foram entrevistados participantes com residência no município de Grândola e Beja cuja atividade profissional decorre predominantemente em Mértola. Relativamente à questão da localidade esta foi classificada com as categorias de Urbano (perímetro urbano da vila de Mértola), Periurbano (sedes de freguesia/união de freguesias situadas nas imediações da vila) e Rural (aldeias e aglomerados populacionais dispersos). A amostra inclui participantes com percursos escolares bastante distintos, desde indivíduos com apenas o 1.º ciclo até outros com formação académica ao nível do doutoramento. Neste descritor selecionou-se as opções de básico para entrevistados com escolaridade até ao 12º e superior para entrevistados com educação no ensino superior. Estes dados podem ser visualizados na Tabela 1.

Tabela 2 - Descrição dos participantes.

Participante	Grupo- Alvo	Gênero	Idade	Localidade	Escolaridade
A1	* Agricultores	F	Sênior	Rural	Básico
A2		F	Sênior	Rural	Básico
A3		M	Sênior	Rural	Básico
A4		F	Sênior	Urbano	Básico
A5		F	Sênior	Rural	Básico
A6		M	Jovem	Periurbano	Básico
A7		M	Adulto	Periurbano	Superior
C1	** Caçadores	M	Adulto	Periurbano	Básico
C2		M	Adulto	Periurbano	Básico
C3		M	Adulto	Rural	Básico
C4		M	Adulto	Rural	Básico
C5		M	Sênior	Rural	Básico
C6		M	Adulto	Periurbano	Superior
D1	Decisores locais	F	Sênior	Urbano	Básico
D2		M	Adulto	Periurbano	Básico
D3		M	Adulto	Periurbano	Básico
D4		F	Adulto	Periurbano	Superior
D5		M	Adulto	Periurbano	Básico
T1	Agentes de Turismo	M	Adulto	Urbano	Superior
T2		M	Adulto	Urbano	Básico
O1	ONGA'S	M	Adulto	Urbano	Superior

* Como agricultores foram também considerados proprietários de terras ou de animais para subsistência.

** Como caçadores foram também considerados gestores de caça.

Os entrevistados foram selecionados com bases em 5 grupos-alvos: agentes de turismo, agricultores, caçadores, decisores locais e representantes de ONGA's.

Grupos como caçadores, agricultores e decisores locais foram entrevistados por desempenharem papéis fundamentais na dinâmica social e ecológica subjacente à coexistência entre humanos e lince-ibérico. Esta abordagem está em linha com estudos feitos anteriormente (e.g.,(Lopes-Fernandes *et al.*, 2018, 2022), que demonstram que os caçadores e agricultores possuem valores, estruturas de conhecimento e interesses distintos que influenciam significativamente as perceções sobre o a vida selvagem e a sua reintrodução (Cortés-Avizanda *et al.*, 2022). Para além disso, reconhecer as perceções destes grupos-alvo é da maior importância já que atitudes e perceções negativas podem persistir mesmo após esforços de divulgação, prejudicando a recuperação das espécies (Titus & Jachowski, 2021).

Os representantes de ONGA's foram incluídos por desempenharem um papel central na implementação de políticas de conservação, fazendo a ponte entre instituições científicas e populações locais podendo influenciar a forma como a coexistência é estruturada (Triyanti *et al.*, 2024).

Por fim, foram entrevistados agentes de turismo, uma vez que a presença desta espécie tem sido associada ao desenvolvimento de iniciativas de turismo de vida selvagem, frequentemente retratadas como potenciais benefícios para a coexistência e fontes alternativas de rendimento em zonas rurais (Lopes-Fernandes *et al.*, 2018). A inclusão destes grupos garantiu, assim, uma perspectiva abrangente sobre as múltiplas, e por vezes conflitantes, dimensões da coexistência.

2.4. Descrição da análise

A análise dos dados teve por base uma análise temática, definida como “um método para identificar, analisar e reportar padrões (temas) dentro dos dados”. Este método é amplamente utilizado em investigação qualitativa por permitir uma organização sistemática e detalhada do material empírico, bem como a interpretação dos significados a ele associados. Tal como é mencionado por Braun & Clarke (2006), a primeira fase passou pelo contacto com os dados. Todas as entrevistas foram transcritas integralmente em formato literal de modo a preservar tanto o conteúdo como as características discursivas relevantes, utilizando o software *Turboscribe*. Após a transcrição, procedeu-se a uma revisão cuidadosa dos textos para assegurar a sua fidelidade em relação às gravações originais (Braun & Clarke, 2006, p.79).

Posteriormente passou-se à fase da codificação, etapa em que os dados foram analisados detalhadamente para identificar segmentos relevantes e atribuir-lhes códigos descritivos que resumem o seu conteúdo ou significado (Braun & Clarke, 2006). No presente estudo, a análise temática foi orientada a partir de uma lógica abdutiva, isto é, um processo interativo que combina elementos indutivos e dedutivos. Assim, a lógica abdutiva não se limita a uma abordagem puramente indutiva (temas e códigos que emergem diretamente dos dados) nem exclusivamente dedutiva (guiada apenas pela teoria), mas resulta de um processo iterativo de diálogo entre dados empíricos e enquadramentos teóricos. A codificação e a organização dos dados foram apoiadas pelo software *Dedoose*, que permitiu estruturar os excertos, aplicar códigos, comparar a sua distribuição entre entrevistas e visualizar relações entre categorias.

A codificação foi realizada de forma independente por dois investigadores, aumentando a fiabilidade da análise. Para assegurar a consistência entre codificações, foram realizados testes de fiabilidade inter-codificador sobre subconjuntos das entrevistas, obtendo-se os seguintes valores: 0,69; 0,75; 0,79; 0,84. Estes resultados indicam uma concordância aceitável a elevada entre os codificadores. Discrepâncias foram discutidas em conjunto, permitindo ajustar e refinar os códigos, garantindo que a codificação final fosse consistente e rigorosa.

Após a codificação foram identificados os temas principais que serão trabalhados na seguinte secção.

3. Resultados e discussão

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos, com base na análise realizada, destacando os pontos mais relevantes da investigação.

Dada a natureza do presente estudo (de carácter qualitativo, exploratório e centrado na análise das percepções da população local) optou-se por apresentar os resultados e a discussão num único capítulo. Esta estrutura favorece uma leitura mais contínua e integrada, permitindo apresentar simultaneamente as temáticas emergentes da análise e interpretá-las à luz da literatura existente. Desta forma é potenciada a articulação imediata entre os resultados e a interpretação, facilitando a ligação dos dados à teoria e às implicações para a conservação (Wu *et al.*, 2016).

3.1. Percepções gerais sobre o lince-ibérico

Nesta secção serão exploradas expressões de estados emocionais e avaliações afetivas expressadas pelos entrevistados relativamente ao lince-ibérico, incluindo de que forma os entrevistados valorizam a espécie, quer a partir dos seus atributos físicos e comportamentais, quer através da percepção do seu papel ecológico.

As narrativas que surgiram nas entrevistas revelam a presença de percepções ambivalentes, já que a mesma pessoa pode exprimir sentimentos positivos em relação ao lince, como orgulho ou valorização ecológica e, ao mesmo tempo, referir receios ou desvantagens ligadas à sua presença.

Uma parte significativa dos entrevistados expressou sentimentos positivos em relação ao lince, associados ao simples facto de a espécie estar presente na região. Para várias pessoas, ter o lince por perto é motivo de agrado ou satisfação, surgindo referências à ideia de que é positivo poder ver esta espécie:

“Ainda bem que existe aqui”, C1, M, Adulto

“É um orgulho”, T2, M, Adulto

A maioria dos entrevistados afirmam valorizar o lince pelos seus atributos físicos, associado ao facto de ser um felino de grande porte e apreciando a oportunidade de o observar, sendo várias vezes utilizadas expressões associadas à sua beleza. Esta valorização observada nas entrevistas, está em linha com a ideia de “espécie carismática” de Noss (1990), segundo a qual determinadas espécies despertam uma atenção e apreciação particulares devido às suas características físicas distintivas.

“Sim, o facto dele ser um felino só por si é logo agradável. E depois o lince tem uma certa aura, digamos assim, é um lince, uma presença.”, O1, M, Adulto

“Mas, pá, é um animal lindíssimo, quando a gente vê-lo, é impressionante.”, D2, M, Adulto

“Parece um gato, mas é um gato maior, um gato mais bonito, um gato bravo, mas ali no fundo será aquilo que é. Um gato e um tigre, é bonito, é encantador.”, D3, M, Adulto

As perceções positivas sobre o lince, evidenciadas nas entrevistas, sugerem que o seu carisma contribui para aumentar a tolerância social face à espécie. A literatura indica que a valorização estética das espécies pode influenciar significativamente as atitudes e o apoio público às iniciativas de conservação. Este efeito não é recente: desde os primeiros contactos entre as espécies carnívoras carismáticas e as populações humanas, estas têm desempenhado um papel importante nas crenças, narrativas e símbolos populares de diversas comunidades. Mesmo quando associadas a perceções negativas, essas espécies contribuíram para moldar perceções culturais e sociais que perduram até hoje (Fordahl, 2024; Newsom *et al.*, 2025).

Para além da questão estética, os entrevistados afirmam valorizar alguns aspetos comportamentais do lince, referindo características positivas como a sua inteligência e valorizando até a forma como estes caçam.

“A capacidade que ele tem de caçar o coelho e como ele caça o coelho, é uma coisa impressionante.”, C1, M, Adulto

Outros entrevistados destacaram aspetos relacionados com o papel ecológico do lince, nomeadamente a capacidade de controlar doenças nas populações de presas e de competir com outros carnívoros, revelando algum conhecimento sobre as funções que a espécie desempenha no ecossistema. Mesmo entre participantes sem formações na área, estas informações parecem ser relativamente comuns, como demonstra o seguinte excerto:

“Mas aquilo que ouço de quem percebe é que ele teria um importante papel na limpeza, digamos assim, das doenças. Nomeadamente do coelho. Portanto, os coelhos têm esses problemas. Não me pergunte o nome das doenças que eu já tinha ouvido, mas não sendo especialista não tenho os nomes presentes. E, portanto, ajudam a fazer essa erradicação, portanto fica a população, ajudam a combater, comendo a população que está doente, portanto ajudam a regularizar a população saudável.”, D4, F, Adulto

Tal como foi referido por Lopes-Fernandes e Frazão-Moreira (2016), alguns caçadores reconhecem o papel ecológico do lince na gestão cinegética, destacando a sua função no controlo de mesocarnívoros concorrentes, como as raposas, os sacarrabos e as ginetas. Esta perceção está igualmente presente nas entrevistas realizadas, com alguns participantes a valorizarem o contributo indireto da espécie para a redução de predadores que competem pelos mesmos recursos.

“Eu não faço controle de predadores. Faz o lince por mim. Não tenho raposas.”, C2, M, Adulto

Este tipo de discurso evidencia a integração de conhecimento ecológico local sobre as dinâmicas predador–presa e o reconhecimento de benefícios práticos para a atividade cinegética, tal como documentado em estudos etnográficos anteriores (Castro *et al.*, 2014; Lopes-Fernandes *et al.*, 2018, 2023; Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016). A existência destas perceções é de extrema importância já que o reconhecimento das vantagens da presença do lince pode aumentar a tolerância social e o apoio a estratégias de conservação (Kavčič *et al.*, 2024).

Embora muitos entrevistados reconheçam aspetos positivos associados ao lince, como a sua aparência ou o seu papel ecológico, alguns relativizam-nos, considerando que esses elementos não são suficientes para compensar as desvantagens ou preocupações percecionadas:

“Ele é bonito. Mas a gente não se governa com a 'boniteza', filha.”, A5, F, Sênior

Este tipo de discurso ilustra uma percepção ambivalente, na qual sentimentos positivos coexistem com reservas práticas ou emocionais. Padrões semelhantes têm sido observados noutros contextos de coexistência com grandes carnívoros, em que a valorização estética ou simbólica não se traduz necessariamente em aceitação da presença local (Dickman, 2010; Inskip & Zimmermann, 2009). Em Portugal, estudos etnográficos também documentam esta ambivalência, sobretudo em comunidades rurais com ligação à caça, onde o reconhecimento de benefícios ecológicos do lince convive com preocupações económicas e de gestão (Castro *et al.*, 2014; Lopes-Fernandes *et al.*, 2018, 2023; Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016).

Apesar desta ambivalência, desde as primeiras entrevistas tornou-se evidente uma diferença nas percepções entre grupos-alvo. As desvantagens associadas ao lince foram referidas maioritariamente pelos caçadores e agricultores enquanto as vantagens foram sobretudo destacadas por agentes de turismo e decisores. Esta percepção positiva foi também observada entre alguns caçadores e agricultores com níveis de escolaridade mais elevados, frequentemente identificados como figuras com maior influência local e com uma perspetiva mais abrangente, menos centrada nos problemas existentes.

Alguns entrevistados expressaram sentimentos claramente negativos em relação ao lince, associado sobretudo ao medo e à desconfiança. Em certos casos, este medo assume uma dimensão quase alarmista, traduzindo-se em narrativas sobre potenciais ataques a pessoas ou animais domésticos:

“Também se não forem caçados [os linces] a gente tem que fugir daqui que eles matam a gente, comem a gente todos e matam tudo. Não se safá nada. E qualquer dia matam os cães também. Começando a apanhar os cães, matam-nos.”, C5, M, Sênior

“Eles metem tanto medo às pessoas que as pessoas até têm medo de olhar para eles.”, A1, F, Sênior

Estas percepções negativas não correspondem necessariamente a experiências concretas com a espécie, mas revelam a presença de representações de perigo que influenciam fortemente as atitudes. Este tipo de narrativas são comuns em contextos de coexistência com grandes carnívoros, onde o medo, mesmo que não esteja baseado em experiências diretas, desempenha um papel central na construção social do conflito (Dickman, 2010; Kleiven *et al.*, 2004).

Nas entrevistas este tipo de discurso de medo e insegurança esteve mais fortemente ligado a pessoas sêniores. Nesse sentido surge a hipótese de indivíduos de idade mais avançada poderem apresentar uma maior vulnerabilidade a estas representações. Estudos indicam que, com o envelhecimento, há uma tendência para o aumento do medo em relação a animais selvagens, mesmo na ausência de experiências diretas (Røskaft *et al.*, 2003). Essa maior sensibilidade pode ser atribuída a fatores como diminuição da mobilidade, maior percepção de risco e maior dependência de narrativas sociais para compreender o ambiente ao seu redor (Freeman *et al.*, 2019). Isto apresenta um problema para a aceitação da espécie em geral já que a população deste concelho é caracterizada por uma alta taxa de envelhecimento. Surge assim a necessidade de compreender melhor as percepções desta faixa etária e procurar soluções inclusivas e direcionadas.

Para além destas percepções negativas mais gerais, surgiram também referências a percepções mais específicas relacionadas com a competição entre o lince e os caçadores pelos recursos cinegéticos, sobretudo o coelho-bravo. Este tipo de discurso contrasta com as narrativas apresentadas anteriormente onde o lince foi visto como um apoio à gestão cinegética. Para alguns entrevistados, o aumento do número de lince traduz-se diretamente numa diminuição da disponibilidade de presas para a atividade cinegética, sendo o lince visto como um concorrente.

“Não há coelhos. O lince já os comeu.”, C4, M, Adulto

“Agora com os lince... Agora é que a gente não mata o coelho.”, C5, M, Sênior

“Não estou a ver uma grande vantagem. Sabe porquê? Os caçadores queixam-se que cada vez têm menos coelhos. É o lince que os come. Tem que se alimentar. Tem que alimentar os filhos. (...) Portanto, eu não estou a ver qual é a vantagem que o lince trouxe. Pronto, era um animal que estava em via de extinção, foi implementado, foi ajudado, foi posto no terreno, foi posto aí a circular nos terrenos com alguma monitorização. Mas agora começa a ter já uma criação muito grande. Começa a haver já muito animal.”, D5, M, Adulto

Esta narrativa não é novidade já que este tipo de discurso de competição tem sido amplamente documentado em contextos ibéricos (Castro *et al.*, 2014; Lopes-Fernandes *et al.*, 2018, 2023; Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira, 2016) e reflete um padrão mais geral observado em conflitos entre comunidades locais e grandes carnívoros, em que a competição percebida por recursos constitui uma fonte central de tensão (Dickman, 2010; Inskip & Zimmermann, 2009).

Para além destas perceções mais gerais centradas em sentimentos de medo ou na ideia de competição pelos recursos cinegéticos, existe um conjunto de narrativas que se destacam claramente pela sua natureza mais concreta: os relatos de ataques do lince a animais domésticos. Estas ocorrências são frequentemente referidas como as principais desvantagens associadas à presença da espécie e as que provocam a maior frustração, surgindo de forma espontânea em grande parte das entrevistas e estruturando muitas das perceções de conflito. Dada a sua relevância e frequência, estas narrativas serão exploradas em detalhe na secção seguinte.

3.2. Narrativas de conflito e perceções de impacto

Nesta secção serão caracterizadas as perceções dos entrevistados relativamente ao conflito com o lince-ibérico, dando especial ênfase aos relatos de contactos diretos e à descrição dos impactos sentidos ou percebidos. Estas narrativas revelam não só experiências pessoais, mas também formas de circulação de informação entre as várias pessoas, bem como interpretações ecológicas locais e perceções sobre mudanças recentes no contexto local.

A literatura existente sobre as perceções locais do lince-ibérico em Portugal tem sublinhado que os ataques a gado ou animais domésticos constituem uma fonte mínima de conflito. Lopes-Fernandes *et al.* (2018) referem explicitamente que esta dimensão tem um peso reduzido, prevendo apenas que a tendência favorável em termos de aceitação da espécie poderá alterar-se caso ocorram perdas atribuídas ao lince. Mais recentemente, Lopes-Fernandes *et al.* (2023) documentam episódios da predação do lince sobre outros carnívoros selvagens, como a raposa, mas não apresentam registos de ataques do lince a gado ou a animais domésticos.

Em contraste com estes dados, nas entrevistas realizadas no decorrer deste estudo surgiram diversos relatos de ataques a animais domésticos, frequentemente associados a contextos de agricultura de subsistência. É relevante mencionar que a maioria destes relatos provém de agricultores residentes em Corte Sines (Figura 2.2), onde a presença na aldeia de uma lince fêmea conhecida como *Paprika*, especializada em ataques de galinheiros, foi particularmente marcante, dado que os ataques a estas estruturas eram frequentes e disseminados pela aldeia. Nas entrevistas muitos entrevistados referiram este lince em específico, e os ataques que esta provocou. Embora não tenham sido exploradas outras localidades com o mesmo grau de detalhe, Corte Sines constituiu um caso de especial interesse para a caracterização das percepções de conflito, dado o seu contexto rural e a intensidade das interações reportadas.

Entre os entrevistados que relataram ataques a animais domésticos, a maioria afirmou ter confirmado os episódios por observação direta, e não apenas por inferência a partir de indícios. No que respeita à natureza e dimensão dos prejuízos, surgem relatos de perdas significativas envolvendo galinhas, patos e perus, com alguns participantes a referirem ataques em que perderam mais de vinte animais num único episódio. Apesar de não ser tão frequente existem também relatos de ataques a animais de maior porte, como ovelhas e borregos.

“Tenho aqui fotografias que ele vem lá, mata-as, leva uma ou duas e deixa as outras ali mortas. Outras pega nelas, sobe de manhã, vejo o lá (...). Mas fora patos, perus e isso assim, só em galinhas vai uma média de 50 bichos. Só galinhas, fora os outros. E agora ainda foi semana passada que ele veio lá e levou-me duas. Tinha as galinhas mortas ali... Tinha além uma perua que estava a aguardar para matar quando viesse cá as minhas filhas, dava de comer a uma casa de família. Ele veio além numa noite e estraçalhou aquilo tudo.”, A1, F, Sénior

Para além do número de animais perdidos, alguns participantes traduzem os ataques em termos monetários, destacando o impacto económico direto destas ocorrências. Em particular, os agricultores de subsistência mencionam os custos associados à compra e alimentação dos animais, evidenciando que, em contextos rurais, pequenas perdas económicas podem ter um peso significativo no orçamento familiar.

“Mas daqui a 15 dias aparece lá outro lince e vai-lhe estragar mais ou menos, mais um rebanho. Porque chega a um certo ponto em que é insuportável, porque quem faz uma vida económica, trabalha na área agrícola, trabalha na produção animal, para ter o sustento da família e da casa e depois tem um prejuízo efetivo...”, D2, M, Adulto

Este impacto económico tem sido amplamente reconhecido como um dos principais fatores que influenciam percepções negativas que podem mesmo levar a atitudes de oposição face às espécies, sobretudo em comunidades rurais dependentes de atividades de pequena escala (Dickman, 2010; Inskip & Zimmermann, 2009; Mishra, 2001). Esta relação evidencia que as preocupações económicas não são apenas reações individuais, mas refletem uma avaliação racional dos riscos e custos associados à presença do predador, influenciando diretamente a tolerância social e a aceitação das estratégias de conservação. No contexto ibérico, também Lopes-Fernandes *et al.* (2018) destacam que as percepções económicas desempenham um papel central no conflito entre humanos e lince.

Para além dos agricultores, os caçadores e gestores de caça também expressam preocupações relativamente ao impacto económico que a presença do lince está a ter no território, nomeadamente nas zonas de caça.

“Esses 3, 4 lince, imaginando, nós falamos não dos 300, mas dos 250 coelhos por ano, estamos a falar de mil coelhos, que são os tal mil coelhos que desaparecem. Se for uma zona de caça turística perde lucro, porque eles não têm mais que isso, se calhar nem chegam lá. Porque esses têm guarda a tempo inteiro, depois têm seguro, têm carrinha, têm gasóleo, têm comida, o trigo aumentou...”, C6, M, Adulto

Para além do facto do lince ser frequentemente percebido como uma espécie introduzida, acresce o facto de ter uma dieta bem caracterizada, permitindo identificar com precisão os prejuízos económicos decorrentes da predação de coelhos. A caracterização precisa da dieta do lince e da sua presença no território contribui para que os impactos económicos sejam facilmente identificáveis, direcionando a percepção de responsabilidade para o ICNF e reforçando a sensação de impacto direto sobre a atividade cinegética e a economia local, algo que será melhor explorado numa secção seguinte.

Neste sentido é imprescindível compreender e integrar estas percepções económicas no desenvolvimento de políticas de conservação que conciliem a proteção da espécie com os interesses das comunidades locais, contribuindo para atitudes mais favoráveis e sustentáveis face à presença do lince.

Para além das consequências financeiras, é importante considerar o impacto emocional destes ataques, que se revela particularmente significativo em alguns entrevistados. Tal como já foi referido, a população de Mértola apresenta um perfil demográfico envelhecido, e com uma dispersão geográfica que torna esta população relativamente isolada (Instituto Nacional de Estatística, 2021), o que implica que mesmo quando os impactos económicos diretos não são elevados, podem existir efeitos emocionais importantes em pessoas potencialmente mais vulneráveis.

“(...) sou viúva, a minha distração é ir lá acima deitar o comerzinho às galinhas, (...) e vou comprar o comerzinho, mas é uma distração que eu tenho. Mas olha, é assim, temos que pensar em acabar com aquilo, porque não compensa, é só irritações de manhã quando a gente lá chega. Eu já tenho chorado além no galinheiro. Tenho pena de ver aquilo tudo estraçalhado.”, A1, F, Sénior

A literatura demonstra que fatores intangíveis como valores pessoais, experiências significativas e respostas emocionais, têm um peso significativo na formação de atitudes de coexistência. Estudos sobre conflitos entre predadores e comunidades rurais indicam que os ataques a animais domésticos desencadeiam fortes emoções negativas e tendem a reduzir a tolerância face aos predadores (Almuna *et al.*, 2025; Lopes-Fernandes *et al.*, 2023), algo que vai ao encontro dos dados das entrevistas já que as pessoas que sofreram episódios de ataque demonstravam maior frustração e menor abertura para a coexistência.

Esta dinâmica evidencia que a tolerância para com o lince depende do reconhecimento e gestão das perceções e emoções da comunidade. Mesmo espécies carismáticas, como o lince, podem ver a sua aceitação condicionada quando experiências negativas pessoais como estes ataques se sobrepõem à valorização estética ou simbólica, mostrando que o carisma não garante automaticamente tolerância social (Fordahl, 2024).

As perceções locais sobre a ecologia e o comportamento do lince desempenham um papel importante na forma como os impactos são interpretados e justificados. Diversos entrevistados recorreram a explicações baseadas no comportamento predatório do lince para enquadrar os episódios de ataque, frequentemente reinterpretando esses comportamentos através de categorias morais negativas.

“A maior parte não os comem, é só para matar.”, A3, M, Sénior

“Caça e mata. Aquilo é o vício de matar mesmo.”, C4, M, Adulto

Estas formulações atribuem ao animal uma intencionalidade que ultrapassa a explicação ecológica, construindo uma imagem do lince como predador indesejável. Este tipo de discurso não é novidade: Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira (2016) exploraram a forma como a imagem do lince foi sendo construída ao longo do tempo, revelando que apesar das percepções negativas terem raízes históricas profundas, o discurso do lince enquanto animal com características indesejadas mantém-se até hoje, o que é também corroborado pelos dados recolhidos neste estudo.

É também relevante salientar que, mesmo entre pessoas que não vivenciaram diretamente episódios de ataques, existe um conhecimento relativamente difundido sobre ocorrências na comunidade. Muitos entrevistados referiram saber de ataques através de vizinhos, familiares ou conhecidos, o que evidencia a importância da comunicação oral e informal na circulação destas informações. Este processo de transmissão de relatos contribui para amplificar a percepção do conflito, alargando-o para além dos casos diretamente afetados uma vez que detalhes podem ser exagerados ou distorcidos à medida que a informação se propaga. Assim esta forma de discurso molda as atitudes e representações coletivas face à presença do lince, algo que está em linha com o que a literatura tem demonstrado em contextos semelhantes envolvendo outros predadores (Krange, 2003; Suryawanshi *et al.*, 2013).

“Quando a palavra lince vem à baila, como se costuma dizer, é sempre negativa. Ou comeu um borrego, ou desapareceu não sei quê. No outro dia, um senhor estava-se a queixar, não sabe também se foi lince ou não foi. Tinha ali 10 ou 12 galinhas, desapareceram todas. (...) É o que eu vou ouvindo, estes prejuízos vou ouvindo.”, D5, M, Adulto

“Foi relativamente recente aqui de um vizinho meu que teve uma ovelha morta num quadro assim um bocadinho esquisito. (...) Eu tenho tido muitas conversas com vizinhos meus, "estou desconfiado que o lince me matou um borrego".”, A7, M, Adulto

No contexto do conflito é necessário compreender que o lince não é o único animal que está envolvido em episódios de ataque a animais domésticos e gado. Outros meso carnívoros presentes na região, como a raposa e o sacarrabos também são responsáveis por muitos destes episódios. Vários entrevistados reconhecem o impacto destas espécies, mencionando até que em comparação, os ataques de lince são mínimos. Mais uma vez, estas percepções parecem estar associadas a entrevistados com maior nível de escolaridade, possivelmente refletindo uma maior capacidade de mobilizar e articular conhecimentos sobre o tema.

Ainda assim, outra parte dos entrevistados expressou uma percepção oposta, afirmando que os ataques de lince são mais significativos comparativamente às outras espécies ou entendendo-os como um acréscimo que intensifica o conflito. Esta visão negativa é maioritariamente partilhada pelos agricultores de subsistência e caçadores que sofrem com episódios de ataque recorrentes.

“Raposas e sacarrabos. E agora os lince que é para acabar com o resto.”, C4, M, Adulto

Estes discursos revelam que o lince é frequentemente tratado de maneira distinta das outras espécies: enquanto a raposa e o sacarrabos são percebidos como parte integrante do ecossistema local, o lince é frequentemente associado à ação de entidades externas. Esta percepção pode levar a uma atribuição de culpa mais acentuada aos impactos causados pelo lince, em linha com o que a literatura tem documentado em outros contextos europeus, onde espécies reintroduzidas ou protegidas são encaradas como agentes externos (Coz & Young, 2020). Isto leva à importância de referir que alguns ataques podem ser incorretamente atribuídos ao lince, aumentando a sensação de conflito.

3.2.1. Efeito da densidade e mudança de cenário

Dentro das narrativas de conflito tornou-se evidente um elemento comum: a percepção de uma mudança de cenário social ao longo do tempo. Vários entrevistados referiram uma transformação gradual, de um contexto inicialmente favorável à conservação do lince (Lopes-Fernandes *et al.*, 2018) para um ambiente em que o conflito ganha maior expressão. Embora no início da reintrodução a espécie tenha sido geralmente recebida com percepções positivas, muitos participantes destacaram que, atualmente, se observa uma alteração nos discursos locais, marcada por um aumento das percepções negativas e de sentimentos de resistência face à presença do lince, mesmo que essa percepção não seja partilhada pela pessoa em questão.

À questão, “Ou seja, o lince não alegra toda a gente?” um dos entrevistados respondeu:

“Não, e cada vez agora alegra menos, porque já passou aquela fase eufórica, que nós sempre avisámos que iria acontecer.”, O1, M, Adulto

Esta perceção de mudança de cenário está intimamente associada, segundo vários entrevistados, ao aumento significativo da população de lince na região, fenómeno que é corroborado pelos dados oficiais (Figura 1.5). À medida que o número de indivíduos aumentou, as interações entre lince e atividades humanas tornaram-se mais frequentes e visíveis, o que parece ter contribuído para a intensificação das perceções negativas, algo que está documentado em várias espécies de carnívoros (Banasiak *et al.*, 2021; Carter & Linnell, 2016; Garrote *et al.*, 2013). Como demonstram estudos prévios, o apoio público à reintrodução do lince é condicionado pela garantia de que a espécie não terá impactos negativos nos meios de subsistência locais, algo que, na prática e na atualidade, nem sempre se verifica (Delibes-Mateos *et al.*, 2021). Assim, a expansão populacional do lince não pode ser apenas interpretada como um dado ecológico, mas também como um marco social, que reconfigura os discursos locais e potencia sentimentos de competição, resistência ou sobrecarga.

À questão “E diria que habitualmente é mais positivo ou negativo aquilo que ouve sobre o lince?”, um dos entrevistados respondeu:

“Tem vindo a ser progressivamente mais negativo. E isso é que me preocupa. Progressivamente mais negativo, mais má vontade, menos predisposição para aceitar o lince, a competição, põe aspas nisso, a competição que o lince faz com os caçadores. E isso preocupa-me. Isso preocupa-me. E isso também é fruto do aumento do número de lince não é. Quando eles foram libertados os primeiros em 2023, 2024 [deveria ser 2013/14], havia meia dúzia de lince. Quem diz meia dúzia, se calhar são 20 ou 30, neste momento estamos com cerca de 300.”, C1, M, Adulto

Muitos entrevistados, sobretudo da povoação de Corte Sines, questionaram mesmo a fiabilidade dos dados oficiais, afirmando que a população de lince poderá ser significativamente maior do que a reportada. Esta percepção de “excesso” da espécie reforça a ideia de que o aumento populacional é um fator central na emergência de tensões locais. Na verdade, Lopes-Fernandes (2018) já tinha salientado que, apesar da aceitação inicial da reintrodução, um aumento na densidade populacional do lince poderia intensificar o conflito, uma previsão que se confirma na experiência atual dos entrevistados.

Esta secção evidencia que os entrevistados residentes em áreas rurais tendem a apresentar percepções predominantemente negativas relativamente ao lince. Esta visão negativa não se limita apenas a episódios individuais, mas reflete um sentimento coletivo reforçado pela experiência direta de impactos sobre atividades quotidianas. Estas ideias estão alinhadas com a literatura internacional, que menciona que populações rurais enfrentam desafios mais imediatos e tangíveis, o que contribui para percepções negativas e menor tolerância face à presença de predadores (Kato *et al.*, 2019). Assim, o contexto rural desempenha um papel central na forma como os conflitos com a fauna são experienciados e interpretados socialmente.

3.3. Processo de reintrodução

O processo de reintrodução do lince constitui uma intervenção de grande relevância ecológica e social, envolvendo não apenas questões de conservação da espécie, mas também impactos e percepções das comunidades locais. As entrevistas revelam que o programa é avaliado de formas diversas, refletindo tanto o orgulho e reconhecimento da sua importância por parte de alguns atores influentes e com maior escolaridade, como dúvidas, críticas ou reservas por outros setores da população.

Estes dados estão de acordo com avaliações previamente realizadas por Lopes-Fernandes *et al.* (2018) que indicam que os atores locais apresentam uma visão mista, mas predominantemente favorável, relativamente ao processo de reintrodução do lince-ibérico. Os dados deste artigo evidenciam que a reintrodução é percebida não apenas como um projeto técnico ou ecológico, mas como um fenómeno social complexo, cuja aceitação e legitimação dependem de múltiplos fatores culturais, institucionais e pessoais.

De uma forma geral, no presente estudo os entrevistados expressaram agrado pelo sucesso do projeto de reintrodução, classificando-o de forma positiva. Este tipo de percepções foi particularmente evidente entre indivíduos com maior escolaridade e influência local, que demonstraram orgulho e reconhecimento do impacto do programa na conservação da espécie.

“Fiquei quase emocionado quando a gente faz a primeira introdução do lince no território. (...) É emocionante mesmo ver um animal destes em cativeiro e perceber que ele conseguiu evoluir no nosso território. Saído de estar em vias de extinção e neste momento está em grande ascensão e está com uma boa recuperação e acredito que vai se manter no nosso território por muitos anos.”, D2, M, Adulto

“Acho que tem ido superando as expectativas porque antes não havia nenhum e agora haver este número é espetacular.”, D3, M, Adulto

Apesar destas percepções positivas, a maioria dos entrevistados considera que a população de lince atualmente presente no território é suficiente, expressando uma valorização da reprodução natural em meio selvagem em detrimento da continuação do programa de reintrodução. Muitos referem que, após o sucesso das primeiras fases do projeto, a espécie já se encontra estabilizada e capaz de se reproduzir autonomamente. Este posicionamento evidencia uma confiança na sustentabilidade da população, refletindo tanto o reconhecimento do sucesso alcançado quanto a crença de que futuras introduções não são necessárias, desde que se mantenham condições adequadas para a espécie prosperar no território.

Algo que também é interessante abordar é o facto de o apoio explícito ao processo de reintrodução do lince se revelar concentrado em determinados grupos sociais, nomeadamente decisores locais e alguns caçadores e agricultores com funções de dirigentes associativos. Estes atores demonstram um compromisso ativo e deliberado com o projeto, reconhecendo a sua importância para a conservação da espécie e para a valorização do território. Mas o apoio não é homogêneo entre a população, refletindo diferenças de conhecimento, interesse e capacidade de intervenção. Esta distribuição desigual de apoio evidencia que a legitimação social do programa depende fortemente de atores estratégicos, cujo envolvimento pode ser decisivo para o sucesso e continuidade das ações de conservação. Este padrão de apoio é corroborado por estudos como o de Lopes-Fernandes *et al.* (2018), que identificam uma aceitação mais forte entre indivíduos com maior influência local.

Uma nota relevante identificada nas entrevistas diz respeito à sensação de NIMBY (*“Not In My Back Yard”*), já descrita na literatura sobre conservação e reintrodução de espécies de carnívoros (Essen & Allen, 2020). Embora não tenha sido amplamente expressa, alguns entrevistados referiram que não se opõem ao processo de reintrodução do lince-ibérico em si, mas preferiam que os animais permanecessem afastados das áreas habitadas ou das suas propriedades, evitando impactos diretos sobre atividades humanas.

“Acho que era bonito eles existirem, mas que não viessem assim às povoações, à vista das pessoas, roubar as galinhas. Ficassem mais longe dos povoados, de onde houvesse gente.”, A4, F, Sénior

“Acho, se eles criassem condições para isso, há o lince lá na casa dele e a gente cá na nossa e as galinhas no meu galinheiro.”, A1, F, Sénior

Estes resultados reforçam a importância de estratégias de gestão que considerem a distribuição espacial das populações reintroduzidas e a mitigação de impactos locais, de modo a conciliar a conservação da espécie com as expectativas e preocupações das comunidades, aumentando assim a legitimidade social e a sustentabilidade das iniciativas de reintrodução.

Em síntese, as perceções sobre o processo de reintrodução do lince em Mértola revelam uma avaliação globalmente positiva, especialmente entre atores com maior escolaridade e influência local, que demonstram orgulho pelo sucesso do programa. Ao mesmo tempo, a maioria dos entrevistados considera que a população existente é suficiente, valorizando agora a reprodução natural em meio selvagem. O apoio explícito ao projeto concentra-se em grupos estratégicos, como decisores locais e líderes associativos, enquanto outras parcelas da população mantêm uma postura mais neutra ou reservada,

3.4. Obstáculos e oportunidades para a coexistência

Para compreender de forma mais aprofundada os atuais desafios da coexistência entre o lince e as comunidades locais, é pertinente enquadrar este caso no quadro conceptual proposto por Marchini *et al.* (2021) visível na Figura 1.3. Com base na análise realizada anteriormente, o caso em estudo posiciona-se no quadrante inferior direito, que representa situações em que a dimensão de conservação é positiva, refletindo o sucesso das ações de recuperação populacional do lince (Junta de Andalucía, 2024), enquanto a dimensão social parece estar fragilizada, marcada pela presença de tensões e conflitos associados ao aumento da presença da espécie no território. Este enquadramento permite, assim, reconhecer que os avanços biológicos não têm sido acompanhados por transformações sociais equivalentes, originando novas dinâmicas de conflito, algo que tem sido observado em outros contextos de reintrodução de grandes carnívoros (Banasiak *et al.*, 2021; Carter & Linnell, 2016).

Tendo presente este enquadramento, importa agora analisar de que forma estas tensões têm sido abordadas na prática, começando pelas medidas já implementadas para mitigar os impactos e promover a coexistência entre o lince e as comunidades locais. A análise destas respostas é fundamental para compreender não só os mecanismos disponíveis no terreno, mas também as perceções locais sobre a sua eficácia e legitimidade. Em seguida, serão explorados os principais fatores e obstáculos que continuam a alimentar estas tensões sociais, permitindo uma leitura mais abrangente das dinâmicas que moldam a relação entre as populações rurais e a espécie.

As principais medidas de mitigação implementadas para minimizar os impactos da presença do lince centram-se na instalação de barreiras físicas, como redes, vedações, cercas eletrificadas, abrigos ou outros dispositivos destinados a proteger os animais domésticos. Alguns entrevistados referiram ter construído estas estruturas por iniciativa própria, enquanto a maioria indicou que a instalação resultou de intervenções do ICNF, que procede à colocação destas barreiras na sequência de episódios de ataque, como forma de prevenir ocorrências futuras.

Embora as barreiras físicas sejam amplamente reconhecidas como uma medida eficaz para reduzir ataques, as perceções sobre a sua utilização são ambíguas. Vários entrevistados, sobretudo agricultores de subsistência, manifestaram descontentamento com a necessidade de alterar práticas quotidianas enraizadas, como o facto de existir agora a necessidade de manter os animais permanentemente presos.

“E depois tenho que ter os bichos presos. Tenho ali um terreno de mil metros quadrados. Tenho de ter os bichos em 4 metros presos, 24 horas para o lince não os comer.”, C3, M, Adulto

“Epa a mim, se não fosse nós termos que ter os animais presos debaixo de uma rede... Os animais não saem. Antigamente saíam e iam comer gafanhotos e as formigas. Agora não, temos que os ter nisto. (...) Nós temos que ter os animais que precisamos presos para os lince andarem soltos. Quando devia ser ao contrário não é. Os animais deviam estar presos e a gente ter os bichinhos para andar aí coiso. Mas é ao contrário. Mas pronto.”, C5, M, Sénior

Estas declarações ilustram sentimentos de inversão de prioridades e de injustiça percebida, nos quais os habitantes locais se veem obrigados a adaptar-se a um novo regime imposto externamente, sentindo que os custos da coexistência recaem desproporcionalmente sobre eles. Situações semelhantes têm sido descritas noutros contextos de conflito com fauna, onde medidas técnicas são frequentemente contestadas por não terem em conta os modos de vida locais ou por serem implementadas sem envolvimento comunitário. Infelizmente este panorama não é novo já que literatura descreve que a maioria dos programas de conservação ignoram frequentemente as necessidades dos residentes locais e concentram-se apenas na proteção da vida selvagem, resultando em programas que priorizaram os animais em detrimento das pessoas (Black *et al.*, 2020). Estas perceções negativas e a sensação de injustiça e falta de envolvimento prejudicam seriamente as estratégias de mitigação de conflitos enfraquecendo o seu potencial de promover relações de coexistência (Grossmann & Patkó, 2024; Lucas *et al.*, 2022; Rigg, 2024; Zimmermann *et al.*, 2020).

Um obstáculo à coexistência com relevância para este caso é a relação das comunidades locais com o ICNF. Nas entrevistas foi possível observar uma discrepância entre diferentes níveis de envolvimento: enquanto alguns representantes institucionais locais, como presidentes de junta ou dirigentes associativos referem ter alguma possibilidade de comunicação direta com as autoridades, muitos entrevistados manifestam um discurso marcado pela desconfiança e descrédito institucional. Muitos relatam que deixaram de contactar ou procurar o apoio do ICNF por sentirem que os seus problemas não têm respostas reais e concretas.

“Eu já me deixei de ir ao parque, de ir lá à associação [ICNF]. Porque a gente vai lá, comunica com eles, eles vêm aqui, trazem as câmaras, montam-nas ali, levam ali uns dias, depois vêm-nas a levantar, mas não dão andamento nenhum.”, A1, F, Sénior

“E fecha a matraca e não se chama ICNF, coisa que há 5 anos se chamava, ou por orgulho ou por tentar resolver, e isto é prova de que as pessoas não são parvas e que já viram o filme todo.”, T2, M, Adulto

Este discurso de descrença é reforçado por perceções de falta de capacidade de gestão efetiva e de ausência de responsabilidade direta sobre os impactos sentidos pela população.

“No caso do lince, tem sido uma falta de habilidade das autoridades brutais.”, A7, M, Adulto

“Controlam-os eles. Se quiserem pô-lo a ele, controlem-os eles. É só prejuízo. Eles põem o lince, não lhe põem nada para eles comerem, olha muito obrigado.”, C4, M, Adulto

Estas narrativas evidenciam um claro déficit de confiança institucional, frequentemente referido na literatura como um dos principais entraves à aceitação de medidas de conservação e à eficácia dos mecanismos de coexistência (Redpath *et al.*, 2013; Young *et al.*, 2010; Zimmermann *et al.*, 2020). Ignorar este déficit de confiança poderá comprometer seriamente a aceitação social do projeto e agravar conflitos futuros, prejudicando também as estratégias de mitigação de conflitos (Grossmann & Patkó, 2024; Lucas *et al.*, 2022).

Neste sentido torna-se crucial adotar uma abordagem mais participativa e transparente, envolvendo as comunidades locais na tomada de decisão, fornecendo informação clara sobre objetivos e medidas de mitigação, e garantindo que as preocupações económicas, culturais e emocionais são ouvidas e consideradas. Uma gestão que incorpore estes elementos não só fortalece a confiança institucional, como também sustenta a coexistência, visto que a sua definição implica a participação de todos os grupos afetados em processos transparentes e democráticos (IUCN, 2023).

No contexto da coexistência é também de interesse compreender de que forma a própria população vê este cenário como possível. Referências a compensações financeiras emergiram de forma transversal nos discursos dos entrevistados como a principal estratégia para viabilizar a coexistência com o lince. A ideia central é que, perante os prejuízos, as comunidades locais devem ser compensadas financeiramente de uma forma célere e justa, funcionando essa compensação como um mecanismo de manutenção da tolerância social.

“Esse dinheiro reverte para as populações, para os que, conseqüentemente, tem que dar prejuízos. A gente convive com essas espécies predadoras, grandes predadoras, tem que ter prejuízos. E as pessoas têm que ser ressarcidas, pelo menos economicamente, já que moralmente é impossível. Quando é uma ovelha, que eu gostava tanto e não sei o que, não dá, ou de um cão, ou sei lá. Agora, financeiramente, economicamente, tem que ser rapidamente, que é para as pessoas não criarem animosidade.”, C2, M, Adulto

Vários entrevistados enfatizaram a necessidade de que as compensações sejam aplicadas com rapidez, expressando preocupação com o potencial de escalada do conflito caso estes processos não sejam acautelados. A percepção é de que a tolerância das comunidades depende não apenas da existência das compensações, mas também da celeridade, previsibilidade e simplicidade do processo.

“Se sentirem que são compensados ficam disponíveis para conviver com a questão (...). Eu acho que para aguentarmos este período de alguma deriva ideológica ou damos dinheiro ou então podemos ter problemas. Portanto há que manter aqui a receptividade das pessoas e por isso é matou-lhe a galinha? Tome lá. E portanto, esta componente da compensação do custo sem grandes perguntas, pah é confirmado que é um lince. Paga-se.”, A7, M, Adulto

“Tem vindo a aumentar os ataques e a diminuir a queixa e o barafustar. Que a mim me assusta, vou-vos dizer outra vez. As pessoas vão ter que tomar medidas por conta delas. E é por isso que não informam. (...) estas pessoas são muito humildes, são muito queridas, acham que estão de boa-fé, mas quando as deixas penduradas, fecham a porta e passam de humildes a loucos.”, T2, M, Adulto

Estes discursos estão em linha com a literatura sobre HWC que reconhece que as compensações financeiras podem funcionar como mecanismos centrais para reduzir percepções de injustiça e mitigar a hostilidade local. Apesar de ser claro que a convivência com espécies carnívoras trará sempre impactos incontornáveis, as compensações surgem como uma forma de aumentar a tolerância humana à coexistência (Carter & Linnell, 2016; Lucas *et al.*, 2022). Assim, as compensações financeiras devem ser encaradas como um passo fundamental a implementar rapidamente, visando a promoção da coexistência entre a população local e o lince-ibérico. !

Para além dos fatores institucionais e económicos, a falta de sensibilização e informação da população local surge como um obstáculo central à coexistência. Esta lacuna foi destacada por decisores locais, agentes de turismo, e o representante de uma ONGA e ainda por alguns caçadores, estes últimos identificados como figuras com maior influência local, como já foi mencionado.

Os entrevistados apontam um contraste evidente na dinâmica das campanhas de sensibilização: enquanto no início do processo de reintrodução da espécie foi feito um investimento significativo em ações de educação e sensibilização, atualmente essas iniciativas têm vindo a perder força e continuidade.

“E, portanto, ou se encontram medidas, medidas sejam essas, seja de um aumento brutal de sensibilização, mas sensibilização cara a cara, ou seja, é preciso intensificar esta noção de importância do lince. Passou aquela fase eufórica, porque havia educação ambiental, havia os desenhos dos lince, havia tudo e mais alguma coisa sobre o lince, e ainda bem, nós fazíamos e tudo isso. Mas pronto, entretanto foi-se perdendo, porque já não é novidade.”, O1, M, Adulto

Para além disso, os entrevistados salientam que as características demográficas e socioculturais da população local, nomeadamente o facto de se tratar de uma população maioritariamente envelhecida e com baixos níveis de literacia, acentuam ainda mais a falta de informação e compreensão sobre o processo de reintrodução. Esta realidade evidencia a importância de desenvolver estratégias de educação e sensibilização que sejam ajustadas às especificidades locais, recorrendo a abordagens mais próximas, acessíveis e adaptadas a diferentes grupos-alvo, de forma a garantir uma comunicação eficaz e inclusiva.

“Porque as pessoas daqui são pouco letradas, as pessoas não têm acesso à internet. Vai se dizer, olha, mas podes fazer uma comunicação, não sei a quem, ou telefonar, não sei, as pessoas não fazem ideia, se não for a junta de freguesia ou alguém que ande lá no terreno a dizer isso, as pessoas não fazem ideia. E vão-se saturando, e um dia matam o lince em vez de ligarem. Mesmo que haja compensação. As pessoas precisam de ter alguém no terreno que lhes diga isso, que as ensine, que explique as coisas. (...) E agora pronto, largou-se o lince, o lince está em evolução, e esqueceram-se um bocadinho as pessoas que ali estão, que são as mesmas, e os problemas são outros.”, C6, M, Adulto

Estes testemunhos convergem com a literatura existente, que destaca o papel central da educação ambiental e da sensibilização pública no sucesso da reintrodução das espécies e possível cenário de coexistência. Em vários contextos, a ausência de informação clara e de envolvimento ativo das comunidades resulta no fortalecimento de percepções negativas e no aumento da resistência às políticas de conservação (Redpath *et al.*, 2013; Young *et al.*, 2010). A educação ambiental, ao fornecer informações claras e acessíveis, pode reduzir significativamente as percepções de risco e aumentar a aceitação da comunidade local (Kleiven *et al.*, 2004; Røskaft *et al.*, 2003).

Lopes-Fernandes *et al.* (2018) sublinham que as campanhas de sensibilização local foram a condição mais frequentemente mencionada para a aceitação da presença do lince, evidenciando que as populações locais esperavam que o processo de reintrodução fosse acompanhado por um esforço contínuo e direcionado de informação. O mesmo estudo refere que o conhecimento atual sobre a espécie provem, em grande medida, dos meios de comunicação social, defendendo assim a necessidade de ações de proximidade, adaptadas ao contexto local, para melhorar a compreensão ecológica e reduzir percepções negativas.

Contudo, no caso em análise, esta expectativa inicial não se verificou plenamente. Os entrevistados descrevem um cenário em que, após um período inicial de maior investimento em campanhas de sensibilização, essas iniciativas foram perdendo progressivamente intensidade, deixando lacunas significativas. Esta ausência de continuidade nas ações educativas e de comunicação contribui para reforçar percepções negativas e sentimentos de afastamento em relação ao projeto de conservação.

3.5. Impactos no Turismo

Através da análise das entrevistas é possível compreender que não existe uma narrativa única acerca dos impactos do lince no turismo e da notoriedade que este traz ao território. Uma parte dos entrevistados considera que o regresso do lince contribui positivamente para a visibilidade de Mértola, sendo percebido como um símbolo distintivo da região e um motivo de orgulho para a população local.

“Mértola, eu acho que se tem valorizado, tem-se afirmado muito também pelo lince. Perdizes e coelhos, pronto, mal ou bem, há muitos. Mas isso pode haver em Mértola, pode haver em Odemira, pode haver em Moura. O lince agora tem sido ali o expoente máximo. (...) É uma coisa que pah veados veem em Trás-os-Montes veem nas Beiras. Mas lince só veem ali. E as pessoas iam encantadas porque viram o lince. (...) Aquilo enchia-as de orgulho. E as pessoas ficam satisfeitas, realmente satisfeitas de ver o lince.”, C6, M, Adulto

Estes testemunhos evidenciam que o lince funciona como um ativo simbólico que distingue Mértola de outras regiões, criando uma identidade ligada à presença da espécie, tema que será melhor explorado na secção seguinte. No entanto, nem todos os entrevistados concretizam esse impacto em benefícios turísticos tangíveis, como aumento do número de visitantes ou geração de receitas, o que sugere que a notoriedade do lince se encontra, por enquanto, mais associada à valorização cultural e simbólica do território do que a ganhos económicos efetivos.

Ainda assim, esta visão positiva não é partilhada por todos os entrevistados. Alguns assumem uma posição mais intermédia, reconhecendo que o lince pode constituir um acréscimo interessante para o território, sobretudo tendo em conta que Mértola dispõe de poucas atrações turísticas consolidadas. Nestas perceções, o lince não é visto como fator central de atração, mas como um elemento complementar que pode enriquecer a experiência dos visitantes já presentes na região. Por outro lado, há entrevistados que consideram que a presença da espécie não constitui um motivo decisivo para visitar Mértola, sugerindo que o seu contributo económico direto e o impacto no turismo ainda são limitados.

Estas visões estão intimamente ligadas ao facto de o lince ainda não se encontrar consolidado enquanto produto turístico, nem existir um conjunto de serviços associados que facilitem o contacto com a espécie. Importa mencionar que, embora no contexto desta dissertação tenham sido entrevistados apenas dois agentes de turismo, este número é significativo para o território em questão e adequa-se ao pequeno mercado turístico local. A perspetiva partilhada por estes agentes coincide com a de outros entrevistados, evidenciando que, quando os visitantes chegam a Mértola, não existem atividades ou roteiros estruturados que promovam o contacto com o lince, mesmo que de forma indireta. A única estrutura que se aproxima deste objetivo é o Centro de Interpretação e Observatório do lince inaugurado em 2020, em São João dos Caldeireiros que dispõe de painéis informativos sobre a espécie e o seu processo de reintrodução (Territórios do Lince, n.d.). Ainda assim, visualizar o lince permanece fortemente dependente da sorte.

“Eu explico, olhe, não pode ver o lince, mas vá ver os painéis que estão ali ou procure no Parque Natural, ou veja aqui... E depois, se lhe aparecer o lince à frente é como se lhe tivesse saído a lotaria. Portanto não há nenhuma estrutura, abrigo ou situação criada para que se possa observar o lince. Mas eu acho que não há nenhuma oferta objetiva estruturada, com programa destinada àquilo que se possa chamar a observação do lince.”, T1, M, Adulto

Estas perceções coincidem com estudos sobre espécies carismáticas, que afirmam que a visibilidade e o valor simbólico de animais como o lince podem aumentar o interesse por um local, mas que a transformação desse interesse em turismo estruturado depende da existência de produtos, infraestruturas e estratégias de promoção adaptadas ao visitante (Kavčič *et al.*, 2024; Margaryan & Wall-Reinius, 2017; Recharte *et al.*, 2025).

“O lince, não sei, ou porque ainda não há uma estratégia, não sei se deliberadamente, mas não há. O lince não está estrategicamente, digamos assim, colocado na promoção do todo, que é o concelho. Está bem que ele já não pertence só ao concelho de Mértola, ele está solto, é selvagem, está por os concelhos de vizinhos. Nós não podemos dizer que vá ali ver o lince. Isto é tudo uma questão de sorte. E isso também faz com que as pessoas não tenham onde ver. Não tenham a certeza que vão ver.”, D4, F, Adulto

Segundo Lopes-Fernandes *et al.* (2018) o lince foi frequentemente percebido como um ativo turístico pelos atores locais. Este estudo concluiu que o turismo de natureza foi o benefício mais frequentemente mencionado pelos entrevistados e os autores salientam ainda a possibilidade de promover o lince como atração turística, sugerindo que a reintrodução da espécie poderia impulsionar o ecoturismo e gerar valor económico para a região, embora alertando para a necessidade de gerir os efeitos potenciais de um elevado número de visitantes.

Ainda assim, os dados obtidos neste estudo revelam um quadro diferente já que apesar de vários entrevistados assumirem o contributo do lince para a notoriedade da região, evidenciava-se que não existem estratégias claras de promoção da espécie como atrativo turístico, e que a perceção do seu impacto económico direto é limitada. Estes resultados destacam que o potencial do lince para o turismo depende não apenas da presença da espécie, mas também da existência de estratégias e mecanismos que transformem interesse e simbolismo em benefícios concretos para o território.

Dez anos após a reintrodução do lince, nota-se uma frustração crescente entre os atores locais, relacionada com os benefícios esperados da sua presença. A comparação com os dados de Lopes-Fernandes *et al.* (2018) evidencia que as expectativas iniciais não foram alcançadas: muitos residentes não observaram vantagens concretas e, inclusivamente, alguns já acumulam prejuízos.

3.6. Enraizamento cultural

O enraizamento cultural de uma espécie e o modo como esta se insere na identidade coletiva de uma comunidade constituem dimensões fundamentais para compreender as dinâmicas locais de aceitação e envolvimento em projetos de conservação. Tal como descrito na literatura, as espécies carismáticas podem adquirir significados simbólicos e culturais profundos, podendo até funcionar como espécies-símbolo representando um ícone da identidade local (Mattalia *et al.*, 2025).

Este tema foi já explorado por Lopes-Fernandes *et al.* (2018) onde a relevância cultural do lince foi amplamente destacada. Os autores afirmam que os entrevistados descreveram o lince como um emblema territorial atribuindo-lhe um estatuto simbólico que confere singularidade à paisagem local. Além disso neste artigo é explorada a forma como a memória coletiva desempenha um papel central nesta construção simbólica revelando a evolução histórica da perceção do lince.

Na análise destas entrevistas, contudo, foram encontradas algumas variações na forma como o lince está presente na memória local. Uma parte dos entrevistados refere ter tido contacto com o imaginário do lince desde a infância, através de histórias transmitidas por familiares mais velhos ou de conteúdos abordados no contexto escolar, evidenciando uma inscrição intergeracional e precoce da espécie no imaginário coletivo.

“Epá, desde miúdo. Desde miúdo, lembro-me do meu avô.”, D2, M, Adulto

Estas referências mostram que, para alguns, o lince já fazia parte das narrativas locais antes do início dos projetos de reintrodução, funcionando como elemento de continuidade cultural. Em contraste, outros entrevistados afirmam ter ouvido falar do lince apenas aquando do início das iniciativas de conservação e reintrodução, muitas vezes expressado por entrevistados mais novos, revelando formas distintas de apropriação e inscrição da espécie na memória comunitária. Esta diferença sugere que a relação simbólica com o lince não é homogénea, dependendo de fatores geracionais, contextuais e da própria experiência de vida dos residentes.

Um elemento relevante na memória associada ao lince identificado em algumas entrevistas é a referência à campanha “Salvemos o Lince e a Serra da Malcata” (Figura 2.1.) lançada na década de 1970. Apesar de não ser uma recordação geral (até devido à faixa etária), para muitos este foi o primeiro contacto mediático com o lince, anterior à sua presença física no território. Este dado evidencia o alcance nacional e simbólico que o lince já tinha, mesmo em locais onde não existia na altura. Curiosamente, algumas pessoas recordam que, na época, não percebiam totalmente a razão de ser da campanha, já que o lince não era uma presença conhecida na Serra da Malcata nem na região. Este tipo de comentário mostra um distanciamento inicial entre a mensagem nacional de conservação e a experiência local, que só mais tarde foi sendo reformulado com os projetos de reintrodução.

No que diz respeito à frequência com que o tema do lince surge no quotidiano, as entrevistas revelam que se trata de um assunto amplamente presente nas conversas locais. O lince aparece recorrentemente em diferentes contextos, desde discussões relacionadas com a caça, a decisões comunitárias, até conversas informais em cafés ou encontros entre vizinhos. Para a maioria dos entrevistados, esta presença frequente é interpretada como um sinal positivo, refletindo uma maior centralidade da espécie no discurso coletivo e, em certa medida, um indicador do seu enraizamento no território. No entanto, alguns participantes referem que este aumento de visibilidade também está ligado ao crescimento dos conflitos e das tensões associadas à sua presença, mostrando que o tema é mobilizado tanto em registos positivos como negativos.

“Hoje, é um tema, às vezes até é um tema de café, quando se fala, quando se está com alguém num café, e quando se fala em caça, lá vem um bocadinho do lince à baila.”, D2, M, Adulto

Tal como já referido anteriormente, o lince é amplamente percebido pelos entrevistados como um símbolo identitário e um ícone cultural de Mértola. Muitos participantes destacam que a espécie passou a integrar o imaginário coletivo e a cultura local, funcionando como um elemento distintivo do território. Esta associação simbólica traduz-se frequentemente em sentimentos de orgulho e valorização, reforçando a ligação entre a presença do lince e a identidade comunitária.

“Já é um símbolo. Já é um símbolo aqui de Mértola.”, A6, M, Jovem

“As pessoas gostaram, sentiram de repente Mértola é um exemplo e gostaram.”, A7, M, Adulto

Estas expressões evidenciam o modo como o lince tem vindo a ser apropriado simbolicamente pelas comunidades locais, tornando-se um marcador territorial e um elemento de coesão identitária. Estes dados vão ao encontro dos resultados de Lopes-Fernandes & Frazão-Moreira (2016) que indicam que a espécie tem sido progressivamente reconhecida como um símbolo de identidade local em áreas rurais portuguesas. No entanto, como destacado por Delibes-Mateos *et al.* (2022), a integração plena do lince na identidade comunitária exige tempo e estratégias de envolvimento contínuas, dimensão que se relaciona diretamente com o desenvolvimento de produtos turísticos e com a promoção do território, evidenciando a necessidade de articular valor simbólico e oportunidades concretas de turismo como já foi anteriormente explorado.

A literatura sobre coexistência com grandes carnívoros mostra que o valor simbólico de uma espécie pode aumentar a tolerância e o apoio comunitário, não eliminando automaticamente as tensões (Carter & Linnell, 2016; Redpath *et al.*, 2013; Young *et al.*, 2010). Em Mértola, a apropriação simbólica do lince contribui para reforçar a ligação da comunidade à espécie, mas a coexistência prática depende de estratégias de gestão e do envolvimento contínuo da comunidade, evidenciando a necessidade de conciliar identidade, turismo e mitigação de conflitos.

De forma geral, nos resultados apresentados observa-se uma assimetria clara nas percepções de coexistência: caçadores e agricultores tendem a associar a recuperação do lince-ibérico a perdas concretas, enquanto decisores locais, agentes turísticos e representantes de ONGA's interpretam o mesmo fenómeno como um sinal de prestígio territorial, valorização ecológica e oportunidade económica. Esta divergência traduz o que Redpath *et al.* (2013) descrevem no seu modelo de coexistência e conflito, em que as relações entre grupos podem oscilar entre situações de jogo de soma nula (em que o ganho de uma parte implica a perda da outra) e de jogo de soma não-nula (em que são possíveis benefícios partilhados). No contexto deste estudo, a percepção de agricultores e caçadores situa-se num quadro de soma nula, onde qualquer ganho para o lince é entendido como uma perda direta para si próprios. A falta de confiança institucional sentida por estes grupo-alvo é também uma barreira à passagem de uma percepção de soma nula para uma lógica de cooperação, ao limitar o reconhecimento do conflito como um problema partilhado. Já os decisores locais, agentes turísticos e organizações de conservação expressam uma visão mais próxima de um cenário de soma não-nula, reconhecendo a recuperação da espécie como fonte de valor simbólico, ecológico e económico. Segundo Redpath *et al.* (2013), a passagem de um estado de conflito para um de coexistência exige transformar a percepção do problema de um confronto entre vencedores e vencidos para um desafio de gestão partilhado. Promover o mapeamento de valores, o diálogo participativo e a mediação neutra permitem transformar o conflito num desafio comum e avançar de uma percepção de soma nula para um modelo de coexistência de benefícios partilhados.

É também possível alinhar os resultados obtidos com os princípios centrais do *Wildlife Tolerance Model* proposto por Kansky *et al.* (2021): a tolerância local ao lince é fortemente mediada por custos intangíveis (como a preocupação constante com os animais domésticos, medo, desgaste emocional) e por benefícios não-monetários (orgulho territorial, valor simbólico, potencial turístico), mais do que apenas pelas perdas económicas imediatas. Isso explica a divisão observada entre agricultores e caçadores e entre decisores, agentes turísticos e indivíduos com maior influência local que, por sua vez, valorizam benefícios não-monetários e, por isso, mostram maior abertura à conservação. No caso deste estudo, a confiança no ICNF é um dos fatores mais determinantes para a tolerância face ao lince. Quando essa confiança é fraca, aumentam os custos intangíveis e diminui a predisposição das comunidades locais para aceitar e apoiar os esforços de conservação (Kansky *et al.*, 2021).

Para promover uma transição da situação atual (onde a dimensão social está fragilizada – Figura 1.3) para um cenário de coexistência, as medidas devem incidir simultaneamente sobre custos e benefícios intangíveis, como a redução do peso psicológico e prático da presença do lince com respostas institucionais céleres, processos participativos e mitigação adaptada no terreno. Devem também ser reforçados benefícios não-monetários através de campanhas de sensibilização de proximidade, experiências positivas dirigidas e desenvolvimento de produtos turísticos que convertam simbolismo em vantagens concretas para a comunidade. Estas duas vias complementares aumentam a tolerância ao longo do tempo, restabelecem confiança institucional e criam condições para que a recuperação populacional do lince seja socialmente sustentável (Kansky *et al.*, 2021).

Por último, os resultados desta investigação alinham-se de forma significativa com o modelo de aceitação de riscos proposto por Bruskotter & Wilson (2013), que identifica as perceções de risco e benefício como os principais determinantes da tolerância para grandes carnívoros. Tal como descrito no modelo, os grupos que experienciam conflitos diretos com a espécie tendem a apresentar perceções mais negativas, associadas a riscos concretos como a predação ou a interferência nas práticas cinegéticas. Por outro lado, os agentes de turismo, decisores locais e representantes de ONGA's demonstram maior tolerância, frequentemente sustentada pela valorização simbólica e ecológica da espécie, o que se traduz numa perceção mais acentuada dos seus benefícios. Esta polarização entre riscos e benefícios, observada nas narrativas analisadas, reforça a aplicabilidade do modelo à realidade portuguesa e à complexidade das dinâmicas locais de coexistência.

Além disso, o modelo destaca o papel da confiança institucional e da perceção de controlo como moderadores das atitudes face aos carnívoros. Na presente investigação, emergiu um sentimento de frustração e desconfiança relativamente às entidades responsáveis pela conservação, sobretudo entre os grupos que se sentem mais vulneráveis aos impactos da presença do lince. A ausência de compensações justas e de diálogo efetivo contribui para uma diminuição da confiança, o que, segundo o modelo, pode amplificar a perceção de risco e reduzir a aceitação da espécie. Assim, os resultados desta dissertação não só corroboram os pressupostos do modelo de Bruskotter & Wilson, como também evidenciam a importância de estratégias de comunicação que promovam acima de tudo os benefícios da espécie e reforcem a confiança nas instituições, como caminho para uma coexistência mais sustentável (Bruskotter & Wilson, 2013).

Conclusão

Este estudo teve como principal objetivo a descrição e análise das percepções atuais da população rural do concelho de Mértola relativamente à presença do lince-ibérico, impulsionado pela literatura escassa sobre este caso de estudo em particular. Através de 21 entrevistas feitas a participantes que foram divididos por 5 grupos-alvos, foi possível obter uma análise das percepções gerais da população relativamente à presença do lince-ibérico, explorando tanto as dimensões de conflito como os elementos de valorização, apropriação simbólica e oportunidades associadas à presença da espécie. A realização das entrevistas foi guiada pelos objetivos de investigação, que incluíam a avaliação da percepção de diferentes grupos-alvo e a identificação e compreensão dos fatores sociais, culturais e económicos que moldam essas percepções.

Neste contexto, e tendo em conta a análise realizada, é possível concluir que, comparativamente a estudos feitos anteriormente, a população local admite sentir uma mudança de cenário, onde devido ao aumento da densidade da espécie, as perturbações têm aumentado, principalmente devido a episódios de ataque a animais domésticos e a consequências como a diminuição do número de espécies cinegéticas como o coelho. Assim, este clima de mudança social sugere que os conflitos e percepções negativas têm aumentado.

De uma forma geral os resultados indicam que as percepções negativas, incluindo frustração e uma não abertura à coexistência, são partilhadas maioritariamente pelos grupo-alvo dos caçadores e agricultores que parecem ter uma visão mais direcionada ao problema (já que são também aqueles que sofrem mais diretamente com ele). Por outro lado, os grupos-alvo dos decisores, agentes de turismo e representantes de ONGA's apresentam percepções mais positivas, ainda que reconheçam a existência dos conflitos. Neste segundo grupo podem incluir-se também alguns caçadores e agricultores, com um maior nível de escolaridade e maior influência local. Estes dados indicam que este grupo de pessoas têm uma maior capacidade de reenquadrar os impactos ocorridos numa opinião mais abrangente e não tão direcionada ao problema.

No caso das opiniões sobre a reintrodução do lince, o mesmo padrão repete-se, não existindo um consenso por parte dos entrevistados. Pessoas mais influentes e com maior escolaridade suportam o processo de reintrodução, enquanto caçadores e agricultores, que têm sentido na pele os impactos da espécie não se mostram tão favoráveis. Ainda assim, de forma geral a maioria afirma que, tendo em conta o crescimento da espécie, será mais benéfico optar agora por uma reprodução natural ao invés da continuidade da reintrodução.

Relativamente à coexistência, foram identificados vários obstáculos que comprometem a sua efetiva consolidação no território e dificultam a criação de relações harmoniosas entre a população local e o lince-ibérico. Por um lado, as medidas de mitigação já implementadas (que têm como objetivo potenciar a coexistência) estão a trazer mais uma fonte de frustração para a população já que os entrevistados sentem que são medidas injustas e implementadas sem consulta, quebrando rotinas já enraizadas. Outro obstáculo identificado relaciona-se com a perceção da população em relação ao ICNF. As entrevistas revelam que muitos participantes demonstram falta de confiança nas instituições, o que se traduz em afastamento em relação ao ICNF. Em situações de conflito, muitos optam frequentemente por não procurar contacto com a entidade.

Neste contexto, a análise dos dados revelou que as compensações financeiras são consideradas a forma mais relevante de promover a coexistência. Este tema surgiu de forma recorrente na maioria das entrevistas, evidenciando a importância de que tais compensações existam e sejam implementadas de maneira rápida e eficaz. A sua ausência tende a agravar os conflitos, dificultando a aceitação da presença da espécie.

Também no sentido de promover a coexistência, as campanhas de sensibilização e educação ambiental surgiram como imprescindíveis. Devido às características da população de Mértola, envelhecida e com níveis baixos de escolaridade, muitos entrevistados atribuem em parte o aumento dos conflitos à falta de sensibilização que é feita junto da população.

Na área do turismo, os resultados demonstram que, ainda que a maioria dos entrevistados atribua um papel positivo da presença do lince para Mértola, isso não se traduz necessariamente num contributo significativo. Vários entrevistados atribuem esta falta de retorno ao facto de o lince não estar ainda enquadrado como produto turístico nem ter serviços associados. Ainda assim, a maioria da população admite que a espécie tem um valor simbólico relevante para Mértola, sentindo prestígio pelo facto de a espécie estar presente no território. O lince, apesar de não estar uniformemente presente na memória de todos os entrevistados tem uma componente de enraizamento cultural relevante que pode ser utilizada para promover a coexistência.

Relativamente aos contributos deste estudo, do ponto de vista teórico este contribuiu para o aprofundar da compreensão das perceções da população de Mértola sobre a presença do lince. Sendo este um caso tão específico, este contributo, ainda que limitado, é relevante para uma melhor compreensão da problemática, complementando a literatura já existente com novos resultados e realidades. Ficou claro que os conflitos têm aumentado e que é urgente a ação por parte das entidades competentes para que se possa traçar um plano com vista à coexistência, com o risco do escalar do conflito caso nada seja feito. Além disso, e como foi destacado pela literatura, este estudo reforça a importância de, no contexto da coexistência e de HWC, serem tidas em conta a dimensão social e humana, e as experiências individuais.

Em termos práticos, os resultados obtidos neste estudo trazem conclusões pertinentes para os decisores políticos e órgãos responsáveis, ao demonstrarem a urgência da aplicação de compensações financeiras com o objetivo de aumentar a tolerância humana e a abertura à coexistência. Associado a isso, ficou clara a importância da aplicação de campanhas de sensibilização e educação que sejam adequadas não só a cada público-alvo, mas a cada realidade específica, tendo em conta as desvantagens e os impactos sentidos pelas populações. Associado a estas medidas, é necessário reforçar a relação entre o ICNF e as populações locais, de forma a reduzir o fosso de perceções e aumentar a confiança mútua.

Adicionalmente, no sentido de aumentar a perceção de benefício para as populações locais, é necessário desenvolver a nível do turismo, uma estratégia que enquadre o lince como produto turístico, potenciando simultaneamente a sensação de enraizamento cultural, o que poderá facilitar a coexistência. É importante ter em conta que a condição ideal de benefício mútuo entre humanos e vida selvagem, implícita na convivência, nem sempre é totalmente realista, pelo que a manutenção de uma coexistência em que ambas as partes não sofram impactos significativos já constitui um objetivo relevante.

É ainda relevante mencionar as limitações associadas a este estudo bem como proceder à reflexão relativamente às suas implicações. Tal como qualquer outro método, as entrevistas semiestruturadas não estão isentas de limitações. São exigentes em termos de tempo, desde a elaboração do guião, à marcação das entrevistas, até à transcrição e análise dos dados. Além disso, envolvem dinâmicas de intersubjetividade que dependem da qualidade da relação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado. Embora a criação de um ambiente de confiança possa ajudar os participantes a sentirem-se valorizados e respeitados, também existem riscos associados, como a possibilidade de os participantes se sentirem expostos ou manipulados durante o processo (Longhurst, 2009). Estas dimensões éticas tornam a entrevista um espaço simultaneamente poderoso e delicado, o que exige do investigador sensibilidade, preparação e uma postura ética rigorosa.

De forma mais específica, esta pesquisa apresenta como limitação principal a sua amostragem. Primeiramente, o número de entrevistados ficou aquém do objetivo inicial devido a diversos fatores, como a dificuldade de contactar certos indivíduos e grupos, assim como o tempo disponível que foi limitado e agravado pela distância de deslocação até Mértola. Também consequência do número reduzido de participantes foi a pouca representatividade de algumas localidades e de grupos-alvo, como Agentes de Turismo ou representantes de ONGA's. Alguns grupos-alvo inicialmente previstos não puderam ser incluídos no estudo, como foi o caso de representantes do ICNF. Estes fatores acabaram por limitar a abrangência do estudo e realçam que, de forma geral, é fundamental abordar a discussão dos dados com um olhar crítico.

Futuramente, será relevante reavaliar as perceções da população de Mértola através de investigações que envolvam um maior número de participantes e garantam maior representatividade geográfica. Para além disso, seria relevante avaliar o impacto de futuras medidas nas perceções da população, recorrendo, por exemplo, a estudos longitudinais. A reavaliação frequente das perceções de conflito é fundamental para identificar continuamente as estratégias mais adequadas para promover a coexistência.

Num mundo cada vez mais longe do natural e selvagem, é mais importante que nunca que as populações consigam não só tolerar, mas coexistir com espécies reintroduzidas no seu território. Não sendo a coexistência um destino a alcançar, mas sim um caminho a percorrer continuamente, é necessário que as perceções, os impactos e os sentimentos e emoções das pessoas envolvidas sejam tidas em conta. Desta forma, ninguém ficaria esquecido, já que conservar a natureza é, fundamentalmente, trabalhar com as pessoas.

Referências Bibliográficas

- A Black, S., Talbert, L., & C Leslie, S. (2020). Use of predator controls to address human wildlife conflict. *International Journal of Avian & Wildlife Biology*, 5(1), 9–13. <https://doi.org/10.15406/ijawb.2020.05.00167>
- Almuna, R., Ramalho, C. E., Ibarra, J. T., Speldewinde, P., & Hopper, S. D. (2025). Global perspectives, local solutions: Improving human–predator coexistence through collaboration, meaningful experiences and cross-cultural knowledge. In *People and Nature*. John Wiley and Sons Inc. <https://doi.org/10.1002/pan3.70098>
- Banasiak, N. M., Hayward, M. W., & Kerley, G. I. H. (2021). Emerging Human–Carnivore Conflict Following Large Carnivore Reintroductions Highlights the Need to Lift Baselines. *African Journal of Wildlife Research*, 51(1). <https://doi.org/10.3957/056.051.0136>
- Basak, S. M., Hossain, M. S., O'Mahony, D. T., Okarma, H., Widera, E., & Wierzbowska, I. A. (2022). Public perceptions and attitudes toward urban wildlife encounters – A decade of change. *Science of the Total Environment*, 834. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2022.155603>
- Bennett, N. J. (2016). Using perceptions as evidence to improve conservation and environmental management. In *Conservation Biology* (Vol. 30, Issue 3, pp. 582–592). Blackwell Publishing Inc. <https://doi.org/10.1111/cobi.12681>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Broekhuis, F., Cushman, S. A., & Elliot, N. B. (2017). Identification of human–carnivore conflict hotspots to prioritize mitigation efforts. *Ecology and Evolution*, 7(24), 10630–10639. <https://doi.org/10.1002/ece3.3565>
- Bruskotter, J. T., & Wilson, R. S. (2013). Determining where the wild things will be: Using psychological theory to find tolerance for large carnivores. *Conservation Letters*, 6, 1–8. <https://doi.org/10.1111/conl.12072>
- Bryman, A. (2016). *Social Research Methods* (5th ed.). Oxford University Press.
- Burgen, S. (2025, March 3). Spain's rewilding of Iberian lynx at risk after lobbying by hunters and farmers. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2025/mar/03/spain-iberian-lynx-rewilding-lobbying-hunters-farmers>
- Cabral, M. J. , A. J. , A. P. R. , D. T. , F. de A. N. , O. M. E. , P. J. M. , Q. A. I. , R. L. , & S.-R. M. (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*.
- Câmara Municipal de Mértola. (n.d.). *Apoio ao investidor - Investir em Mértola*. Retrieved October 21, 2025, from <https://www.visitmertola.pt/mertola-vila-museu/apoio-ao-investidor-turismo/>
- Carter, N. H., & Linnell, J. D. C. (2016). Co-Adaptation Is Key to Coexisting with Large Carnivores. In *Trends in Ecology and Evolution* (Vol. 31, Issue 8, pp. 575–578). Elsevier Ltd. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2016.05.006>
- Castro, P., Mouro, C., & Bettencourt, L. (2014). *Relatório técnico – Ação D1 “Monitorização da mudança de atitudes em relação à conservação do Lince ibérico, do Abutre-Preto e do ecossistema mediterrânico.”*
- Charmaz, K. (2017). Constructivist grounded theory. In *Journal of Positive Psychology* (Vol. 12, Issue 3, pp. 299–300). Routledge. <https://doi.org/10.1080/17439760.2016.1262612>

- Cortés-Avizanda, A., Pereira, H. M., Mckee, E., Ceballos, O., & Martín-López, B. (2022). Social actors' perceptions of wildlife: Insights for the conservation of species in Mediterranean protected areas. *Ambio*, 51. <https://doi.org/10.1007/s13280>
- Coz, D. M., & Young, J. C. (2020). Conflicts over wildlife conservation: Learning from the reintroduction of beavers in Scotland. *People and Nature*, 2(2), 406–419. <https://doi.org/10.1002/pan3.10076>
- Creswell, J. W. . (2007). *Qualitative inquiry & research design : choosing among five approaches*. Sage Publications.
- Deinet, Stefanie., Ieronymidou, Christina., McRae, Louise., Burfield, I. J. ., Foppen, R. P. B. ., Collen, Ben., & Böhm, Monika. (2013). *Wildlife comeback in Europe : the recovery of selected mammal and bird species*. The Zoological Society of London.
- Delibes-Mateos, M., Glikman, J. A., Lafuente, R., Villafuerte, R., & Garrido, F. E. (2021). Support to Iberian lynx reintroduction and perceived impacts: Assessments before and after reintroduction. *Conservation Science and Practice*, 4(2). <https://doi.org/10.1111/csp2.605>
- Delibes-Mateos, M., Glikman, J. A., Lafuente, R., Villafuerte, R., & Garrido, F. E. (2022). Support to Iberian lynx reintroduction and perceived impacts: Assessments before and after reintroduction. *Conservation Science and Practice*, 4(2). <https://doi.org/10.1111/csp2.605>
- Diário da República. (2025). *Recomenda ao Governo a implementação de medidas para a conservação do lince-ibérico em Portugal (Resolução da Assembleia da República n.º 106/2025, de 15 de abril)*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/106-2025-913048487>
- Dias, C. (2025). Ataques a galinhas: “já há vozes contra os lince”, dizem caçadores. *PÚBLICO*.
- Dickman, A. J. (2010). Complexities of conflict: The importance of considering social factors for effectively resolving human-wildlife conflict. In *Animal Conservation* (Vol. 13, Issue 5, pp. 458–466). <https://doi.org/10.1111/j.1469-1795.2010.00368.x>
- Direção-Geral do Território. (n.d.). *COScid – Carta de Uso e Ocupação do Solo para o Cidadão*. Retrieved October 21, 2025, from <https://smos.dgterritorio.gov.pt/coscid/>
- Dirzo, R., Young, H. S., Galetti, M., Ceballos, G., Isaac, N. J. B., & Collen, B. (2014). *Defaunation in the Anthropocene*.
- Drury, R., Homewood, K., & Randall, S. (2011). Less is more: The potential of qualitative approaches in conservation research. In *Animal Conservation* (Vol. 14, Issue 1, pp. 18–24). <https://doi.org/10.1111/j.1469-1795.2010.00375.x>
- Durant, S. M., Marino, A., Linnell, J. D. C., Oriol-Cotterill, A., Dloniak, S., Dolrenry, S., Funston, P., Groom, R. J., Hanssen, L., Horgan, J., Ikanda, D., Ipavec, A., Kissui, B., Lichtenfeld, L., McNutt, J. W., Mitchell, N., Naro, E., Samna, A., & Yirga, G. (2021). Fostering Coexistence Between People and Large Carnivores in Africa: Using a Theory of Change to Identify Pathways to Impact and Their Underlying Assumptions. *Frontiers in Conservation Science*, 2. <https://doi.org/10.3389/fcosc.2021.698631>
- Fordahl, C. (2024). Beyond Animal Charisma: A Sociological Approach to Charismatic Species. *Conservation and Society*, 22(1), 14–24. https://doi.org/10.4103/cs.cs_118_22
- Freeman, C., Waters, D. L., Buttery, Y., & van Heezik, Y. (2019). The impacts of ageing on connection to nature: the varied responses of older adults. *Health and Place*, 56, 24–33. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2019.01.010>
- Fritts, S. H., Stephenson, R. O., Hayes, R. D., & Boitani, L. (2003). *Wolves and Humans*. <https://digitalcommons.unl.edu/usgsnpwrc/317>

- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2021). *Proporção de poder de compra per capita dos municípios*. https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-06/Municipios_Poder-de-compra-per-capita.xlsx
- Garrote, G., López, G., Gil-Sánchez, J. M., Rojas, E., Ruiz, M., Bueno, J. F., de Lillo, S., Rodriguez-Siles, J., Martín, J. M., Pérez, J., García-Tardío, M., Valenzuela, G., & Simón, M. A. (2013). Human-felid conflict as a further handicap to the conservation of the critically endangered Iberian lynx. *European Journal of Wildlife Research*, 59(2), 287–290. <https://doi.org/10.1007/s10344-013-0695-x>
- Geraldes, H. (2025, April 15). Assembleia da República pede ao Governo nove medidas para conservar lince-ibérico. *Wilder*. <https://wilder.pt/historias/assembleia-da-republica-pede-ao-governo-nove-medidas-para-conservar-lince-iberico>
- Glikman, J. A., Frank, B., Ruppert, K. A., Knox, J., Sponarski, C. C., Metcalf, E. C., Metcalf, A. L., & Marchini, S. (2021). Coexisting With Different Human-Wildlife Coexistence Perspectives. *Frontiers in Conservation Science*, 2. <https://doi.org/10.3389/fcosc.2021.703174>
- Gonçalves, M. (2025, August 10). Reintrodução do lince-ibérico em Portugal é um sucesso. E agora? *Público*. <https://www.publico.pt/2025/08/10/azul/reportagem/reintroducao-linceiberico-portugal-sucesso-2142866>
- Grossmann, C. M., & Patkó, L. (2024). Did we achieve what we aimed for? Assessing the outcomes of a human–carnivore conflict mitigation and coexistence project in Europe. *Wildlife Biology*. <https://doi.org/10.1002/wlb3.01270>
- Heydinger, J. (2020). ‘Vermin’: Predator Eradication as an Expression of White Supremacy in Colonial Namibia, 1921–1952. *Journal of Southern African Studies*, 46(1), 91–108. <https://doi.org/10.1080/03057070.2020.1708011>
- ICNF. (n.d.). *Parque Natural do Vale do Guadiana*. Retrieved October 6, 2025, from <https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/parquesnaturais/pnvaladoguadiana>
- Inskip, C., & Zimmermann, A. (2009). Human-felid conflict: A review of patterns and priorities worldwide. In *ORYX* (Vol. 43, Issue 1, pp. 18–34). <https://doi.org/10.1017/S003060530899030X>
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Mértola: Indicadores demográficos*. <https://transparencia.gov.pt/pt/municipios/bi-municipios/municipios/municipio/0209/>
- International Union for Conservation of Nature (IUCN). (2025). *The IUCN Red List of Threatened Species (Version 2025-1)*. <https://www.iucnredlist.org>
- IUCN. (2023). *IUCN SSC guidelines on human-wildlife conflict and coexistence*. <https://twitter.com/IUCN>
- Junta de Andalucía, I. W. S. (2024). *Censo de lince ibérico: España y Portugal – 2024*.
- Kansky, R., Kidd, M., & Fischer, J. (2021). Understanding drivers of human tolerance towards mammals in a mixed-use transfrontier conservation area in southern Africa. *Biological Conservation*, 254. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2020.108947>
- Kato, E., Yano, Y., & Ohe, Y. (2019). Investigating gaps in perception of wildlife between urban and rural inhabitants: Empirical evidence from Japan. *Sustainability (Switzerland)*, 11(17). <https://doi.org/10.3390/su11174516>
- Kavčič, I., Álvares, F., Avanzinelli, E., Boitani, L., Borgna, I., Iliopoulos, Y., Krofel, M., Linnell, J. D. C., Nowak, S., Reinhardt, I., Rigg, R., Simon, R. N., Scillitani, L., Stronen, A. V., Trbojević, I., & Walter, T. (2024). *Non-consumptive use of wolves in tourism: Guidelines for responsible practices*. <https://ofb.hal.science/hal-04382062v1>
- Kleiven, J. O., Bjerke, T., & Kaltenborn, B. P. (2004). *Factors influencing the social acceptability of large carnivore behaviours*.
- Krange, O. (2003). *A Wolf at the Gate: The Anti-Carnivore Alliance and the Symbolic Construction of Community* (Vol. 43). <http://www.iss.uio.no>

- Ledger, S. E. H., Rutherford, C. A., Benham, C., Burfield, I. J., Deinet, S., Eaton, M., Freeman, R., Gray, C., Herrando, S., Puleston, H., Scott-Gatty, K., Staneva, A., & Mcrae, L. (2022). *Opportunities and challenges for species recovery Wildlife Comeback in Europe*. www.birdlife.org
- Löe, J., & Röskaft, E. (2004). *Large Carnivores and Human Safety: A Review* (Vol. 33, Issue 6). <http://www.ambio.kva.se>
- Longhurst, R. (2009). *Interviews: In-Depth, Semi-Structured*.
- Lopes-Fernandes, M., Espírito-Santo, C., & Frazão-Moreira, A. (2018). The return of the Iberian lynx to Portugal: Local voices. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 14(1). <https://doi.org/10.1186/s13002-017-0200-9>
- Lopes-Fernandes, M., Espírito-Santo, C., & Frazão-Moreira, A. (2022). ‘Among predators’: the place of humans, Iberian lynx and other wild carnivores. *Etnografica*, vol. 26 (2), 395–426. <https://doi.org/10.4000/etnografica.11768>
- Lopes-Fernandes, M., & Frazão-Moreira, A. (2016). The (In)visibility of the iberian lynx: From vermin to conservation emblem. *Anthropological Journal of European Cultures*, 25(2), 25–56. <https://doi.org/10.3167/ajec.2016.250202>
- Lopes-Fernandes, M., & Frazão-Moreira, A. (2017). Relating to the wild: Key actors’ values and concerns about lynx reintroduction. *Land Use Policy*, 66, 278–287. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2017.04.019>
- Lopes-Fernandes, M., Sarmiento, P., Soares, F., Carrapato, C., Neves, N., Severino, P., Ilardo, B., Zarco, D., Kleinman-Ruiz, D., & Godoy, J. A. (2023). To be or not to be a superpredator: a multidisciplinary assessment of the Iberian lynx in a reintroduction social scenario. *Galemys, Spanish Journal of Mammalogy*, 35, 29–40. <https://doi.org/10.7325/galemys.2023.a4>
- López, G., López-Parra, M., Fernández Peña, L., Arenas, R., Garrote, G., García-Tardío, M., & Salcedo, F. J. (2024). Iberian lynx conservation strategy in the last 22 years. *Cat News Special Issue*, 17, 18–23.
- López, G., Villalpando-Moreno, A., Sarmiento, P., Garrote, G., López, M., Piñero, P., Fernandes, M., & Salcedo, F. J. (2024). Historical distribution of the Iberian lynx. *Cat News Special Issue*, 17, 7–12.
- Loureiro, F., Martins, A. R., Santos, E., Lecoq, M., Emauz, A., Pedroso, N. M., & Hotham, P. (2011). O Papel do Programa Lince (LPN/FFI) na Recuperação do Habitat e Presas do Lince-Ibérico no Sul de Portugal. *Galemys, Spanish Journal of Mammalogy*, 23, 17–25. <https://doi.org/10.7325/galemys.2011.a3>
- Lucas, C., Abell, J., Bremner-Harrison, S., & Whitehouse-Tedd, K. (2022). Stakeholder Perceptions of Success in Human-Carnivore Coexistence Interventions. *Frontiers in Conservation Science*, 3. <https://doi.org/10.3389/fcosc.2022.906405>
- Marchini, S., Ferraz, K. M. P. M. B., Foster, V., Reginato, T., Kotz, A., Barros, Y., Zimmermann, A., & Macdonald, D. W. (2021). Planning for Human-Wildlife Coexistence: Conceptual Framework, Workshop Process, and a Model for Transdisciplinary Collaboration. *Frontiers in Conservation Science*, 2. <https://doi.org/10.3389/fcosc.2021.752953>
- Margaryan, L., & Wall-Reinius, S. (2017). Commercializing the Unpredictable: Perspectives From Wildlife Watching Tourism Entrepreneurs in Sweden. *Human Dimensions of Wildlife*, 22(5), 406–421. <https://doi.org/10.1080/10871209.2017.1334842>
- Mathias, M., Fonseca, C., Rodrigues, L., Grilo, C., Lopes-Fernandes, M., Palmeirim, J., Santos-Reis, M., Alves, P., Cabral, J., Ferreira, M., Mira, A., Eira, C., Negrões, N., Paupério, J., Pita, R., Rainho, A., Rosalino, L., Tapisso, J., & Vingada, J. (2023). *Livro Vermelho dos Mamíferos de Portugal Continental*.

- Mattalia, G., McAlvay, A., Teixidor-Toneu, I., Lukawiecki, J., Moola, F., Asfaw, Z., Cámara-Leret, R., Díaz, S., Franco, F. M., Halpern, B. S., O'Hara, C., Renard, D., Uprety, Y., Wall, J., Zafra-Calvo, N., & Reyes-García, V. (2025). Cultural keystone species as a tool for biocultural stewardship. A global review. In *People and Nature* (Vol. 7, Issue 5, pp. 947–959). John Wiley and Sons Inc. <https://doi.org/10.1002/pan3.10653>
- Miller, J. R. B., Stoner, K. J., Cejtin, M. R., Meyer, T. K., Middleton, A. D., & Schmitz, O. J. (2016). Effectiveness of contemporary techniques for reducing livestock depredations by large carnivores. *Wildlife Society Bulletin*, 40(4), 806–815. <https://doi.org/10.1002/wsb.720>
- Ministério do Ambiente, O. do T. e E. (2008). *Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico em Portugal (PACLIP)*.
- Mishra, C. (2001). *High Altitude Survival Conflicts between Pastoralism and wildlife in the Trans-Himalaya*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4284.5040>
- Newing, Helen, Eagle, Puri, Rajindra K., & Watson. (2011). *Conducting Research in Conservation - A social science perspective*.
- Newsom, A., Lozano, J., & Martín-López, B. (2025). *Social perceptions of carnivores across the globe—a literature review*. <https://doi.org/10.1080/10871209.2025.2459733>
- Noss, R. F. (1990). Indicators for Monitoring Biodiversity: A Hierarchical Approach. In 355 *Conservation Biology* (Vol. 4, Issue 4).
- Nyhus, P. J. (2016). Human-Wildlife Conflict and Coexistence. *Annual Review of Environment and Resources*, 41, 143–171. <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-110615-085634>
- Palacios-Pacheco, S., Martín-López, B., Expósito-Granados, M., Requena-Mullor, J. M., Lozano, J., Sánchez-Zapata, J. A., Morales-Reyes, Z., & Castro, A. J. (2024). Carnivores' contributions to people in Europe. *Ecology and Society*, 29(3). <https://doi.org/10.5751/ES-15249-290309>
- Papp, C. R., Scheele, B. C., Rákossy, L., & Hartel, T. (2022). Transdisciplinary deficit in large carnivore conservation funding in Europe. *Nature Conservation*, 49, 31–52. <https://doi.org/10.3897/natureconservation.49.81469>
- Pearson, M., & Carpenter, A. I. (2025). *Perceptions and Opinions Regarding the Reintroduction of Eurasian Lynx to England: A Preliminary Study*. <https://doi.org/10.3390/conservation>
- Pereira, H. M., & Navarro, L. M. (2015). Rewilding European landscapes. In *Rewilding European Landscapes*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-12039-3>
- Pooley, S., Bhatia, S., & Vasava, A. (2021). Rethinking the study of human–wildlife coexistence. *Conservation Biology*, 35(3), 784–793. <https://doi.org/10.1111/cobi.13653>
- Presidência da República. (2008). *Decreto n.º 50/2008, de 20 de outubro*.
- PÚBLICO. (2024, October 25). Em 15 anos nasceram 170 lince-ibéricos em Silves. Nova app avisa quando se aproximam de estradas. *Público*. <https://www.publico.pt/2024/10/25/azul/noticia/15-anos-nasceram-170-lincesibericos-silves-nova-app-avisa-aproximam-estradas-2109388>
- Recharte, M., Lee, P. C., Vick, S. J., & Bowler, M. (2025). Polling the Public to Select Flagship Species for Tourism and Conservation—A ‘Big Five’ for the Peruvian Amazon? *Ecology and Evolution*, 15(2). <https://doi.org/10.1002/ece3.70983>
- Redpath, S. M., Young, J., Evely, A., Adams, W. M., Sutherland, W. J., Whitehouse, A., Amar, A., Lambert, R. A., Linnell, J. D. C., Watt, A., & Gutiérrez, R. J. (2013). Understanding and managing conservation conflicts. In *Trends in Ecology and Evolution* (Vol. 28, Issue 2, pp. 100–109). <https://doi.org/10.1016/j.tree.2012.08.021>

- Rejón, R. (2025, March 17). El lince es el nuevo lobo: El ambiente hostil de cazadores y agricultores paraliza tres planes de reintroducción del felino. *ElDiario.Es*. https://www.eldiario.es/sociedad/lince-nuevo-lobo-ambiente-hostil-cazadores-agricultores-paraliza-tres-planes-reintroduccion-felino_1_12093794.html
- Rigg, R. (2024). *Lynx and livestock: Measures to prevent damage and mitigate conflict*. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0950584922000659>
- Ripple, W. J., Estes, J. A., Beschta, R. L., Wilmers, C. C., Ritchie, E. G., Hebblewhite, M., Berger, J., Elmhagen, B., Letnic, M., Nelson, M. P., Schmitz, O. J., Smith, D. W., Wallach, A. D., & Wirsing, A. J. (2014). Status and ecological effects of the world's largest carnivores. In *Science* (Vol. 343, Issue 6167). American Association for the Advancement of Science. <https://doi.org/10.1126/science.1241484>
- Rodríguez, A. (2024). *Lynx pardinus*. The IUCN Red List of Threatened Species.
- Røskaft, E., Bjerke, T., Kaltenborn, B., Linnell, J. D. C., & Andersen, R. (2003). Patterns of self-reported fear towards large carnivores among the Norwegian public. *Evolution and Human Behavior*, 24(3), 184–198. [https://doi.org/10.1016/S1090-5138\(03\)00011-4](https://doi.org/10.1016/S1090-5138(03)00011-4)
- Salcedo, J., Garrote, G., López, G., Rodríguez, A., López, M., Carlton, E., Lanz, T., & Breitenmoser, U. (2024). *Lynx pardinus (Green Status assessment)*. The IUCN Red List of Threatened Species.
- Sanders, D., Thébault, E., Kehoe, R., & Frank van Veen, F. J. (2018). Trophic redundancy reduces vulnerability to extinction cascades. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 115(10), 2419–2424. <https://doi.org/10.1073/pnas.1716825115>
- Sarmiento, P., & Lopes-Fernandes, M. (2023). *Lynx pardinus* lince-ibérico. In M. L. (coord.) Mathias, C. Fonseca, L. Rodrigues, M. Lopes-Fernandes, J. M. Palmeirim, M. Santos-Reis, P. C. Alves, J. A. Cabral, M. Ferreira, A. Mira, C. Eira, N. Negrões, J. Paupério, R. Pita, A. Rainho, L. M. Rosalino, J. T. Tapisso, & J. Vingada (Eds.), *Livro Vermelho dos Mamíferos de Portugal Continental* (pp. 234–235). FCIências.ID, ICNF.
- Serra, R., Carreira, S., Fernández, J., Godoy, J. A., González, R., Gutiérrez, I., Pérez, M. J., Sánchez, Í., Rivas, Á., Roldán, E., & Vargas, A. (2024). The Iberian lynx ex situ conservation programme: From birth to release. *Cat News Special Issue*, 17, 24–28.
- Serra, R., & Perez Aspa, M. J. (2024). *The Iberian lynx ex-situ conservation programme: from birth to release*. <https://www.researchgate.net/publication/382183227>
- Sundstrom, S. M., Allen, C. R., & Barichiev, C. (2012). Species, Functional Groups, and Thresholds in Ecological Resilience. *Conservation Biology*, 26(2), 305–314. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2011.01822.x>
- Suryawanshi, K. R., Bhatnagar, Y. V., Redpath, S., & Mishra, C. (2013). People, predators and perceptions: Patterns of livestock depredation by snow leopards and wolves. *Journal of Applied Ecology*, 50(3), 550–560. <https://doi.org/10.1111/1365-2664.12061>
- Tajudeen, Y. A., Oladunjoye, I. O., Bajinka, O., & Oladipo, H. J. (2022). Zoonotic Spillover in an Era of Rapid Deforestation of Tropical Areas and Unprecedented Wildlife Trafficking: Into the Wild. *Challenges*, 13(2), 41. <https://doi.org/10.3390/challe13020041>
- Territórios do Lince. (n.d.). *Centro de Interpretação e Observatório do Lince-Ibérico*. Retrieved October 12, 2025, from <https://territoriosdelince.pt/rota/centro-de-interpretacao-e-observatorio/>
- Titus, K. L., & Jachowski, D. S. (2021). Persistent negative stakeholder perspectives limit recovery of a critically endangered carnivore. *Conservation Science and Practice*, 3(11). <https://doi.org/10.1111/csp2.526>
- Triyanti, A., Dieperink, C., Hegger, D., Vu, T. T., Luu, T. T., Nguyen, D. C., & Nguyen, H. Q. (2024). Enhancing the role of International NGOs in promoting the implementation of

- ecosystem-based adaptation policies: insights from an International Union for Conservation and Foundation of Netherlands Volunteers led project in the Vietnamese Mekong Delta. *Ecology and Society*, 29(1). <https://doi.org/10.5751/ES-14727-290131>
- Valiente-Banuet, A., Aizen, M. A., Alcántara, J. M., Arroyo, J., Cocucci, A., Galetti, M., García, M. B., García, D., Gómez, J. M., Jordano, P., Medel, R., Navarro, L., Obeso, J. R., Oviedo, R., Ramírez, N., Rey, P. J., Traveset, A., Verdú, M., & Zamora, R. (2015). Beyond species loss: The extinction of ecological interactions in a changing world. *Functional Ecology*, 29(3), 299–307. <https://doi.org/10.1111/1365-2435.12356>
- Vargas, A., Sánchez, I., Martínez, F., Rivas, A., Godoy, J. A., Roldán, E., Simón, M. A., Serra, R., Pérez, M. J., Enseñat, C., Delibes, M., Aymerich, M., Sliwa, A., & Breitenmoser, U. (2008). The Iberian lynx *Lynx pardinus* Conservation Breeding Program. In *International Zoo Yearbook* (Vol. 42, Issue 1, pp. 190–198). Blackwell Publishing Ltd. <https://doi.org/10.1111/j.1748-1090.2007.00036.x>
- von Essen, E., & Allen, M. (2020). ‘Not the Wolf Itself’: Distinguishing Hunters’ Criticisms of Wolves from Procedures for Making Wolf Management Decisions. *Ethics, Policy and Environment*, 23(1), 97–113. <https://doi.org/10.1080/21550085.2020.1746009>
- Wikipedia. (2025). *Mértola*. <https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A9rtola#/media/Ficheiro:LocalMertola.svg>
- World Bank, & Global Wildlife Program. (2023). *Human-Wildlife Conflict: Global Policy and Perception Insights*.
- Wu, Y. P., Thompson, D., Aroian, K. J., Mcquaid, E. L., & Deatrck, J. A. (2016). Commentary: Writing and evaluating qualitative research reports. In *Journal of Pediatric Psychology* (Vol. 41, Issue 5, pp. 493–505). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/jpepsy/jsw032>
- Yin, R. K. (2016). *Qualitative Research from Start to Finish*.
- Young, J. C., Marzano, M., White, R. M., McCracken, D. I., Redpath, S. M., Carss, D. N., Quine, C. P., & Watt, A. D. (2010). The emergence of biodiversity conflicts from biodiversity impacts: Characteristics and management strategies. *Biodiversity and Conservation*, 19(14), 3973–3990. <https://doi.org/10.1007/s10531-010-9941-7>
- Zimmermann, A., McQuinn, B., & Macdonald, D. W. (2020). Levels of conflict over wildlife: Understanding and addressing the right problem. *Conservation Science and Practice*, 2(10). <https://doi.org/10.1111/csp2.259>

Anexos

Anexo A

Informação prévia.



FORMULÁRIO DE
CONSENTIMENTO
INFORMADO

COMISSÃO
DE ÉTICA
DE CIÊNCIAS

INFORMAÇÃO PRÉVIA

Caro/a participante, muito obrigado por se ter disponibilizado voluntariamente para colaborar neste estudo.

Qual o objetivo do estudo?

Este estudo procura investigar as percepções e atitudes das comunidades locais em regiões de ocorrência atual ou histórica de lince-ibérico em Portugal. As informações recolhidas visam identificar questões e desafios cruciais para a construção de cenários de coexistência harmoniosa entre as populações humanas e esta espécie.

Qual o seu enquadramento?

A iniciativa nasce do diálogo entre a academia e as organizações não-governamentais de ambiente com projetos em curso dedicado à espécie, nomeadamente o Programa Lince da Liga para a Protecção da Natureza (LPN) e o projeto LIFE LUPI LYNX, financiado pelo Programa LIFE da Comissão Europeia e coordenado pela associação Rewilding Portugal. O estudo surge ao abrigo de um protocolo de cooperação com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e foi validado pela Comissão de Ética da instituição.

Quem está a coordenar o estudo?

O estudo é coordenado por Rúben Sousa de Oliveira, doutorando da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. A equipa integra investigadores da mesma instituição e da Universidade de Oxford, bem como técnicos da Liga para a Protecção da Natureza e da Rewilding Portugal.

O que é esperado de si?

Se concordar, ser-lhe-á pedido que participe voluntariamente numa entrevista com duração aproximada de 45 a 60 minutos, centrada nas suas opiniões e experiências relacionadas com o lince-ibérico. O/A investigador/a irá pedir a sua permissão para gravar a entrevista, com vista a um registo mais informativo e detalhado no momento. Caso não o consinta, será proposto que o/a investigador/a tome notas por escrito. A participação é inteiramente voluntária, podendo optar por não responder a qualquer pergunta ou retirar-se em qualquer altura, sem necessidade de indicar um motivo e sem qualquer consequência.

Que riscos e benefícios estão associados à sua participação?

Dada a natureza do estudo, não estão previstos riscos inerentes à sua participação. Em caso de dúvida ou da necessidade de esclarecimento adicional poderá, contudo, entrar em contacto com o coordenador através do e-mail rfoliveira@ciencias.ulisboa.pt. Muito embora não existam benefícios diretos associados à sua participação, a mesma irá contribuir para o sucesso do objetivo citado e para a ciência.

Como irão ser usadas as informações recolhidas?

As informações irão servir exclusivamente para responder ao objetivo do estudo. Os dados identificáveis como o nome, detalhes de contacto e formulários de consentimento informado serão armazenados de forma segura, quer estejam em formato físico ou digital. As respostas serão anonimizadas através da remoção da identificação pessoal e da atribuição de um código único. Apenas o coordenador terá acesso à totalidade da informação, enquanto a equipa irá trabalhar com os dados anonimizados. Os dados serão eliminados após ter findado a sua utilidade para fins académicos e de reporte dos projetos associados, num prazo máximo que ultrapasse 31 de dezembro de 2030. Os participantes têm os seus direitos salvaguardados pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Terei acesso aos resultados?

Pre vemos que os resultados sejam publicados em artigos científicos e relatórios. Mediante possível, se desejar ter acessos aos mesmos aquando da sua publicação, preencha por favor o campo relativo ao contacto de e-mail no Formulário de Consentimento Informado.

Em caso de dúvida, quem devo contactar?

Os pedidos de esclarecimento devem encaminhados para o coordenador do projeto através do e-mail rfoliveira@ciencias.ulisboa.pt. Procuraremos atender ao pedido levantado e responder no prazo mais curto possível. Caso esteja descontente ou queira apresentar uma queixa formal, pode fazê-lo contactando o Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa através do e-mail direccao@ciencias.ulisboa.pt.

Anexo B

Consentimento informado.



FORMULÁRIO DE **COMISSÃO**
CONSENTIMENTO DE ÉTICA
INFORMADO DE CIÊNCIAS

CONSENTIMENTO INFORMADO

1. Confirmando que li e compreendi a informação prévia associada ao projeto.
2. Foi-me dada a oportunidade de ler e considerar a informação apresentada, e de fazer perguntas, as quais foram respondidas de forma satisfatória.
3. Compreendo que a minha participação é voluntária e que sou livre de desistir do estudo em qualquer altura, sem ter de apresentar motivo para tal e sem qualquer consequência.
4. Compreendo que os dados recolhidos durante o estudo possam ser do conhecimento dos membros da equipa de investigação, sempre que necessário para o estudo. Autorizo que os membros da equipa tenham acesso aos dados anonimizados.
5. Compreendo que, caso esta investigação venha a ser publicada, todos os dados serão mantidos anónimos e nenhuma informação será identificável como sendo minha.
6. Declaro que participo neste estudo sem qualquer contrapartida.
7. Declaro que aceito que as minhas entrevistas sejam gravadas em áudio.
8. **Declaro que tomo a minha decisão de forma inteiramente livre.**
9. **Concordo em participar neste estudo.**

Gostaria que me fossem enviados resultados do estudo para o e-mail

Participante

Confirmando que me sinto informado/a e capaz de participar neste estudo de acordo com as condições estipuladas no presente documento.

Nome: _____

Assinatura:

Data (dd/mm/aaaa): / /

Investigador/a

Confirmando que o/a participante compreendeu os aspectos relevantes da informação fornecida e está apto/a a tomar uma decisão informada.

Nome: _____

Assinatura:

Data (dd/mm/aaaa): / /

Anexo C

Guiões das entrevistas utilizados para cada grupo-alvo.

GUIÃO DE ENTREVISTA
LINCE | AGENTES DE TURISMO



Resumo do procedimento:

1. Boas-vindas e entrega do formulário de consentimento prévio (verificar se lobo ou lince);
2. Verificar existência de dúvidas e responder;
3. Assinar formulário de consentimento (2 cópias da 3ª página - uma para entrevistado e outra para investigador) e confirmar permissão de gravação;
4. Iniciar gravação (se permitido) e entrevista;
5. No final, verificar existência de dúvidas e entregar *debriefing*.

Investigador/a

Nome: _____

Local: _____

Data: / / 2025

Código: _____

GUIÃO

SECÇÃO 1 – Perfil sociodemográfico

1. Qual o seu género?
2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua freguesia e município de residência?
4. Que escolaridade completou?

SECÇÃO 2 – Caracterização da atividade

5. Qual a sua atividade principal?
6. Há quanto tempo desenvolve esta atividade?
7. Existem mais agentes ligados ao turismo de natureza ou promoção do património no seu agregado familiar?
8. Partilha as decisões de gestão, serviços e produtos que apresenta com alguém?
 - Se sim – Com quem?
9. É membro de alguma associação formal ou informal relacionado com a natureza ou ambiente?
 - Se sim – Qual?
 - Prompt: Associação de agricultores/produtores, associação de caçadores, associação de defesa do ambiente

10. Qual a frequência da oferta? Tem cariz sazonal?

11. Quais os serviços e produtos tipicamente com maior procura?

12. Qual ou quais as freguesias ou locais onde desenvolve a sua atividade?

13. O turismo de natureza traz um contributo socioeconómico significativo para a freguesia/município?

- *Elabore/justifique*

14. Que dificuldades tem enfrentado na atividade nos últimos anos? Consegue ordená-las da mais para a menos importante?

15. Qual a importância dos animais selvagens na sua atividade? Qual a importância do lince em particular?

16. Já alguma vez foi prejudicado por animais selvagens?

- *Se sim - O que aconteceu?*

17. Conhece pessoas aqui na região que tenham tido prejuízos? O que lhe transmitiram?

SECÇÃO 3 – Percepções e atitudes

18. Já avistou algum lince?

- *Se sim – Em que contexto? O que sentiu? Qual a frequência com que os encontra? Que indícios encontra da sua presença?*
- *Se não – O que lhe vem à cabeça quando pensa no lince-ibérico?*

19. Como descreveria o lince? Que hábitos lhe reconhece? O que come, por exemplo? Valoriza alguma característica do lince?

- *Se sim – Qual e porquê?*

Se não – Porquê?

20. Para si, o lince desempenha algum papel no ecossistema?

- *Se sim – que papel e importância lhe atribui?*

Este papel traz-lhe algum benefício?

- *Se sim – Qual?*

Este papel traz-lhe algum prejuízo?

- *Se sim – Qual?*

**21. O que acha da presença do lince no território?
Que vantagens e desvantagens vê?**

22. O lince pode valorizar este território? Como?

23. Em Portugal cerca de 300 lincos. O que acha deste número?

- *Prompt: são poucos, suficientes, demasiados?*

24. A população de lince tem beneficiado de esforços de reintrodução. Acredita que poderia ser reintroduzido nesta região? Ou seria melhor que fosse chegando naturalmente?

- *Prompt: Existem condições para isso? Elabore.*

**25. Acredita que o lince devia ser caçado? (Porquê?)
Alguma vez o fez ou ponderou fazê-lo? (Porquê?)**

Conhece alguém que o tenha feito?

- *Se sim – Conhece o motivo?*

Antigamente era diferente?

**26. Acredita que o lince devia ser protegido por lei?
(Porquê?)**

O estatuto de proteção do lince é responsável pela sua tendência populacional no território?

Parece-lhe que este estatuto de proteção ajuda efetivamente a defender o lince? (Porquê?)

27. Se o lince regressasse/desaparecesse deste território, como se sentiria? E se desaparecesse do país?

29. Acredita que a coexistência com o lince é possível? Porquê?

- *Se sim – Em que condições?*

Resumo do procedimento:

1. Boas-vindas e entrega do formulário de consentimento prévio (verificar se lobo ou lince);
2. Verificar existência de dúvidas e responder;
3. Assinar formulário de consentimento (2 cópias da 3ª página - uma para entrevistado e outra para investigador) e confirmar permissão de gravação;
4. Iniciar gravação (se permitido) e entrevista;
5. No final, verificar existência de dúvidas e entregar *debriefing*.

Investigador/a

Nome: _____

Local: _____

Data: / / 2025

Código: _____

GUIÃO

SECÇÃO 1 – Perfil sociodemográfico

1. Qual o seu género?
2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua freguesia e município de residência?
4. Que escolaridade completou?

SECÇÃO 2 – Caracterização da atividade

5. Qual a sua atividade principal?
6. Há quanto tempo desenvolve esta atividade?
7. Existem mais agricultores/as no seu agregado familiar? A agricultura conta com tradição familiar?
 - *Se sim – Explique brevemente*
8. É membro de outra associação profissional ou coletivo formal ou informal?
 - *Se sim – Qual?*
 - *Prompt: Associação de agricultores/produtores, associação de caçadores, associação de defesa do ambiente*
9. Com que tipo(s) de produção trabalha e qual o número de indivíduos/cabeças?

10. Qual ou quais as freguesias ou locais onde desenvolve a sua atividade?

11. Que dificuldades tem enfrentado na atividade nos últimos anos? Consegue ordená-las da mais para a menos importante?

12. Os animais selvagens têm algum impacto na sua atividade?

- *Se sim - Que animais têm mais impacto e como?*

13. Já alguma vez foi prejudicado por animais selvagens?

- *Se sim - O que aconteceu?*

14. Tem alguma medida de proteção dos seus animais que previna eventuais danos com animais selvagens?

- *Se sim - Qual? Qual a eficácia que atribui a cada uma? Implementou-as por vontade própria ou foi aconselhado por alguém a fazê-lo? Que medidas gostaria de ver mais apoiadas?*
- *Se não - Porquê?*

15. Acha necessárias medidas de compensação para casos de perda de animais provocada pelo lince?

- *Se sim - Quais e porquê?*

16. Conhece pessoas aqui na região que tenham tido prejuízos? O que lhe transmitiram?

SECÇÃO 3 – Percepções e atitudes

17. Já avistou algum lince?

- *Se sim - Em que contexto? O que sentiu? Qual a frequência com que os encontra? Que indícios encontra da sua presença?*
- *Se não - O que lhe vem à cabeça quando pensa no lince-ibérico?*

18. Como descreveria o lince? Que hábitos lhe reconhece? O que come, por exemplo? Valoriza alguma característica do lince?

- *Se sim - Qual e porquê?*
- *Se não - Porquê?*

19. Para si, o lince desempenha algum papel no ecossistema?

- *Se sim – Que papel e importância lhe atribui?*
Este papel traz-lhe algum benefício?
- *Se sim – Qual?*
Este papel traz-lhe algum prejuízo?
- *Se sim – Qual?*

20. O que acha da presença do lince no território? Que vantagens e desvantagens vê?

- *Prompt: A presença do lobo pode ser significativa no controlo de animais como os veados, corços ou javalis?*

21. O lince pode valorizar este território? Como?

22. Em Portugal existem perto de 300 lincos. O que acha deste número?

- *Prompt: São poucos, suficientes, demasiados?*

23. A população de lince tem beneficiado de esforços de reintrodução. Acredita que poderia ser reintroduzido nesta região? Ou seria melhor que fosse chegando naturalmente?

- *Prompt: Existem condições para isso? Elabore.*

24. Acredita que o lince devia ser caçado? (Porquê?) Alguma vez o fez ou ponderou fazê-lo? (Porquê?)

- **Conhece alguém que o tenha feito?**
- *Se sim – Conhece o motivo?*
Antigamente era diferente?

25. Acredita que o lince devia ser protegido por lei? (Porquê?)

O estatuto de proteção do lince é responsável pela sua tendência populacional no território? Parece-lhe que este estatuto de proteção ajuda efetivamente a defender o lince? (Porquê?)

26. Se o lince regressasse/desaparecesse deste território, como se sentiria? E se desaparecesse do país?

27. Acredita que a coexistência com o lince é possível? Porquê?

- *Se sim – Em que condições?*

Resumo do procedimento:

1. Boas-vindas e entrega do formulário de consentimento prévio (verificar se lobo ou lince);
2. Verificar existência de dúvidas e responder;
3. Assinar formulário de consentimento (2 cópias da 3ª página - uma para entrevistado e outra para investigador) e confirmar permissão de gravação;
4. Iniciar gravação (se permitido) e entrevista;
5. No final, verificar existência de dúvidas e entregar *debriefing*.

Investigador/a

Nome: _____

Local: _____

Data: / / 2025

Código: _____

GUIÃO

SECÇÃO 1 – Perfil sociodemográfico

1. Qual o seu género?
2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua freguesia e município de residência?
4. Que escolaridade completou?

SECÇÃO 2 – Caracterização da atividade

5. Qual a sua atividade principal?
6. Há quanto tempo é caçador/a?
7. Existem mais caçadores/as no seu agregado familiar? A caça conta com tradição familiar?
 - Se sim – Explique brevemente
8. Costuma caçar sozinho/a ou acompanhado/a?
 - Se acompanhado – Quantas pessoas compõem habitualmente o grupo?
9. É membro de outra associação profissional ou coletivo formal ou informal?
 - Se sim – Qual?
 - Prompt: Associação de agricultores/produtores, associação de caçadores, associação de defesa do ambiente

10. Com que frequência costuma ir caçar?

11. Que grupos animais costuma caçar?
Existe variação ao longo do ano?

12. Qual ou quais as freguesias ou locais onde habitualmente caça?

13. A caça traz algum contributo económico para si?
• *Se sim – Qual a sua importância para o seu rendimento?*

14. Que dificuldades tem enfrentado na atividade nos últimos anos? Consegue ordená-las da mais para a menos importante?

15. Os predadores têm algum impacto na caça?
• *Se sim - Que animais têm mais impacto e como?*

16. Já alguma vez foi prejudicado por animais selvagens?
• *Se sim - O que aconteceu?*

17. Conhece outras pessoas aqui na região que tenham tido prejuízos? O que lhe transmitiram?

SECÇÃO 3 – Percepções e atitudes

18. Já avistou algum lince?
• *Se sim – Em que contexto? O que sentiu? Qual a frequência com que os encontra? Que indícios encontra da sua presença?*
• *Se não – O que lhe vem à cabeça quando pensa no lince-ibérico?*

19. Como descreveria o lince? Que hábitos lhe reconhece? O que come, por exemplo? Valoriza alguma característica do lince?
• *Se sim – Qual e porquê?*
• *Se não – Porquê?*

20. Para si, o lince desempenha algum papel no ecossistema?
• *Se sim – que papel e importância lhe atribui?*
Este papel traz-lhe algum benefício?
• *Se sim – Qual?*
Este papel traz-lhe algum prejuízo?
• *Se sim – Qual?*

21. O que acha da presença do lince no território?
Que vantagens e desvantagens vê?

22. O lince pode valorizar este território? Como?

23. Em Portugal cerca de 300 lince. O que acha
deste número?

- *Prompt: são poucos, suficientes, demasiados?*

24. A população de lince tem beneficiado de
esforços de reintrodução. Acredita que poderia
ser reintroduzido nesta região? Ou seria melhor
que fosse chegando naturalmente?

- *Prompt: Existem condições para isso? Elabore.*

25. Acredita que o lince devia ser caçado? (Porquê?)

Alguma vez o fez ou ponderou fazê-lo? (Porquê?)

Conhece alguém que o tenha feito?

- *Se sim – Conhece o motivo?*

Antigamente era diferente?

26. Acredita que o lince devia ser protegido por lei?
(Porquê?)

O estatuto de proteção do lince é responsável
pela sua tendência populacional no território?

Parece-lhe que este estatuto de proteção ajuda
efetivamente a defender o lince? (Porquê?)

27. Se o lince regressasse/desaparecesse deste
território, como se sentiria? E se desaparecesse do
país?

28. Acredita que a coexistência com o lince é
possível? Porquê?

- *Se sim – Em que condições?*

SECÇÃO 4 – Memória e identidade

29. Quando ouviu falar no lince pela primeira vez?
O que mais o/a marcou?

- *Prompt: "Campanha Salvemos o Lince e a Serra da Malcata" – Participou? Do que se recorda?*

30. Desde então tem ouvido falar no lince?

- *Se sim – Onde/por quem e com que frequência?*

Resumo do procedimento:

1. Boas-vindas e entrega do formulário de consentimento prévio (verificar se lobo ou lince);
2. Verificar existência de dúvidas e responder;
3. Assinar formulário de consentimento (2 cópias da 3ª página - uma para entrevistado e outra para investigador) e confirmar permissão de gravação;
4. Iniciar gravação (se permitido) e entrevista;
5. No final, verificar existência de dúvidas e entregar *debriefing*.

Investigador/a

Nome: _____

Local: _____

Data: / / 2025

Código: _____

GUIÃO

SECÇÃO 1 – Perfil sociodemográfico

1. Qual o seu género?
2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua freguesia e município de residência?
4. Que escolaridade completou?

SECÇÃO 2 – Caracterização da atividade

5. Qual a sua atividade principal?
6. Há quanto tempo desempenha o cargo?
7. Partilha as decisões relacionadas com as matérias de ambiente com alguém do executivo local?
 - *Se sim – Com quem?*
8. É membro de outra associação profissional ou coletivo formal ou informal?
 - *Se sim – Qual?*
 - *Prompt: Associação de agricultores/produtores, associação de caçadores, associação de defesa do ambiente*

9. A produção de animais, a caça e o turismo de natureza trazem contributos socioeconómicos significativos para a freguesia/município?

- *Elabore/justifique sobre cada um*

10. Que dificuldades tem enfrentado em matéria de ambiente e conservação da Natureza nos últimos anos? Consegue ordená-las da mais para a menos importante?

11. Os animais selvagens têm algum impacto na sua atividade?

- *Se sim - Que animais têm mais impacto e como?*

12. Já alguma vez foi prejudicado por animais selvagens?

- *Se sim - O que aconteceu?*

Podem existir consequências políticas que advenham do conflito com animais selvagens?

13. Os produtores locais têm implementado medidas de proteção dos animais que previna danos por predadores?

- *Se sim - Quais predominantemente? Qual a eficácia que lhe(s) atribui e que reportam? Implementaram-nas por vontade própria ou foram aconselhados por alguém a fazê-lo (junta, município, outro)?*
- *Se não - Sabe ou desconfia porquê?*

14. Acha necessárias medidas de compensação para casos de perda de animais provocada pelo lince?

- *Se sim - Quais e porquê?*

15. Conhece pessoas aqui na região que tenham tido prejuízos? O que lhe transmitiram?

SECÇÃO 3 – Percepções e atitudes

16. Já avistou algum lince?

- *Se sim – Em que contexto? O que sentiu? Qual a frequência com que os encontra? Que indícios encontra da sua presença?*
- *Se não – O que lhe vem à cabeça quando pensa no lince-ibérico?*

17. Como descreveria o lince? Que hábitos lhe reconhece? O que come, por exemplo? Valoriza alguma característica do lince?

- *Se sim – Qual e porquê?*
- *Se não – Porquê?*

18. Para si, o lince desempenha algum papel no ecossistema?

- *Se sim – que papel e importância lhe atribui?*

Este papel traz-lhe algum benefício?

- *Se sim – Qual?*

Este papel traz-lhe algum prejuízo?

- *Se sim – Qual?*

19. O que acha da presença do lince no território? Que vantagens e desvantagens vê?

20. O lince pode valorizar este território? Como?

21. Em Portugal cerca de 300 lince. O que acha deste número?

- *Prompt: são poucos, suficientes, demasiados?*

22. A população de lince tem beneficiado de esforços de reintrodução. Acredita que poderia ser reintroduzido nesta região? Ou seria melhor que fosse chegando naturalmente?

- *Prompt: Existem condições para isso? Elabore.*

23. Acredita que o lince devia ser caçado? (Porquê?)

Alguma vez o fez ou ponderou fazê-lo? (Porquê?)

Conhece alguém que o tenha feito?

- *Se sim – Conhece o motivo?*

Antigamente era diferente?

24. Acredita que o lince devia ser protegido por lei? (Porquê?)

O estatuto de proteção do lince é responsável pela sua tendência populacional no território?

Parece-lhe que este estatuto de proteção ajuda efetivamente a defender o lince? (Porquê?)

25. Se o lince regressasse/desaparecesse deste território, como se sentiria? E se desaparecesse do país?

26. Acredita que a coexistência com o lince é possível? Porquê?

- *Se sim – Em que condições?*

Resumo do procedimento:

1. Boas-vindas e entrega do formulário de consentimento prévio (verificar se lobo ou lince);
2. Verificar existência de dúvidas e responder;
3. Assinar formulário de consentimento (2 cópias da 3ª página - uma para entrevistado e outra para investigador) e confirmar permissão de gravação;
4. Iniciar gravação (se permitido) e entrevista;
5. No final, verificar existência de dúvidas e entregar *debriefing*.

Investigador/a

Nome: _____

Local: _____

Data: / / 2025

Código: _____

GUIÃO

SECÇÃO 1 – Perfil sociodemográfico

1. Qual o seu género?
2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua freguesia e município de residência?
4. Que escolaridade completou?

SECÇÃO 2 – Caracterização da atividade

5. Qual a sua atividade principal?
6. Há quanto tempo desempenha o cargo?
7. Partilha as decisões relacionadas com as matérias de ambiente com alguém da equipa?
 - *Se sim – Com quem?*
8. Qual ou quais as principais áreas de atividade da entidade?
9. Qual ou quais as freguesias ou locais onde desenvolve a sua atividade?
10. A produção de animais, a caça e o turismo de natureza trazem contributos socioeconómicos significativos para a freguesia/município?
 - *Elabore/justifique sobre cada um*

11. Qual a importância dos animais selvagens na sua atividade? Qual a importância do lince em particular?

12. Os agricultores locais têm implementado medidas de proteção dos animais que previna danos por predadores?

- *Se sim - Quais predominantemente? Qual a eficácia que lhe(s) atribui e que reportam? Implementaram-nas por vontade própria ou foram aconselhados por alguém a fazê-lo (junta, município, outro)? Que medidas gostaria de ver mais apoiadas e por quem?*
- *Se não - Sabe ou desconfia porquê??*

13. Acha necessárias medidas de compensação para casos de perda de animais provocada pelo lince? Obtém resposta?

- *Se sim - Quais e porquê?*

14. Conhece pessoas aqui na região que tenham tido prejuízos? O que lhe transmitiram?

SECÇÃO 3 – Percepções e atitudes

15. Já avistou algum lince?

- *Se sim – Em que contexto? O que sentiu? Qual a frequência com que os encontra? Que indícios encontra da sua presença?*
- *Se não – O que lhe vem à cabeça quando pensa no lince-ibérico?*

16. Como descreveria o lince? Que hábitos lhe reconhece? O que come, por exemplo? Valoriza alguma característica do lince?

- *Se sim – Qual e porquê?*
- *Se não – Porquê?*

17. Para si, o lince desempenha algum papel no ecossistema?

- *Se sim – que papel e importância lhe atribui?*

Este papel traz-lhe algum benefício?

- *Se sim – Qual?*

Este papel traz-lhe algum prejuízo?

- *Se sim – Qual?*

18. O que acha da presença do lince no território? Que vantagens e desvantagens vê?

19. O lince pode valorizar este território? Como?

20. Em Portugal cerca de 300 lince. O que acha deste número?

- *Prompt: são poucos, suficientes, demasiados?*

21. A população de lince tem beneficiado de esforços de reintrodução. Acredita que poderia ser reintroduzido nesta região? Ou seria melhor que fosse chegando naturalmente?

- *Prompt: Existem condições para isso? Elabore.*

22. Acredita que o lince devia ser protegido por lei? (Porquê?)

O estatuto de proteção do lince é responsável pela sua tendência populacional no território?

Parece-lhe que este estatuto de proteção ajuda efetivamente a defender o lince? (Porquê?)

23. Se o lince regressasse/desaparecesse deste território, como se sentiria? E se desaparecesse do país?

24. Acredita que a coexistência com o lince é possível? Porquê?

- *Se sim – Em que condições?*

SECÇÃO 4 – Memória e identidade

25. Quando ouviu falar no lince pela primeira vez? O que mais o/a marcou?

- *Prompt: "Campanha Salvemos o Lince e a Serra da Malcata" – Participou? Do que se recorda?*

26. Desde então tem ouvido falar no lince?

- *Se sim – Onde/por quem e com que frequência?*

27. O que costuma ouvir dizer?

- *Prompt: aprofundar a vertente positiva e negativa, de acordo com o que for dito.*

28. Acredita que o lince faz parte da cultura e simbologia do país? E do município? O que terá contribuído para isso? O que contribui hoje em dia?

29. Acha que o lince tem sido suficientemente destacado aqui no município? Deveria ser mais ou menos destacado? Porquê? E no país?

30. Acredita que os municípios apoiem os esforços de conservação do lince?

- *Se sim - Como?*
- *Se não - Gostaria que apoiasse?*

31. Quando foi a última vez que ouviu falar do lince? Qual o contexto?

Grid of dots for handwritten responses.